

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

ADRIANA SILVA SANTANA MENDONÇA

QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CORAÇÃO:
um estudo da gentrificação da Lagoa da Jansen em São Luís do
Maranhão

São Luís



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E
REGIONAL

ADRIANA SILVA SANTANA MENDONÇA

QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CORAÇÃO: Um Estudo da Gentrificação da Lagoa da
Jansen em São Luís do Maranhão

São Luís

2021

ADRIANA SILVA SANTANA MENDONÇA

QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CORAÇÃO: Um Estudo da Gentrificação da Lagoa da
Jansen em São Luís do Maranhão

Dissertação apresentada como requisito para obtenção
de grau de mestra em Desenvolvimento Socioespacial
e Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Grete Soares Pflueger

São Luís

2021

Mendonça, Adriana Silva Santana.

Quem vê cara não vê coração: um estudo da gentrificação da Lagoa da Jansen em São Luís do Maranhão / Adriana Silva Santana Mendonça. – São Luís, 2022.

104 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Grete Soares Pflueger.

1.Lagoa da Jansen. 2.Gentrificação. 3.Paisagem. 4.São Luís. I.Título.

CDU: 911.372.2(812.1)

ADRIANA SILVA SANTANA MENDONÇA

**QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CORAÇÃO: Um Estudo da Gentrificação da Lagoa da
Jansen em São Luís do Maranhão**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção
de grau de mestra em Desenvolvimento Socioespacial
e Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Grete Soares Pflueger

Aprovada em: 10/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Grete Soares Pflueger (Orientadora)

Doutora em Urbanismo PROURB
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Sampaio De Mattos Junior

Doutor em Geografia
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Profa. Dr. Cristiano Nunes Alves

Doutor em Geografia
Universidade Estadual de Campinas

À mamãezinha que, como boa professora, sempre
bate na tecla que a educação nos leva longe.

RESUMO

Este trabalho é um convite ao leitor para conhecer a formação da Lagoa da Jansen em São Luís do Maranhão e refletir sobre as narrativas construídas, as transformações urbanas e ambientais e as questões teóricas que envolveram esse espaço urbano no século XX, como a gentrificação e transformação da paisagem tomando como suporte autores como Cullen (1983), Harvey (2005), Santos (2006), Sá Carneiro (2000) e Villaça (2001).

A metodologia da pesquisa buscou analisar o caminho da transformação da Lagoa da Jansen, a construção histórica do espaço e a abordagem de sua formação, e para tal percorreu a revisão bibliográfica com ênfase a análise de fontes primárias como relatórios e artigos de jornais, como instrumentos de uma análise socioespacial da área de estudo com o objetivo de reconhecer e contextualizar a gentrificação existente na construção deste espaço. Nessa perspectiva, a pesquisa constatou que a gentrificação na área de estudo causou a expulsão de muitos moradores em decorrência da valorização do espaço principalmente para fins comerciais, turísticos e imobiliários. a pesquisa refletiu ainda sobre a Lagoa da Jansen na contemporaneidade e o reflexo dessas mudanças na paisagem urbana, com a ideia de resgatar a importância o processo histórico de construção e apropriação do espaço na Lagoa da Jansen, desde seu surgimento até os dias atuais, e ressaltar a transformação visual dessa paisagem no decorrer dos anos.

Palavras chaves: Lagoa da Jansen, Gentrificação, Paisagem, São Luís

ABSTRACT

This work is an invitation to the reader to know the formation of Lagoa da Jansen in São Luís do Maranhão and to reflect on the constructed narratives, the urban and environmental transformations and the theoretical questions that involved this urban space in the 20th century, such as gentrification and transformation. of the landscape based on authors such as Cullen (1983), Harvey (2005), Santos (2006), Sá Carneiro (2000) and Villaça (2001).

The research methodology sought to analyze the path of transformation of Lagoa da Jansen, the historical construction of the space and the approach to its formation, and for that, it went through the bibliographic review with emphasis on the analysis of primary sources such as reports and newspaper articles, as instruments gives a socio-spatial analysis of the study area in order to recognize and contextualize the gentrification existing in the construction of this space. From this perspective, the research found that gentrification in the study area caused the expulsion of many residents due to the appreciation of space mainly for commercial, tourist and real estate purposes. the research also reflected on Lagoa da Jansen in contemporary times and the reflection of these changes in the urban landscape, with the idea of rescuing the importance of the historical process of construction and appropriation of space in Lagoa da Jansen, from its emergence to the present day, and highlight the visual transformation of this landscape over the years.

Keywords: Lagoa da Jansen, Gentrification, Landscape, São Luís

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Contrastes socioeconômico da Lagoa da Jansen. Grandes prédios literalmente ao lado de casas pequenas de diferentes classes sociais.	14
Figura 2 – Estruturas Significantes e Ativas da Paisagem do Norte da Ilha de São Luís: análise das potencialidades do sistema de espaços livres	23
Figura 3 – Foto da Lagoa da Jansen com várias casas de moradores antigos ao lado de grandes prédios luxuosos	25
Figura 4 – Foto do Relatório de Recuperação ambiental da Lagoa da Jansen	30
Figura 5 – Foto da citação anterior no Relatório de Recuperação ambiental da Lagoa da Jansen, página 12.....	31
Figura 6 - Foto da citação anterior no Relatório de Recuperação ambiental da Lagoa da Jansen, página 10.....	32
Figura 7– Localização da Lagoa da Jansen.	34
Figura 8– Imagens do Jornal O Estado do Maranhão sobre os protestos na Lagoa da Jansen, 10 de abril de 1988.....	35
Figura 9 – Avenida Ana Jansen ligando o bairro do São Francisco (abaixo) ao bairro da Ponta D’areia (acima) e a Lagoa da Jansen ao lado (direito)	35
Figura 10 – Imagem aérea da Lagoa onde pode-se ver o conjunto de palafitas adentrando as águas....	36
Figura 11– Bueiro duplo celular. Única ligação da lagoa da Jansen ao mar, não sendo suficiente (2011)	37
Figura 12 – Palafitas localizadas no espelho d’água da Lagoa da Jansen em 1991.	39
Figura 13 – Loteamento dentro do espelho d'agua da Lagoa da Jansen.....	40
Figura 14 – O protesto durou todo o dia e teve a participação de mais de quinhentas pessoas.....	46
Figura 15 – Imagem de jornal da maquete do projeto da Lagoa da Jansen negociado pela prefeitura em 1988.....	51
Figura 16 – Foto da matéria sobre o seminário com tema “A Conservação da Lagoa da Jansen”, realizado pela Secretaria das Minas Energia e Meio Ambiente.....	52
Figura 17 – Imagem de jornal das palafitas na Lagoa da Jansen na época	54
Figura 18 – Imagem da Lagoa em 1988 contidas no Jornal da época.....	54
Figura 19 – Foto da Lagoa da Jansen sendo usada pelos moradores para lazer	56
Figura 20 – “Mansões e palafitas convivem com o mau cheiro da Lagoa da Jansen, um verdadeiro esgoto a céu aberto”	58
Figura 21– Recorte do decreto que transforma a Lagoa da Jansen em Parque Ecológico.	60
Figura 22 – Quatro fotos do Relatório de Recuperação ambiental da Lagoa da Jansen que descreve as obras urbanísticas do plano para a área da Lagoa da Jansen, páginas 18, 19, 20, 21.	61

Figura 23- Decreto de Reclassificação da Lagoa	65
Figura 24 – Arruamento sem hierarquia, um aglomerado pequeno. “URBS S. LODOVICI ” Do livro de Barlaeus (BARLAEUS – 1647), da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. ca 1641-1644 (1647) .67	
Figura 25– Planta da parte central da Cidade de S. Luís, aglomerado urbano onde hoje é o centro de São Luís(1947).....	69
Figura 26 – Foto da vista do centro da cidade com o fundo para onde no futuro será o bairro do São Francisco	69
Figura 27 – Aerofotografia da região do São Francisco e Ponta D'Areia, onde facilmente pode-se visualizar o aglomerado urbano na parte inferior do mapa (centro) e na parte superior, que futuramente será o bairro do São Francisco, ainda não habitado, em 1967.....	70
Figura 28 – Construção da Ponte do São Francisco (1968)	71
Figura 29 – Fotos comparativas para a vista do São Francisco a partir da Rua do Egito em dois anos diferentes. Em 1966 sem a ponte e com o fundo com pouca visualização de residências e/ou aglomerado urbanos e na segunda, em grande contraste da primeira, já com uma quantidade bem maior de casas e prédios, mudando drasticamente a paisagem	72
Figura 30 - Planta de parcelamento proposta pela SURCAP	73
Figura 31– Fotocomposição de aerofotografias do São Francisco e Ponta D'Areia (1973).....	74
Figura 32 – Foto área da Ponta D'areia, hoje conhecida vulgarmente por “Península”. Percebe-se a entrada de água pelo córrego na terra e o mangue ao redor, a água ainda não estava represada a fim de formar o que hoje é a Lagoa da Jansen (Anos 70)	75
Figura 33– Foto de Jornal da construção da Avenida Ana Jansen, 1974	75
Figura 34 – Foto aérea em 2000 sobre a Lagoa de Jansen, vislumbra-se a grande diferença do traçado antigo, onde antes era apenas mangue e hoje tem um represamento de água percebido facilmente ao olhar a área. Com isso veio um grande aumento de construções ao redor da Lagoa da Jansen, mudando completamente a paisagem.....	76
Figura 35 – Palafitas sobre o espelho d'água da Lagoa da Jansen nos anos 70. Aqui nessa imagem também se percebe o contraste social de prédios altos e luxuosos logo atrás das pequenas palafitas sobre a água.	77
Figura 36 - Reconstituição do “Plano para o Desenvolvimento de São Luís, MA na Área compreendida entre o Rio Anil e o Mar”, com os equipamentos e espaços verdes suprimidos pelo processo de urbanização posterior	79
Figura 37 – Construção da Ponte do São Francisco, 1969.....	81
Figura 38 – Cartão Postal com vista da cidade de São Luís no início da década de 70, com a ponte para o São Francisco, mas ainda sem o Anel Viário.	82
Figura 39 – Imagem do esgoto sendo lançado sem tratamento na Lagoa da Jansen.....	84
Figura 40 – Imagem recente e autoral da Lagoa da Jansen onde observa-se a poluição bem indicativa nas bordas.....	85

Figura 41 – Meia parede construída na frente do portão para evitar que a água da chuva adentre as residências da Lagoa da Jansen.....	86
Figura 42 – Alagamento após fortes chuvas, nota-se que a água chega a uma grande altura do muro.	86
Figura 43 - Imagens retiradas da rede social Instagram da Lagoa da Jansen alagada após fortes chuvas	87
Figura 44 - Uso e Ocupação do Solo da Laguna da Jansen de 1975.....	90
Figura 45 - Uso e Ocupação do Solo da Laguna da Jansen de 2011	90
Figura 46 – Skyline da Lagoa da Jansen com sua grande verticalização a esquerda e a direita habitações baixas.	93
Figura 47 – Imagem diversos tipos de construções convivendo lado a lado e contrastando entre si	93
Figura 48 - Fotos da "Praça do Foguete" na Lagoa da Jansen	97
Figura 49 – Foto da Praça Frei Antônio da Lagoa da Jansen.....	97

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
2. INDICAÇÕES METODOLÓGICAS	17
3. CONCEITOS DE ESPAÇOS DA CIDADE	20
3.1 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	20
3.2 EDIFICAÇÕES	24
3.3 GENTRIFICAÇÃO	25
4. LAGOA DA JANSEN: SEU PROCESSO HISTÓRICO E DE CONSOLIDAÇÃO	33
4.1 NARRATIVA SOBRE O NASCIMENTO DA “LAGOA DA JANSEN”	33
4.2 LAGOA DA JANSEN: TRANSFORMAÇÃO EM PARQUE ECOLÓGICO	59
4.3 LAGOA DA JANSEN: ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (A.P.A.)	64
5. TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DA LAGOA DA JANSEN	67
6. A LAGOA NA CONTEMPORANEIDADE	83
7. CONCLUSÃO	94
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

1. INTRODUÇÃO

A escolha da Lagoa da Jansen como objeto de estudo se deu por um interesse pessoal da transformação da área, por ser um bairro que habito e frequento todos os dias há um tempo da minha vida. E também, por ter tido influência de um intercâmbio que realizei como bolsista da FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão) na cidade de Boston.

Em Boston, desenvolvi uma pesquisa no âmbito do estágio internacional sobre o projeto participativo urbano-paisagístico e as experiências de gestão dos espaços livres públicos na cidade de Boston – USA, onde se comenta sobre os aspectos paisagísticos, geográficos e sobre andar em união com os anseios e necessidades população, para que assim o processo de gentrificação e desigualdade social seja diminuído e obtenha-se qualidade de vida para os moradores de todos os bairros da cidade.

E essa inquietação de continuar a pesquisa no âmbito do mestrado, na linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, intitulada “Movimentos Sociais, Território e Planejamento”, que se concentra em reflexões teóricas e interpretações de situações empíricas que configuram o processo de definição das territorialidades, envolvendo diferentes interesses, para estudar e comparar a gestão de uma cidade desenvolvida na qual morei por um tempo e vivenciei seu aspecto urbano com uma cidade ainda em desenvolvimento, em tais dimensões citadas, como São Luís, na área da Lagoa da Jansen onde houve a construção de um espaço que hoje encontra-se gentrificado. Com isso, busco analisar também a paisagem construída na Lagoa da Jansen hoje.

Aqui na introdução explica-se a estrutura do trabalho já pincelando sobre o assunto a ser tratado, com rápidas explicações sobre os temas para que ao final a pesquisa já se justifique e seja apresentado os objetivos.

No capítulo dois, temos as indicações metodológicas mostrando que visa criar uma narrativa do objetivo de pesquisa, que é a gentrificação da Lagoa da Jansen em São Luís. No capítulo 3, será apresentado três conceitos na formação da cidade: os espaços livres públicos, que é o palco da vida comunitária as edificações, que são objetos que compõem a paisagem urbana juntamente com os espaços livres e a gentrificação, que é o tema principal da dissertação.

Já no capítulo 4, narra-se a história da Lagoa da Jansen a fim que seja visualizado o recorte temático da sua consolidação. Para tanto foi utilizado principalmente jornais adquiridos no arquivo pessoal do Deputado Gastão Vieira. E no capítulo 5 vem

contextualizando o processo de construção estética da paisagem da cidade de São Luís.

E por fim, no capítulo 6 é apresentando a Lagoa da Jansen hoje, na contemporaneidade, mostrando a disparidade social que se visualiza na área, as fragilidades da área como mal cheiro, poluição e outras coisas e as potencialidades, como por exemplo, turismo e lazer.

A pesquisa sofreu forte influência da pandemia, pois a primeiro momento o plano era uma pesquisa de campo com visitas a comunidade, conversa, interação para que assim pudesse ser feito uma análise com maior propriedade e de forma participativa com os moradores da área, pois são diferentes tipos de visões, a dos usuários da Lagoa, dos moradores, dos que apenas passam, dos turistas, dentre outros. Além disso, a dificuldade da pesquisa e a sensação de estagnação por parte da autora, por achar que ainda poderia aprofundar mais e não conseguir (devido a pandemia) mexeu demais com o emocional, sem contar com as perdas que esse ano trouxe consigo. Mas, apesar das considerações apresentadas, considera-se que foi uma pesquisa de grande valor e de potencial para posteriores pesquisas e/ou artigos.

A Lagoa da Jansen, objeto de estudo, se encontra em São Luís do Maranhão e sua área e seu entorno é marcada pela forte segregação espacial. A migração da população rural para São Luís, em busca de emprego a partir da década de 70, se deu de maneira acelerada e desorganizada. Esse aumento populacional levou a construção de novas avenidas, entre elas a Av. Maestro João Nunes (Ana Jansen), que levou ao surgimento de loteamento de classe média em torno da Lagoa. Esses loteamentos foram considerados áreas nobres da cidade e surgiram já no final da década de 1970 em busca da ocupação de áreas topograficamente mais favoráveis. Em contrapartida, bairros como o São Francisco já se encontrava numa expansão comercial e a classe mais vulnerável socioeconomicamente, que já habitava ali, foi expulsa pela impossibilidade de permanência formal em frente ao crescimento econômico da área (FERREIRA, 2012).

Os antigos moradores desta área procuram ocupar outros locais, passando a residir na parte da Lagoa da Jansen ainda pouco explorada pelo mercado e em áreas próximas, como por exemplo, onde hoje se encontra o bairro da Ilhinha. Essa expansão obrigou os habitantes financeiramente desfavorecidos a ocupar terrenos considerados inóspitos (pontes, mangues, regiões alagadiças). A Lagoa da Jansen estampa sua segregação social quando é visível em seu entorno áreas de vulnerabilidade econômica e social e áreas onde ao mesmo tempo

receberam inúmeros investimentos imobiliários, criando um contraste entre as classes sociais (FERREIRA, 2012)

Portanto, São Luís do Maranhão do século XX, influenciada pelo investimento de capital tanto público, na parte urbana, quanto privado, nas questões imobiliárias, nas áreas nortes da ilha, fortaleceu bairros como Ponta D'areia, Renascença, Calhau, Litorânea e em conjunto a Lagoa da Jansen, teve uma grande mudança no seu tecido urbano. Influenciado pela especulação imobiliária e a criação de novos empreendimentos, por conta do plano de melhoramento econômico, que gerou projetos de valorização da área e fragmentou de uma forma visível o território, em um claro processo de gentrificação.

O investimento voltado às construções de classe alta se sobrepôs aos menos favorecidos que moram em casebres e em ruas com quase nenhuma infraestrutura, ao lado de uma Lagoa com projeto de urbanização que contemplou um padrão estético alto. Criando assim uma paisagem mesclada de contrastes socioeconômicos (dimensão socioespacial e de paisagem) e de discrepâncias nas construções (dimensão arquitetônica) como pode ser visto nas imagens a seguir:

Figura 1 – Contrastes socioeconômico da Lagoa da Jansen. Grandes prédios literalmente ao lado de casas pequenas de diferentes classes sociais.



Fonte: Adriana Mendonça, 2019

Observa-se que os antigos moradores de baixa renda resistem em força do capital imobiliário e permanecem em suas casas, mas fica o questionamento: é só uma questão de tempo para que migrem para outras áreas? Ou para que o capital os retire?

NEIL SMITH (2006) aponta que gentrificação é um processo que acarreta grandes transformações sociais, um restabelecimento do setor imobiliário degradado que, constituído pela restauração ou revigoração de imóveis, faz com que esses lugares, supostamente populares sejam enobrecidos e é importante ressaltar o uso da palavra supostamente, pois essas transformações sociais eram de grande importância para a reabilitação dessas áreas para que a classe média pudesse habitá-las, ou seja, considera que essa mudança social leva ao aumento do custo de vida e especulação imobiliária.

O desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em sentido amplo – tornou-se agora um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana. No contexto de um mundo recentemente globalizado, a “regeneração urbana” representa uma estratégia central na competição entre as diferentes aglomerações urbanas. Assim como na globalização, estamos em presença de uma espécie de anônima lógica econômica, e a oposição a tal transformação global e urbana terá um papel crucial na orientação que tomarão os novos espaços (SMITH, 2006, p. 85).

Com isso o processo de gentrificação não pode ser considerado democrático por não ser uma requalificação para todos. Na prática, existe uma expulsão da camada popular de uma área, uma vez que os mesmos não conseguem mais se manter naquele ambiente, seja pela especulação imobiliária, seja pelas adjacências que passam a receber empreendimentos mais caros e assim, sufocando quem não consegue “pagar” por isso.

“A gentrificação assume não somente a forma segregadora em sua espacialidade, mas sobretudo, no estigma social que pode impor nos novos moradores e nos antigos moradores” (BARBOSA, 2016. p.9). A segregação urbana e ambiental que vem ao lado da gentrificação, segundo MARICATO (2003), é uma das faces principais da desigualdade social e, ao mesmo tempo, influencia a promoção da mesma, como um problema cíclico, pois, uma vez que existe uma dificuldade de acesso a serviços e infraestrutura urbana, isso se transforma num obstáculo para o desenvolvimento da área. Essa situação remete a falta de saneamento, serviços de saúde e educação, marginalidade da área, falta de acesso ao lazer, dentro outros de uma lista interminável.

A área carente se marca principalmente pela exclusão social, segregação territorial, ilegalidade, baixa escolaridade e quase uma ausência de cidadania. E, essa dificuldade de acesso a infraestrutura complica a construção de um espaço de bem-estar e saudável para os habitantes da área, que inclusive está no código civil brasileiro (artigo 98 e 9

9) como “bens de uso comum do povo”.

Paisagem urbana para CULLEN (1983) é a organização visual da cidade, dos edifícios, ruas, em geral os espaços que constituem o ambiente urbano. É um conceito simples e objetivo e hoje é um dos mais difundidos como instrumento de avaliação dos espaços urbanos, pois compreende e avalia o existente, o que “se vê”. Exerce forte influência na arquitetura e urbanismo pois possibilita a análise sequencial e dinâmica da paisagem a partir das premissas estéticas, do que se enxerga.

Então para HARVEY (2005) a paisagem é criada pelo capitalismo e nem sempre ela é expressão do equilíbrio harmonioso, pelo contrário, as crises nos investimentos de capital transforma a dialética do espaço geográfico, uma vez que é mais fácil haver contrastes da paisagem em áreas onde existe maior capital investido do que outras. Essa análise da burguesia e da sua localização é uma construção de ideais sob condições predeterminadas e que em termos gerais, a questão do espaço e da geografia é um tanto quanto desprezada quando se fala em todas as classes sociais, pois o capitalismo vem casado com diversas transformações espaciais: ferrovias, indústrias, telecomunicações, grandes empresas e é capaz de deslocar capital e tecnologia rapidamente, controlando a construção da divisão territorial, pelo seu poder de dominar o espaço e usar os diferenciais geográficos de uma maneira que a “empresa familiar” não é capaz. Harvey ainda questiona essas implicações e as transformações espaciais causadas pelo capitalismo, dizendo que são merecedoras de estudo.

Essa segregação social causada pelo capitalismo pode ser visualizada também quando SPÓSITO (2000) comenta que as ruas do Morumbi em São Paulo podem ser distinguidas rapidamente de São Miguel Paulista ou Freguesia do Ó, ao se dar conta da segregação social claramente manifestada nas formas espaciais. Ou seja, a nível urbano essa diferenciação se concretiza nas áreas residenciais com diferentes padrões habitacionais, de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.

A vida coletiva e sua formação socioespacial é defendida por SANTOS (2006) uma vez que uma construção socioeconômica não existe sem recorrer a constituição do espaço, pelo fato que uma sociedade se revela por meio do ambiente produzido e ao mesmo tempo, esse espaço é moldado por meio da sociedade e suas realidades sociais distintas. A paisagem se acopla ao termo de espaço no momento que o conjunto das formas existentes em determinado local indica o legado das relações entre o homem e natureza.

Diante dessa perspectiva, analisar a paisagem urbana da cidade de São Luís, na área da Lagoa da Jansen, com a modificação da paisagem, da economia local (mudança de

área residencial para turística) e debater sobre a qualidade de vida dos moradores, turísticas e habitantes da Ilha da São Luís que transitam pela área, visto que isso pode ser influenciado diretamente pelo meio e suas transformações. Hoje, na Lagoa da Jansen pode-se enxergar uma redefinição do espaço público, tendo como consequência a segregação social e forçando uma exclusão social – gentrificação, discriminação e preconceito de classe e de raça e um olhar diferenciado e negativo para as ruas onde habitam as classes mais pobres e vulneráveis. Logo, a investigação na paisagem urbana e da segregação social se torna imprescindível para analisar o processo de gentrificação na ótica da Lagoa da Jansen.

Dessa forma, o presente projeto justifica-se em analisar, refletir e estudar a influência da gentrificação no crescimento econômico na Lagoa da Jansen, na sua segregação social e nas consequências na paisagem urbana da área nos dias de hoje. Além de observar o redimensionamento e reorganização do espaço no tempo, pois as estruturas urbanas como dito por GEHL (2013), influenciam diretamente o comportamento urbano e as formas de funcionamento da cidade e é fundamental que a cidade beneficie as pessoas, sem distinção social.

Com base nos questionamentos levantados, o objetivo central dessa pesquisa se constitui em: **analisar a gentrificação ocorrida na Lagoa da Jansen em São Luís do Maranhão**. E como objetivos específicos enxergar as segregações sociais e os processos de gentrificação na valorização e desvalorização da Lagoa da Jansen; analisar a paisagem urbana da Lagoa da Jansen; narrar a história da Lagoa da Jansen e da transformação em área nobre de São Luís, estabelecendo um recorte temático com a influência na segregação social da área em sua construção/manutenção.

2. INDICAÇÕES METODOLÓGICAS

Essa pesquisa possuiu o caráter exploratório-descritivo e qualitativo.

O exploratório-descritivo criou a narrativa do objeto de pesquisa que foi a gentrificação na Lagoa da Jansen em São Luís, capital do Maranhão, levantou, registrou e avaliou as informações em jornais (antigos e atuais), livros, pessoas e notícias da internet, além da visita in loco de carro e a pé sem aglomerações.

A pesquisa exploratória permitiu a aproximação do pesquisador com o objeto de pesquisa e envolveu levantamento bibliográfica, visualização de casos na Lagoa. Já a parte descritiva, foi focada no recorte temático e da narrativa do processo de construção e

manutenção da Lagoa da Jansen que identificou e descreveu fatores que determinaram ou que contribuíram para a ocorrência dos fatos em análise, por meio do que foi observado in loco e que foi discutido a suas naturezas, causas, características, relações e conexões com os moradores.

O caráter qualitativo, pois, instrumento não se resumiu ao estudo apenas teórico, os dados históricos coletados foram compostos de descrições de pessoas, situações e acontecimentos que foram extraídos da vida social. E nesse ponto, Marx auxiliou com a dialética como método e sua visão de totalidade. Marx (2003) analisa os fatos no lugar que ocuparam na realidade social e com relações que foram estabelecidas com outros fatos e com o todo. A dialética investigou a realidade social como ponto de vista da totalidade, ou seja, significou que cada fenômeno foi compreendido como parte do todo. Dessa forma, o todo e a parte foram intimamente conectados no materialismo dialético de Marx, um explicou o outro.

Para isso, foi utilizado o método da pesquisa de campo de Bourdieu e o materialismo dialético de Marx.

O método de Bourdieu apontou que a noção de “campo” foi onde orienta a prática da pesquisa, pois só assim foi possível criar um estudo do objeto. Objeto este, que não esteve isolado das relações que ele possuiu, porque isso retirou as suas propriedades essenciais. Essa análise foi feita relacionado com o que estava ao seu redor pois foi necessário estudar o conjunto (BOURDIEU, 2004). Então, foi visto que determinar a extensão do campo de objeto de pesquisa foi de extrema importância e limitar o campo, correspondeu aos efeitos que ele teve na pesquisa.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. [...] Em outras palavras é preciso escapar à alternativa da ‘ciência pura’, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo. (BOURDIEU, 2004, p.21).

Bourdieu sobre a necessidade de limitar o campo de estudo:

[...] no domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, “compensar”, determinando uma concentração de esforços de pesquisa. (BOURDIEU, 2004, p.25).

O método materialista dialético de Marx utilizou ‘totalidade’, “mediação” e “contradição” como elementos fundamentais para entender os processos sociais. Afirmava ainda que foi o modo de abordar a ciência social crítica, que só assim pôde ser vista as múltiplas realidades concretas e associada a realidade visível com a dialética e o materialismo histórico tem o caráter material onde os homens se organizam na sociedade para a produção e reprodução da vida e o caráter histórico, como eles vem se organizando na história. Dessa forma o materialismo histórico foi uma abordagem metodológica ao estudo da sociedade, da economia e da história, o pilar da ordem social (FRANCO, 2013).

[...] através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples (Marx 2003, p. 247)

Por fim, para realizar os objetivos desta pesquisa, houve a necessidade de aprofundar os conceitos que permearam o estudo da gentrificação, da infraestrutura urbana e das desigualdades socioespacial presente na Lagoa da Jansen e no seu entorno, em referências bibliográficas e documental e estudo de caso, com aprofundamento da realidade específica dos moradores e do espaço urbano na área da Lagoa da Jansen, como forma de respaldar as discussões sobre os aspectos urbanísticos e sociais.

Sendo assim, os passos desta pesquisa foram os seguintes:

- ✓ Estudos sobre a Lagoa da Jansen; estudos em aulas, livros, trabalhos científicos, artigos, periódicos, jornais, revistas, relatórios oficiais;
- ✓ Realização de visitas às áreas (comunidades, povoados, aglomerações urbanas e etc.), de modo a conhecer as características da área, o reflexo da

segregação social na vida dos moradores, turistas e habitantes de São Luís que transitam na área;

- ✓ Analisar a influência da gentrificação e desigualdade socioespacial na construção da paisagem urbana da área;
- ✓ Levantamento fotográfico sobre o uso dos espaços, infraestrutura urbana da área e paisagem atual;
- ✓ Discussão dos resultados obtidos e construção da narrativa final.

Com isso, essa pesquisa buscou sintetizar a construção da paisagem na história com uma visão crítica acerca da gentrificação e seus processos de transformações.

3. CONCEITOS DE ESPAÇOS DA CIDADE

Antes de se pensar em gentrificação é preciso entender o local onde ela existe. E esse local é a cidade. Para tal, consideraremos a cidade sendo formada por dois elementos principais: os espaços livres somado às edificações, pois para efeito desta pesquisa são esses dois objetos que recebem os principais impactos da gentrificação causando mudanças estéticas e sociais.

3.1 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

SÁ CARNEIRO e MESQUITA (2000) definem os Espaços livres, no contexto da estrutura urbana, como áreas parcialmente edificadas com nula ou mínima proporção de elementos construídos e/ou vegetação – avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos; ou com a presença efetiva de vegetação – parques, praças, jardins, etc. – com funções primordiais de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental, além de tornarem viável a distribuição e execução de serviços públicos, em geral.

A noção de sistema de espaços livres abrange um escopo muito maior que o do ‘sistema de áreas verdes’. Espaços livres e áreas verdes frequentemente ainda se confundem no Brasil; muito em função da cultura anglo-saxônica na área de paisagismo, presente nos quadros técnicos e acadêmicos do país,

que privilegia os parques e demais áreas verdes e nem sempre observa a maior complexidade dos sistemas de espaços livres urbanos (...) (QUEIROGA et. al. 2007).

A cidade e a paisagem construída resultam da representação da expressão e apropriação do território pelas pessoas e enquadrando no contexto urbano, é palco de transformações constantes e de criação de fluxos, tanto de pessoas, como de mercadorias e investimentos em grande escala. Essa identidade local tem grande influência dos EL – espaços livres –, pois além de participar da estruturação visual do lugar, eles lhe concedem características particulares. É necessário preservar tudo que é resultado das modificações causadas pelo tempo e manter certos elementos que são de grande representatividade para o reconhecimento da área e permitir assim, que sejam compartilhados com a comunidade que o frequenta. A associação física, ecológica, visual e social do território, permite relevar as relações entre os EL's e seus entornos, fazendo deles, espaços integralizadores (TARDIN, 2008).

O espaço público é o palco em que se desenrola a vida comunitária. As ruas, os quarteirões e os parques de uma cidade dão forma ao fluxo da troca humana. Esses espaços dinâmicos são essenciais para as pessoas e as rotinas de trabalho e de vida doméstica, proporcionando uma dinamicidade para o local, os nós de comunicação e os motivos de lazer e relaxamento (CARR et. al., 1992).

DE CASTRO (2013) discorre sobre a conexão do espaço com as relações humanas:

No singular, "espaço público" refere-se à esfera pública, ao domínio dos processos propriamente políticos, das relações de poder e das formas que estas assumem nas sociedades contemporâneas. Nos espaços das cidades, na mídia ou na internet, é a esfera da cidadania e da expressão política das forças sociais, inclusive daquelas que pretendem a despolitização das relações humanas. No plural, o termo "espaços públicos" compreende os lugares urbanos que, em conjunto com infraestruturas e equipamentos coletivos, dão suporte à vida em comum: ruas, avenidas, praças, parques. Nessa acepção, são bens públicos, carregados de significados, palco de disputas e conflitos, mas também de festas e celebrações. Esses dois sentidos se interpenetram e, mais, não podem ser tomados fora de suas articulações ao domínio privado - o qual, inclui pessoas, famílias, grupos, empresas, corporações. Limites, estrutura, forma e função desses espaços

constituem partes de agenciamentos complexos e dinâmicos, que se diferenciam conforme países e culturas” (DE CASTRO, 2013).

É primordial os papéis que os EL's desempenham para um ambiente, que são as funções ecológicas, estéticas e sociais. O primeiro, no que diz respeito a presença de vegetação e o solo ser drenador de água da chuva, prevenindo enchentes e contribuindo para o lençol freático. A questão estética se dá na composição da paisagem pelas árvores, vegetações e etc., principalmente nas modificações que as mesmas sofrem nas diversas épocas do ano. E a questão social, está ligada ao convívio em comunidade ao lazer. Esses espaços são designados para lazer, descanso, leitura, orações, meditações e qualquer manifestação ao ar livre (HANNES, 2016).

Esse papel primordial como foi apresentado é sintetizado por Bartalini:

Um determinado espaço pode desempenhar papel relevante nas condições ambientais de uma cidade e ao mesmo tempo ter um grande potencial recreativo e ser um elemento de destaque na paisagem urbana. Seria ideal que estas funções sempre estivessem interligadas. Se as apresentamos separadamente é por conveniência de exposição e por permitirem, assim separadas, estudos mais aprofundados e intervenções objetivas (BARTALINI, 1986, p.1.).

As infraestruturas existentes nos espaços livres e a vida dos usuários implica nas suas formas de utilizações, provocam modelamento do espaço de acordo com sua cultura, seu modo de viver, suas necessidades e, além disso, traz consigo todo o peso da desigualdade socioespacial, uma vez que, como apresenta DEMO (1993, p.2), “ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo ser impedido de ter, o que aponta muito mais para uma questão de ser do que de ter”.

O espaço livre público é um dos objeto de estudo do Laboratório da Paisagem e Ambiente Construído – LAPA¹ da Universidade Estadual do Maranhão, que em 2015 fez uma contabilização dos espaços livres da cidade de São Luís que pode ser observado no mapa elaborado com titulação de “Estruturas Significantes e Ativas da Paisagem do Norte da Ilha de São Luís”, onde a áreas pintadas de verde e as amarelas representam as praças e outros

¹ Coordenado pela Professora Bárbara Prado, disponível no site para acesso: <http://www.arquitetura.uema.br/pagina-inicial/laboratorios/lapa/>

espaços livres públicos; os quadrados pequenos pintados de cinza claro, encontrados por todo o mapa em pequenas áreas, representam espaços livres potenciais/opportunidade projetual e as linhas brancas são delimitações de bacias hidrográficas.

Figura 2 – Estruturas Significantes e Ativas da Paisagem do Norte da Ilha de São Luís: análise das potencialidades do sistema de espaços livres



Fonte: LAPA, 2015 – Usando como base ©Google Maps.

Nesse mapa, observa-se que em algumas áreas periféricas não há espaços livres qualificados e/ou oficiais, mas há, frequentemente, bastante campos (utilizados principalmente por crianças para esportes de rua), espaços livres em potencial, além de que, comumente, a população residente possui uma relação, as vezes, diferente com os espaços livres, como o uso maior das calçadas e das ruas como parte de convivência social, uma vez que se torna o local onde existe as relações interpessoais entre vizinhos e passageiros do bairro. Isso nos leva a uma análise da paisagem englobando tanto a paisagem natural, quanto a paisagem construída, embora os "limites" entre uma e outra, na cidade, sejam difusos e, por vezes inexistentes, mas com essas análises fica possível visualizar de forma mais concreta os reflexos da desigualdade social nessas regiões e conseqüentemente, leva a compreensão do modelo que está sendo reproduzido.

3.2 EDIFICAÇÕES

A paisagem tem como uma de suas características as edificações urbanas junto com os espaços livres, imerso em dimensões sociais, culturais e históricas, e o estudo da arquitetura e urbanismo contribui para uma aproximação com a sociedade, a manifestação da criação da cidade e apropriação do espaço. Por isso, considerar-se as edificações como parte da manifestação dos habitantes do espaço e suas interações sociais.

DENISE NASCIMENTO (2008), em seu artigo sobre a Redefinição da Edificação Urbana, apresenta a edificação como a descoberta do espaço social no contexto de criação da identidade das pessoas. Pois, considera que desde o nascimento, vive-se a descoberta do espaço e essa inserção social acontece tanto na edificação que mora, quanto no espaço que essa edificação está inserida. Destaca ainda a inserção dessa edificação urbana no universo da prática social.

A individualidade da edificação depende de sua forma expressa em estética e técnica, mas sua existência é dada pela história no espaço e no tempo – a informação construída. Com isso, a edificação é meio (e não obra) que se constrói pelas multiplicidades daqueles que o desenham, fazem-no e vivenciam-no. Dessa maneira, o meio somado à informação construída – médium informacional – encerra um conjunto de condições (sociais, ambientais, históricas, políticas, econômicas, culturais e técnicas) que fomenta a coletividade, as visões de mundo, as experiências, as impressões, o montante de conhecimento, a biografia social do sujeito que representa, atua, aprende, ensina, transforma, opta, produz e consome, e, também, desenha o projeto, manipula a matéria e vivencia o espaço (Nascimento, 2008, p.101).

A edificação demonstra a maneira que o ser humano se relaciona com o espaço que vive e como isso se torna a sua expressão social. Os usuários, vizinhanças e a cidade são responsáveis por moldar essa “forma” em conjunto com os agentes responsáveis pelos projetos e execuções: arquitetos, engenheiros, órgãos públicos ou privados, imobiliárias, comércio, visitantes e etc. A história de um indivíduo vem correlacionada com a história coletiva, tal qual Bourdieu fala sobre campo, como estrutura criada culturalmente e com diferentes percepções, trajetórias, propósitos, conflitos, relações de força e poder, interesses e transformações no tempo (NASCIMENTO, 2008).

À vista disso, na Lagoa da Jansen as edificações são parte essencial da formação da paisagem e é também a partir delas que se faz visível a gentrificação da área, quando ao lado de uma casa de moradores antigo, constrói-se um edifício grande e luxuoso e dessa forma vai transformando a imagem da Lagoa da Jansen. Ao se construir nova elementos no bairro ou no local é necessário levar em conta que isso modifica toda formação cultural da área.

Figura 3 – Foto da Lagoa da Jansen com várias casas de moradores antigos ao lado de grandes prédios luxuosos



Fonte: autoral, 2021

3.3 GENTRIFICAÇÃO

Segundo o dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008), gentrificação é o “processo de valorização imobiliária de uma zona urbana, geralmente acompanhada da deslocação dos residentes com menor poder econômico para outro local e da entrada de residentes com maior poder econômico”.

As desigualdades socioespaciais são visíveis na cidade e em alguns casos podem até ser percebidas da janela de um avião.

“Os processos e formas socioespaciais são originários das mudanças atuais sobre respostas às inércias do passado. Processos mais amplos como globalização, mudanças na economia, redução do papel do Estado, migrações, sem esquecer o papel dos movimentos sociais, são fatores que modificaram as formas das cidades, criando frequentemente novas desigualdades sem eliminar os conflitos raciais, religiosos e políticos existentes. (VASCONCELOS et. al 2013, p. 18)

BIDOU-ZACHARIASEN (2006) relata que a socióloga britânica Ruth Glass usa pela primeira vez o termo gentrificação na análise de transformações imobiliárias que estavam acontecendo em Londres que causou expulsão dos moradores de baixa renda em face a transformações urbanas com a chega de novos empreendimentos e investimentos imobiliários, que trouxe consigo novos hábitos sociais, culturais, físicos e econômicos, ou seja, um novo perfil de morador geralmente de alta renda, gerando expulsão dos moradores de baixa renda através dessa fragmentação urbana.

Qualquer que seja a forma como a gentrificação é tratada, ela implicará sempre no deslocamento dos moradores da camada popular, apresentando um caráter classista e por que não dizer segregador, referindo-se também a uma “... mudança social e à paisagem cultural da cidade associada a uma geografia econômica em plena mudança.” (SMITH in BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p.63).

VASCONCELOS et. al 2013 apresenta a noção de gentrificação como barbarismo que não tem significado nas línguas latinas e Ruth Glass 1964 descreve como invasão de bairros “operários” de Londres pelas classes médias. Chamando sinonimamente de nobilitação, enobrecimento, aburguesamento. Essa “invasão” leva à valorização dos imóveis e à expulsão dos habitantes originais e esse processo também pode se dá pelo Estado com programas de renovação. VASCONCELOS et. al 2013 exhibe o caso do Pelourinho, em Salvador, cujas áreas residenciais foram transformadas em áreas comerciais e de lazer voltadas ao turismo.

A gentrificação é uma fronteira na qual fortunas são criadas. Do ponto de vista dos moradores da classe trabalhadora e de suas comunidades, contudo, a fronteira urbana é mais diretamente política do que econômica. Ameaçados de serem desalojados pelo avanço da fronteira da lucratividade, a questão para eles é lutar pelo estabelecimento de uma fronteira política por trás da qual moradores da classe trabalhadora possam retomar o controle de seus lares: existem dois lados em qualquer fronteira (SMITH, 2007)

“No Brasil, o processo de gentrificação, não é diferente, embora mostre particularidades em decorrência das políticas públicas de planejamento urbano nas cidades, ocasionados pelo acúmulo do capital em algumas regiões em detrimento de escassez de oferta de terra urbanizada e serviços básicos como infraestrutura urbana, gerando problemas latifundiários de grandes proporções (...) Vale lembrar que esse processo de transformação da paisagem urbana das cidades, ocorre em diferentes formas de gentrificação, como a expulsão dos moradores antigos pelos novos, mas também pelo novo comportamento e perfil social até em áreas dotadas de bons serviços urbanos como áreas nobres. Essas mudanças acontecem também em momentos temporais distintos e significa dizer que no momento atual do desenvolvimento urbano, a transformação do capital financeiro que se realiza no espaço urbano, contempla a passagem do capital do setor produtivo industrial para o capital imobiliário, onde os agentes e promotores deste setor tem um papel determinante no processo de gentrificação e mudança do perfil social de determinadas áreas” (BARBOSA, 2017. p.7)

Já VILLAÇA (2001) em sua obra “O Espaço Intraurbano no Brasil”, o autor apresenta de forma enfática a segregação socioespacial no Brasil como uma forma de controle da classe dominante. Dominação essa que é fundamental para que haja apropriação diferenciada das vantagens dos espaços, ou seja, áreas com mais infraestrutura, áreas com maior visibilidade de melhoria, áreas urbanas mais qualificadas e etc. O valor urbano se caracteriza principalmente pelas possibilidades que as diferentes classes sociais apresentam de comandar esses deslocamentos intraurbanos, ou seja, pela produção e consumo dessas localidades. Assim, Villaça apresenta o “modelo de setores” que é a tendência da cidade de criar regiões que concentrem populações com a mesma faixa de renda, sendo a força mais poderosa sobre essa estruturação do espaço a “luta” de classes pela apropriação diferenciadas de vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante.

VILLAÇA (2001) argumenta também que as metrópoles brasileiras são marcadas

pela segregação socioespacial em áreas distintas da cidade. Basta uma volta para perceber a diferenciação entre os bairros, tanto nas questões urbanísticas, econômicas, de infraestrutura e conservação dos espaços públicos

“[...] a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole.” (VILLAÇA, 2001, p. 142).

As formas que esse deslocamento acontece, pode se dar diferentes modos e BATALLER (2012) apresenta três: a reabilitação das moradias ocupadas por grupos populares, reclassificadas como residência de alto nível; abandono do bairro de forma involuntária dos moradores com rendimentos limitados e que não podem mais pagar pelos crescentes impostos sobre a propriedade; ou a impossibilidade de jovens que formam novas famílias, originários do bairro, de custar suas novas moradias no mesmo local. Tudo isso leva a uma saída dos residentes e conseqüentemente o desaparecimento de instituições sociais, econômicas, religiosas e etc., inclusive, a perda do contato das amizades existentes nesse bairro.

Além do deslocamento, outras conseqüências da gentrificação são percebidas no mercado de moradia: aumento significativo do preço da propriedade renovada e não renovada; redução das taxas de ocupação das moradias (o número de habitantes por residência) e da densidade da população; transformação progressiva da modalidade de ocupação por aluguéis pela ocupação por propriedade, possuída por grupos de rendas mais altas que vão transformando a estrutura econômica e física de tais áreas. Quanto ao papel dos agentes do solo, além de destacar o enorme peso do setor privado – entidades financeiras, promotores de propriedade –, a maioria dos estudos aponta o papel importante e, por vezes, decisivo, do setor público, ou seja, dos governos estaduais, regionais ou locais, que facilitam ou promovem diretamente a gentrificação afim de renovar os centros das cidades (BATALLER, 2012, p. 7).

Em São Luís, o processo de gentrificação tal qual foi apresentado pode ser observado em alguns locais da cidade e pode-se facilmente comparar com o que é visto na Lagoa da Jansen – que é o recorte teórico desta dissertação – por apresentar uma história em que antes era povoado apenas por moradores de baixa renda e após investimentos financeiros,

houve um melhoramento urbano e arquitetônico e assim, um aumento do interesse na classe média alta. Hoje, na Lagoa da Jansen, se enxerga o aumento das construções de renda alta na região vivendo ao lado das construções populares que ainda estão resistentes. Isso causou uma redefinição do espaço público, forçando uma exclusão social, discriminação e preconceito de classe e de raça e um olhar diferenciado e negativo para as ruas onde habitam as classes mais pobres e vulneráveis.

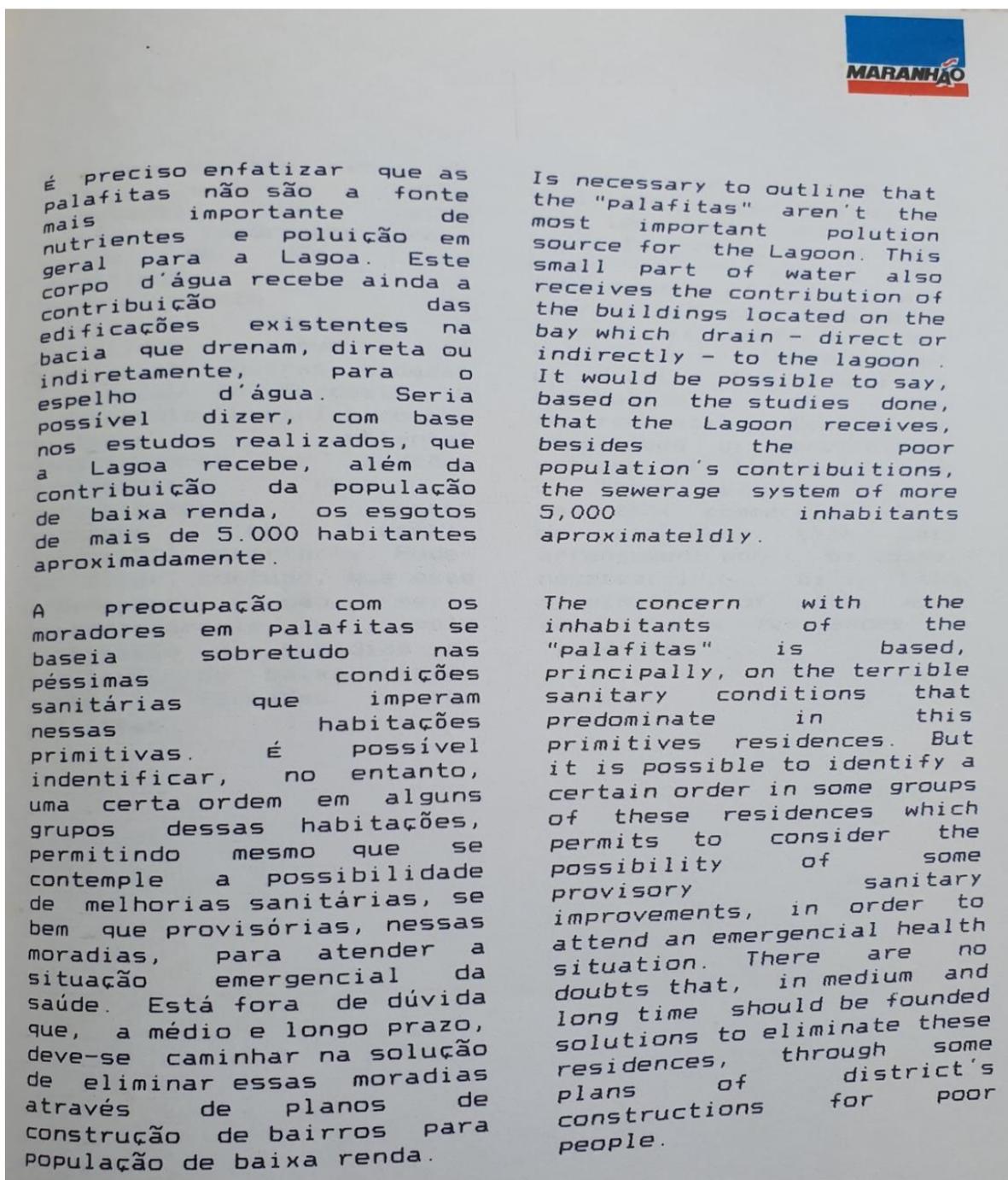
Em 1974 com o plano de Urbanização da Ponta D'areia que tinha objetivo de transformá-la em polo residencial de classe alta, com a expansão comercial de toda cidade na década de 80 e que com investimento imobiliário e de lazer direcionados a Lagoa da Jansen, transformou em um espaço propício ao turismo e também custou a expulsão de antigos moradores mais vulneráveis, que ocupavam uma grande parte do bairro, formando um contraste urbano da qual ficou visível a gentrificação (COELHO, 2002)

“Um dos principais problemas gerados pelo processo de gentrificação nesses bairros, é que além da segregação espacial visível próximo a luxuosos edifícios de apartamentos, condomínios horizontais e verticais, fica claro que este processo afeta também a condição social e cultural de antigos moradores de baixa renda que são motivados pela força do capital imobiliário a deixarem suas moradias porque não podem mais compartilhar do espaço transformado, modificado, uma vez que este, é reflexo de uma novo perfil social, onde o que determina sua permanência ou não no lugar, é o poder econômico e o “status” sociocultural. Observa-se ainda que em muitos casos, antigos moradores de baixa renda, ainda tentam resistir à força do capital imobiliário e permanecem em suas residências, mas em questão de tempo, serão forçados a migrarem para outras áreas. Verifica-se então, que a gentrificação assume não somente a forma segregadora em sua espacialidade, mas, sobretudo, no estigma social que pode impor nos novos moradores e nos antigos moradores” (BARBOSA, 2017. p.9)

Além disso, é possível constatar também esse processo de expulsão pelo Relatório de Recuperação ambiental da Lagoa da Jansen feito Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo em 1991, que fala no título 2 chamado “Descrição Geral dos Problemas” que a “implantação de palafitas como moradia para população de baixa renda (...) não são a fonte mais importante de poluição em geral para a Lagoa” afirmando que a poluição não era causada pelas palafitas, mas que a preocupação principal era com as péssimas condições sanitárias, finalizando que deveria se pensar em “eliminar essas moradias através de planos

de construção de bairros para população de baixa renda”, ou seja, de forma explícita deixando claro a expulsão dos habitantes de baixa renda, conforme visto abaixo na imagem da página do relatório que trata sobre isso.

Figura 4 – Foto do Relatório de Recuperação ambiental da Lagoa da Jansen

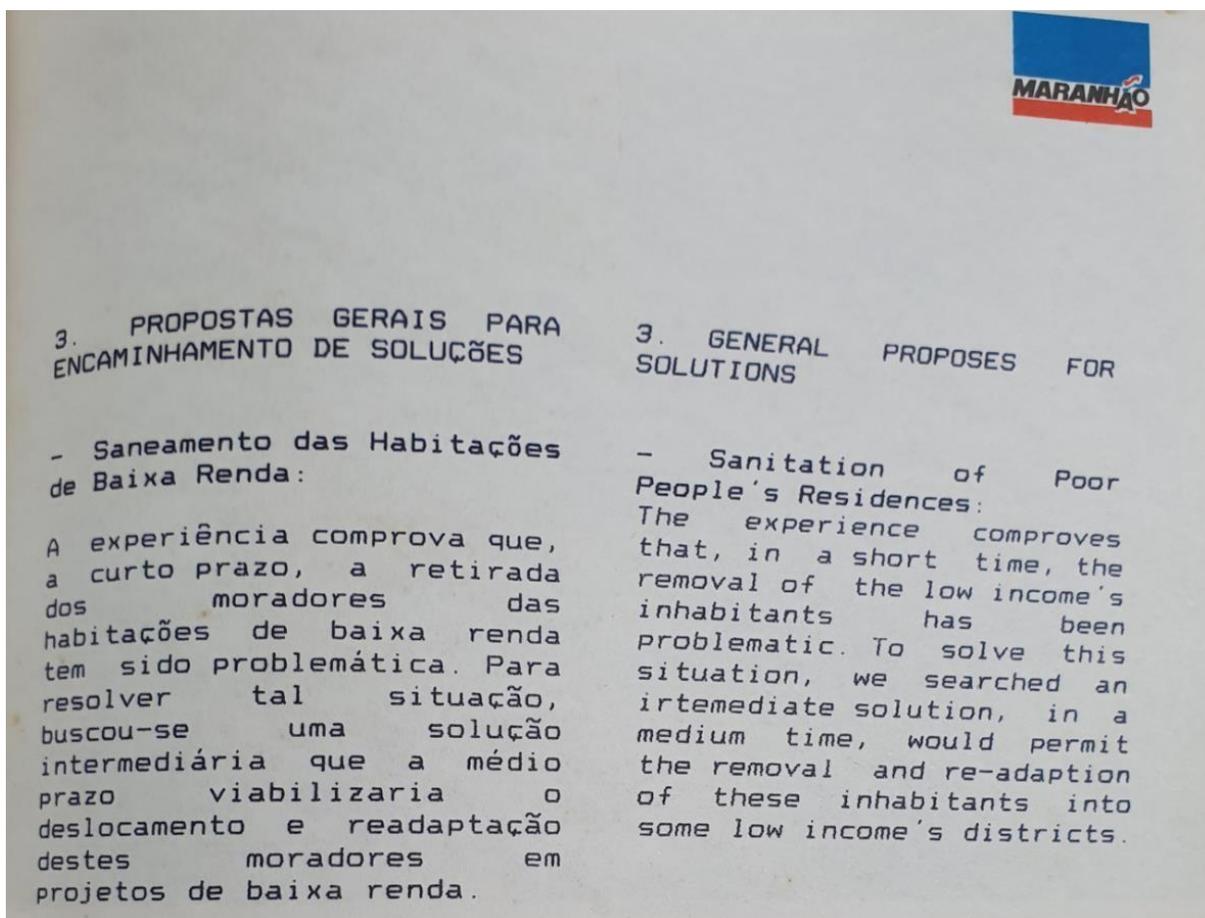


Fonte: Governo do Estado do Maranhão, 1991.

O relatório ainda apresenta novamente sobre a retirada dos moradores palafitados:

“A experiência comprova que, a curto prazo, a retirada dos moradores das habitações de baixa renda tem sido problemática. Para resolver tal situação, buscou-se uma solução intermediária que a médio prazo viabilizaria o deslocamento e a readaptação destes moradores em projetos de baixa renda”

Figura 5 – Foto da citação anterior no Relatório de Recuperação ambiental da Lagoa da Jansen, página 12



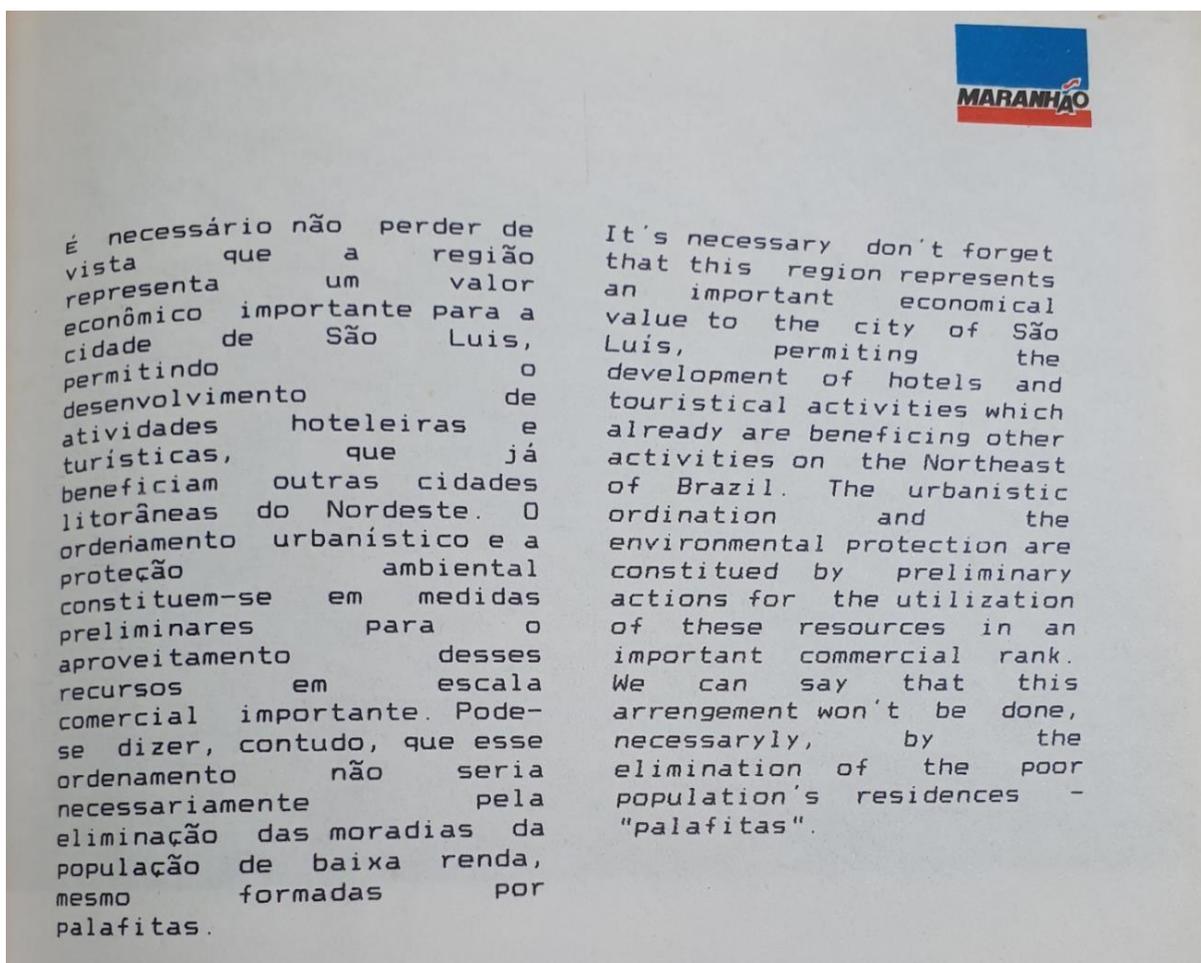
Fonte: Governo do Estado do Maranhão, 1991.

Também pode-se verificar que a Lagoa da Jansen já era vista como uma área de grande visibilidade econômica, na página 10 o relatório deixa isso bem claro:

É necessário não perder de vista que a região representa um valor econômico importante para a cidade de São Luís, permitindo o desenvolvimento de atividades hoteleiras e turísticas, que já beneficiam outras cidades litorâneas do Nordeste. O ordenamento urbanístico e a proteção ambiental constituem-se em medidas preliminares para o aproveitamento desses recursos em escala comercial importante. Pode-se dizer, contudo, que esse ordenamento

não seria necessariamente pela eliminação das moradias da população de baixa renda, mesmo formadas por palafitas.

Figura 6 - Foto da citação anterior no Relatório de Recuperação ambiental da Lagoa da Jansen, página 10



Fonte: Governo do Estado do Maranhão, 1991.

Uma crítica interessante a segregação urbana e a gentrificação é vista no filme “O Preço do Amanhã²” (título original: *In Time*), que gira em torno do “Tempo” como nova moeda de troca existente na sociedade, porém, o contexto social que o filme se passa, demonstra um impactante desnível social entre duas cidades, a cidade rica e a cidade pobre. Além disso, apesar do existir o direito de ir e vir e as cidades serem de livre acesso, os mais pobres não conseguem chegar no centro de poder e riqueza da sociedade por conta de diversos pedágios cobrados em cada parada, ou seja, a burguesia exercendo controle social e mantendo o sistema em funcionamento e tornando “fácil” a exclusão social mais uma vez como

² Direção e Roteiro por Andrew Niccol – Ficção científica/Ação – 1h 49m – 2011

estratégia e/ou consequência processo de gentrificação

Como já foi exposto, a questão espacial se constrói em uma interdisciplinaridade marcante, é possível pensar por exemplo, na arquitetura e urbanismo ampliando suas possíveis interações conceituais com a geografia, buscando um debate a fim que essa aproximação traga análises palpáveis do espaço onde as pessoas habitam, transformam, convivem e etc. “A arquitetura e o urbanismo já não são suficientes para entender, planejar e controlar a paisagem urbana” (LOOTSMA, 2000, p.471)

Se para a arquitetura o lugar é percebido pela população no momento que possui significados profundos para elas, expressa-se uma simbologia social através das formas urbanas e dessa forma, reproduzindo o sentimento coletivo. Na geografia é o espaço onde as pessoas desenvolvem a vida comum e seu cotidiano, onde existem as relações políticas e econômicas e é onde existe a influência marcante da desigualdade social (BERGAMIM, 2013). Ou seja, duas áreas de estudo debruçadas em um mesmo objeto: o espaço. E essas duas áreas de estudo em conjunto estabelecem questionamentos sobre a construção desse espaço e o surgimento de desigualdades sociais que proporcionam a gentrificação.

Para fins dessa pesquisa considera-se o espaço como local de morada, lazer e vida humana. Isso posto, a análise da gentrificação na construção da Lagoa da Jansen, em São Luís do Maranhão visualiza o contexto do espaço com os habitantes dele e toda a influência exercida neste local em decorrência das ações que aconteceram no passar do tempo.

4. LAGOA DA JANSEN: SEU PROCESSO HISTÓRICO E DE CONSOLIDAÇÃO

Este tópico apresenta a história da Lagoa da Jansen na intenção de fazer um recorte temático do seu nascimento até a consolidação e objetiva mostrar seu surgimento na cidade de São Luís fazendo uso de recorte de jornais com suas notícias da época. A grande maioria dos jornais adquiridos para essa pesquisa faz parte do arquivo pessoal do escritório do Deputado Gastão Vieira que disponibilizou para esta dissertação.

4.1 NARRATIVA SOBRE O NASCIMENTO DA “LAGOA DA JANSEN”

A Lagoa da Jansen tem área aproximada de 50 hectares e situa-se no litoral Norte

da Ilha de São Luís, tendo como coordenadas geográficas 2°29'08'' de latitude sul e 44° 18'02'' longitude oeste, distando cerca de 4 Km do Centro Histórico, e estando entre a Praia da Ponta d'Areia e os bairros do São Francisco e Renascença. O antigo Igarapé da Jansen foi transformado em Lagoa pela intervenção do homem, houve um Projeto de Urbanização da Ponta D'Areia para interligar os bairros às praias por vias primárias. “Antigo habitat de caranguejos e muitas espécies de peixes, era totalmente coberta de mangue até o final da década de 70, quando foi aberta uma via cortando o igarapé, ligando a praia da Ponta d'Areia e o bairro do São Francisco” (O Imparcial, 13 de abril de 1988, Governo do Estado do Maranhão, 1991).

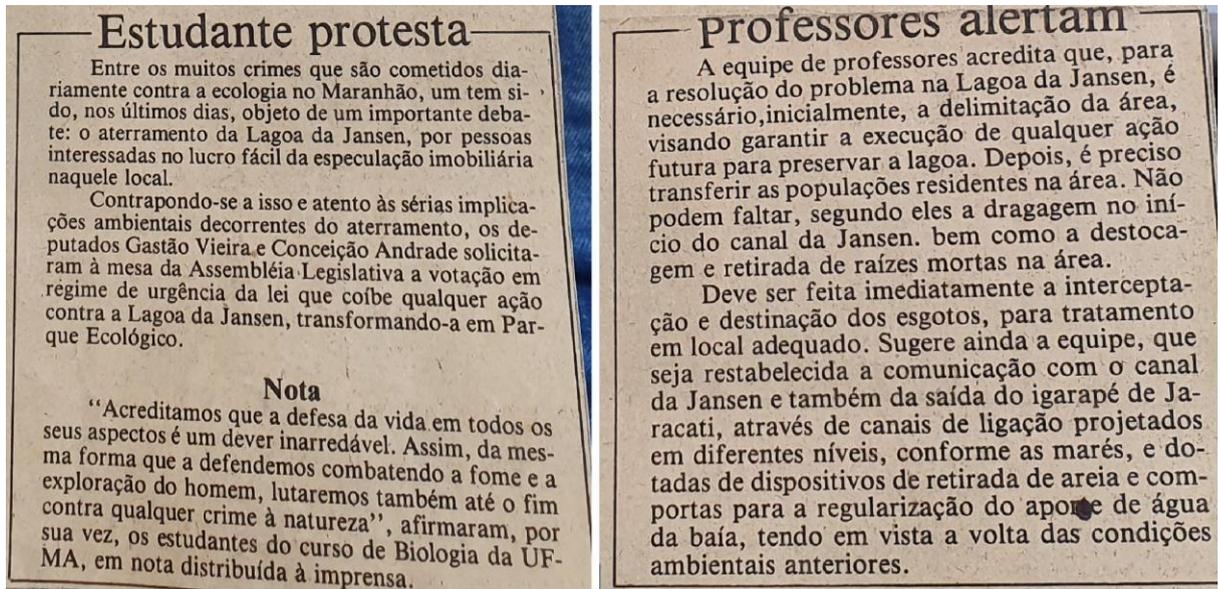
Figura 7– Localização da Lagoa da Jansen.



Fonte: Bianca Soares, 2019

Dessa forma, a construção da Avenida Maestro João Nunes em 1975 (hoje chamada de Avenida Ana Jansen), como pode ser visto na figura 1, ligando o bairro do São Francisco à Ponta D'areia cruzou o meio do antigo Igarapé, causando uma separação, de um lado ficou um canal de água e do outro uma Lagoa, causando o bloqueio da comunicação entre a parte média do igarapé com a foz. Com esse bloqueio do fluxo de água salgada pelo aterro, o mangue, conseqüentemente os animais foram asfixiados. E a área mais próxima da Lagoa, recebeu no início dos anos 70 um Projeto Urbanístico que era composto de lotes em tamanhos médios e superquadras para assentar o mercado hoteleiro (O Estado do Maranhão, 10 de abril de 1988).

Figura 8– Imagens do Jornal O Estado do Maranhão sobre os protestos na Lagoa da Jansen, 10 de abril de 1988



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão, 1988

Figura 9 – Avenida Ana Jansen ligando o bairro do São Francisco (abaixo) ao bairro da Ponta D’areia (acima) e a Lagoa da Jansen ao lado (direito)



Fonte: Imagem disponível no Google Earth, 2021

Figura 10 – Imagem aérea da Lagoa onde pode-se ver o conjunto de palafitas adentrando as águas.



Fonte: Governo do Estado do Maranhão, 1991.

A comunicação com o mar se deu a partir do controle de fluxo da mare para a laguna por dois canais tubulares de concreto, como “bueiros” que operam alternadamente, ora como extravasor, quando as contribuições da bacia drenante ocasionam a elevação do nível da laguna, ora como alimentador, quando as marés atingem níveis superiores, capazes de rever o fluxo. Ou seja, constantemente o volume da água fica represado (Rio Branco, 2012).

Figura 11– Bueiro duplo celular. Única ligação da lagoa da Jansen ao mar, não sendo suficiente (2011)



Fonte: Rio Branco, 2012

Com essa comunicação com o mar “cortada” como é dito popularmente, mas que no caso é diminuída, o mangue que ali existia morreu por asfixia e a lagoa seguiu em estado de “eutrofização”, com dejetos proveniente das palafitas e de conjuntos habitacionais, decomposição de matéria orgânica e proliferação de algas. (O Estado do Maranhão, 10 de abril de 1988).

Eutrofização (Boavida, 2001) é o acúmulo de nutrientes, sobretudo fosfatos e nitratos, dentro da bacia lacustre, fazendo com que haja um desenvolvimento maior da população de fitoplâncton, aumentando a floração algal. A eutrofização pode acontecer de forma natural e sem muitos danos as águas, mas quando ela é de forma acelerada, principalmente por ações antropogênicas, traz consequências ruins pois essas algas liberam toxinas causadoras de efeitos desagradáveis, como odor e sabor as águas, que por vezes é perigoso para a saúde. Além disso, causa a diminuição progressiva da concentração de oxigênio dissolvido na água e aumento de decomposição causando a morte da flora que ali vive (Boavida, 2001).

Tudo isso causa liberação de odores desagradáveis na área que se perdura até os dias de hoje, sem contar o aspecto estético da área que fica comprometido.

Mas ainda assim, a pesca que acontecia nessa área não parou até os dias atuais, a pesca costuma ser principalmente de Camurim, Tainhas, Pirapemas e outras espécies. Além

disso, ainda nessa publicação do jornal O Estado, ele descreve fragilidades já existentes na área que podem ser observadas até os dias atuais. (O Estado do Maranhão, 10 de abril de 1988).

“Dentre os inúmeros problemas existentes na lagoa, podem ser destacados: exalação de maus odores; degradação estética e paisagística; lançamento de esgotos; especulação imobiliária; mortandade de peixes e outras espécies aquáticas; degradação ambiental; assoreamento da área em função do aterro provocado pelo projeto Promorar e em função das construções de loteamento nas margens da lagoa. Também há a interrupção do movimento de maré para obstrução do canal de alimentação do Igarapé da Jansen e a comunicação no Igarapé do Jaracati. Isso tudo reflete de forma social, negativamente, para a comunidade, com relação à alimentação, habitação e saúde” (O Estado do Maranhão, 10 de abril de 1988).

O Relatório de Recuperação Ambiental da Lagoa feito pela Universidade Federal do Maranhão em 1991 apresenta como a consequência mais importante de todas sendo a destruição do ambiente natural, formado por restingas arenosas e manguezais, causadas pela urbanização que é algo típico das regiões litorâneas no Brasil. Mas o Maranhão tinha como aspecto diferente a formação de uma lagoa. O aspecto social mais importante dessa transformação teria sido a implantação de palafitas como moradia para a população de baixa renda. Em abril de 1991, existia 428 famílias vivendo dentro do espelho d’água e 149 às margens da lagoa, totalizando aproximadamente 3.000 habitantes e que em conjunto com as edificações existentes ao redor, a lagoa recebia aproximadamente esgoto de mais de 5.000 habitantes, não sendo as palafitas a fonte mais importante de poluição das águas (Governo do Estado do Maranhão, 1991).

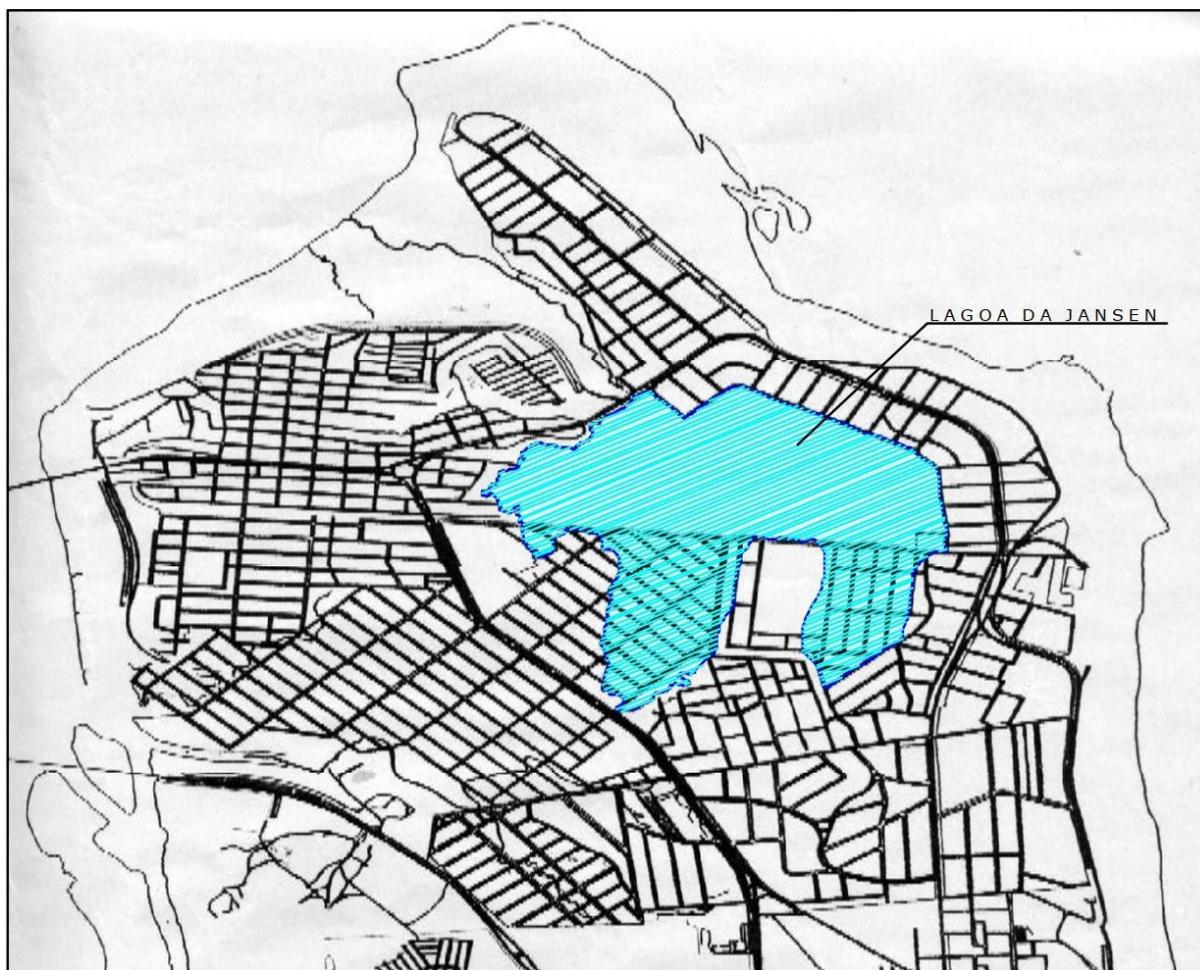
Figura 12 – Palafitas localizadas no espelho d’água da Lagoa da Jansen em 1991.



Fonte: Governo do Estado do Maranhão, 1991.

Na administração de Mauro Fecury, em 1979, as áreas circunvizinhas da Lagoa, além da Ponta D’Areia foram vendidas num processo de loteamento “a distância”, o que causou valorização no bairro. Segundo o jornal O Imparcial, o governo do Maranhão transferiu as áreas que tinham recebido da União para a administração da prefeitura, que por sua vez, entregou à SURCAP para revendê-las a particulares, mas quando acabaram as terras firmes a SURCAP resolveu também vender os mangues, que inclusive eram vendidas e indicadas “com uma pedra atirada na beira do lago em direção ao centro” (O Imparcial, 13 de abril de 1988). Esse loteamento foi criticado, na época, pela imprensa e pela sociedade e apenas alguns compradores aterraram seus lotes, que ficavam próximos às margens.

Figura 13 – Loteamento dentro do espelho d'agua da Lagoa da Jansen



Fonte: SURCAP in COELHO, 2002.

Na época também foi feito um estudo sobre a recuperação da Lagoa da Jansen com uma equipe composta por nove professores das universidades Federal e Estadual do Maranhão, tendo como responsável a professora Yara S. Novelli, especialista em manguezais. A partir daí foi feito um relatório que foca na preocupação pela situação das pessoas que moravam nas áreas circunvizinhas à lagoa. Ricardo Barbieri, um dos integrantes, comentou sobre a necessidade de retirar as palafitas para poder sanear e transformar a área em Parque Ecológico, mas se preocupa com os “palafitados”, ressaltando que o Governo deveria assumir a recolocação dessas pessoas para garantir melhores condições de moradia e conseqüentemente de saúde (O Estado do Maranhão, 10 de abril de 1988).

O Imparcial de 13 de abril de 1988, comenta sobre o recebimento de detritos tanto de mansões e prédios, quanto pelas palafitas que apodreceu o manguezal e levou a morte de muitos peixes, transformando numa área fétida, cujo odor incomodava moradores da área vizinha, afugentando até hóspedes de hotéis próximos. O laboratório de Hidrobiologia da

UFMA, fez estudos técnicos no lago e concluiu sete sugestões para melhorar os problemas ambientais

1) delimitação da área de estudo. 2) transferência das populações assentadas na área circunvizinha para lugar adequado, 3) obras de drenagem no início do Canal da Jansen, bem como destocagem e retirada de raízes mortas, 4) interceptação e destinação dos esgotos para tratamento, 5) restabelecer a comunicação com o Canal e também da saída do Canal de Jacarati, 6) estabelecimento de diretrizes normativas de utilização da área, delimitando a área da reserva ambiental da Lagoa; e 7) recuperação da Lagoa, tendo em vista a obediência do Plano de zoneamento pré-estabelecido pelo Plano Diretor de 1967 (O Imparcial, 13 de abril de 1988)

Diante de toda essa situação, surgiu a ideia de transformar a Lagoa da Jansen em Parque Ecológico, no O Estado do Maranhão ele cita sobre esse fato:

Entre os muitos crimes que são cometidos diariamente contra a ecologia no Maranhão, um tem sido, nos últimos dias, objeto de um importante debate: o aterramento da Lagoa da Jansen, por pessoas interessadas no lucro fácil da especulação imobiliária naquele local. Contrapondo-se a isso e atento às sérias implicações ambientais decorrentes do aterramento, os deputados Gastão Vieira e Conceição Andrade solicitaram à mesa da Assembleia Legislativa a votação em regime de urgência da lei que coíbe qualquer ação contra a Lagoa da Jansen, transformando-a em Parque Ecológico (O Estado do Maranhão, 10 de abril de 1988).

No O Imparcial de 6 de abril de 1988, O deputado do PMDB Gastão Vieira que era contra o aterramento da Lagoa da Jansen, já denunciava sobre o início do processo de aterramento com a extensa área que o Armazém Paraíba fazia uso e solicitou urgência para aprovação do projeto que visava transformar a Lagoa em reserva ecológica, apesar da área já se encontrar completamente loteada pelas transações comerciais realizadas pela prefeitura municipal de São Luís. (O Imparcial – 06.abr.1988).

Esse projeto de Lei, nº 37, de 1988, baseava-se em transformar a Lagoa da Jansen em reserva ecológica, executando projetos urbanísticos ao redor da Lagoa e fazendo estudos de impactos ambientais submetidos à aprovação da Secretaria de Minas, Energia e Meio Ambiente do Estado, para que dessa forma pudesse evitar os aterramentos que seriam feitos

por empresários com objetivo de construir edifícios comerciais na área. Nessa mesma época o engenheiro doutor em engenharia sanitária e ambiental, Lúcio Macedo, escreveu um artigo que cita a preocupação com o futuro da Lagoa da Jansen, pois é considerada como um dos maiores ecossistemas de criação, reprodução e alimentação dos peixes da Baía de São Marcos, mas que naquele momento estava passando pelo fenômeno de eutrofização (O Imparcial, 07 de abril de 1988)

“O aporte de marés, através do Igarapé da Jansen e a drenagem natural das águas em direção ao Igarapé Jaracati, propicia o desenvolvimento de denso manguezal, ecossistema muito vulnerável a mudanças de parâmetros físicos, químicos e biológicos e estas ocorreram de forma drástica, ressaltou. Com a construção o processo de aterras avenidas e a interrupção do fluxo natural das águas na lagoa, além de grandes obras de aterro ao redor da área e no próprio espelho d'água que fizeram nascer loteamentos como a gleba “A” do Renascença, Ponta do Farol, São Marcos e outros arranjos imobiliários, como frisa no artigo, Lúcio Macedo, agravou-se sucessivamente a poluição na lagoa. "Agora, com o novo aterramento que está sendo feito pelo Shopping Center, a situação tende a piorar muito mais, pela redução do espaço que o ecossistema passará a ter. É preciso que o governo ou os parlamentares revertam o processo de aterramento para evitar maiores danos" (O Imparcial, 07 de abril de 1988)

Na matéria de jornal ainda aparece que Lúcio Macedo³ considerava a área como um patrimônio com um valor ecológico, paisagístico e econômico que pertencia a toda comunidade independente de ter sido loteada para vários especuladores. E que ainda existia oxigênio dissolvido na água, onde várias espécies de peixes poderiam existir, além de comentar também que os manguezais em torno poderiam ser recuperados desde que se propiciassem condições ambientais favoráveis para isso (O Imparcial, 07 de abril de 1988).

No dia seguinte, houve mais uma vez um pedido de urgência na Assembleia Legislativa para acelerar o projeto da Lagoa em torná-la parque ecológico, pois havia o risco de ser “congelado” já que existia muito interesse empresarial contra ele (vários empresários adquiriram lotes da SURCAP e estavam apreensivos). Neste dia, o projeto foi aprovado, mas o requerimento foi prejudicado por não conseguir o quórum regimental necessário, o que prejudicou a situação: “ganhou, mas não levou” (Jornal de Hoje, 8 abril 1988). Dos

³ Engenheiro Civil, professor da Universidade Federal do Maranhão, mestre e doutor em Saúde Pública

argumentos utilizados para rebater o projeto, teve o Deputado Petrônio Gonçalves argumentando que a Lagoa servia de foco do mosquito que transmite dengue e outras doenças, mas foi rapidamente rebatido pelo Deputado Juarez Lima, médico sanitário, afirmando que o mosquito não se reproduz em água salgada. “Por outro lado, Jairzinho da Silva creditou a celeuma em torno da questão ao lobby das imobiliárias que se apropriaram da área e denunciou o ex-deputado Sebastião Murad de trabalhar neste sentido” (O Imparcial, 08 de abril de 1988).

Ainda na sessão da Assembleia sobre o pedido de urgência ao projeto, César Bandeira, líder do PFL na época reagiu de forma pragmática:

“Utilizando um argumento técnico: não se pode preservar uma área como a Lagoa da Jansen sem que se tenha a exata noção dos limites a serem desapropriados. A defesa de Bandeira a favor da rejeição do requerimento de urgência provocou reações contrárias nas galerias. Os debates não ficaram por aí. Muitos foram os deputados que foram à tribuna para defender e atacar o projeto, numa sucessão de pronunciamentos e apartes pouco vista no plenário da Assembleia Legislativa nos últimos tempos.” (O Estado do Maranhão, 8 abril de 1988).

Na época Gastão Vieira afirmava que São Luís precisava preservar o que existia de natural e bonito, porque as praias e mangues já estavam sendo castigadas pelas imobiliárias e por conta disso era seu grande esforço para transformar a Lagoa da Jansen em reserva ecológica, mas acabou sendo questionado sobre ser um árduo defensor da Refinaria de Petróleo do Maranhão que traria malefícios para a natureza da cidade da mesma forma. Gastão respondeu: “Não posso dizer que sou contra uma empresa que vai gerar 10 mil empregos, como a Usimar, e outra que vai proporcionar 15 mil empregos, como a Refinaria de Petróleo, só porque elas são altamente poluidoras. De um lado, porque a poluição pode ser evitada, e de outro por que, sem controle, a poluição continuará a existir mesmo sem a indústria” (O Estado do Maranhão, 10 de abril de 1988), afirmando que defendia a instalação da refinaria, mas que deveria ser feito um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), como prevê o Decreto Federal 88.351, de 1º de junho de 1983, que defende a Política Nacional do Meio Ambiente.

“Pouca gente sabe que os projetos industriais são obrigados por lei a aplicar 10 por cento do seu valor na realização de estudos e colocação de

equipamentos antipoluentes. ‘Eles não fazem isso porque não temem nenhuma ação contrária do Poder Público. Geralmente se tratam de grandes empresas, com excelentes influências políticas’, diz o deputado. Foi pensando assim, e por ser contra um dos maiores crimes que se comete contra a ecologia do Maranhão o aterramento da Lagoa da Jansen, por pessoas interessadas no lucro fácil da especulação imobiliária naquele local, que Gastão Vieira entrou com o projeto na Assembleia. A polêmica está criada. O apoio da comunidade e dos estudantes é irrestrito.’ (O Estado do Maranhão, 10 de abril de 1988).

Ainda em 10 de abril, o presidente da SURCAP, José de Arimatéia Fonseca, explanou sua preocupação com o Parque Ecológico que a Lagoa se transformaria. “Para a área ser transformada num Parque Ecológico, ela deverá ser desapropriada e, nesse caso, quem vai desapropriar? O Estado ou o Município? (O Estado do Maranhão, 10 de abril de 1988). Esse questionamento que já existia desde essa época, preocupava tanto a classe rica, dos proprietários de terras, de edifícios ou comércios da área, quanto os moradores de baixa renda da Lagoa, que moravam nas palafitas ou nas casas ao redor da Lagoa. Alguém teria que sair, quem seriam os escolhidos? Quem escolheria? Como isso seria feito? E quem arcaria com os problemas causados por essa expulsão a essas pessoas? Eram muitas coisas em jogo.

No Jornal Pequeno de 12 de abril de 1988, estudantes do diretório acadêmico de biologia deram uma nota a imprensa, afirmando que o aterramento da Lagoa da Jansen era crime e que deviam classificar todas as pessoas interessadas nisso como criminosas

“Entre os muitos crimes que se cometem diariamente contra a ecologia do Maranhão, um tem sido, nos últimos dias, objeto de um importante debate: o aterramento da Lagoa da Jansen, por pessoas interessadas no lucro fácil de especulação imobiliária naquele local. Contraoendo-se a isso e atentos às sérias implicações ambientais decorrentes do aterramento, os deputados Gastão Vieira e Conceição Andrade solicitaram à mesa da Assembleia Legislativa a votação em regime de urgência da lei que proíbe a qualquer ação danosa contra a Lagoa da Jansen mantendo-a como reserva ecológica. Dada à extrema necessidade da aprovação da lei referida. Vários estudantes da UFMA e UEMA dirigiram-se no último dia 07-04-88 à Assembleia Legislativa para apoiar a iniciativa dos dois parlamentares e denunciar mais esse crime contra a ecologia (...) A proposta conseguiu apenas maioria simples. Com essa postura, esses parlamentares ratificam explicitamente o seu descompromisso com a sociedade e as assumem como inimigos da

ecologia o que denunciávamos. Acreditamos que a defesa da vida em todos os seus aspectos é um dever inarredável. Assim, da mesma forma que a defendemos combatendo a fome e a exploração do homem, lutaremos também até o fim contra qualquer crime à natureza. A Lagoa da Jansen não será aterrada, às máquinas e à ambição dos especuladores com a convivência do poder público, se insurgirão com todo o vigor não só os estudantes, mas todos aqueles identificados com o projeto de uma sociedade diferente onde o homem e o meio ambiente sejam integralmente respeitados. Dessa forma, conclamamos a toda a sociedade de São Luís a dizerem não ao aterramento. **A NATUREZA MERECE RESPEITO! NÃO AO ATERRAMENTO!** **TODOS À LUTA!** São Luís, 08 de abril de 1988. Diretoria Acadêmica de Biologia.” (Jornal Pequeno, 12 de abril de 1988).

No geral, não bastava apenas que acabasse a especulação imobiliária na Lagoa da Jansen e sim que ela fosse preservada e deixasse de ser apenas uma laguna que recebia desejos de esgotos de várias residências nas proximidades, assim como de palafitas às margens da lagoa.

No dia 16 de abril de 1988 houve uma concentração ecológica na frente da Lagoa da Jansen, promovida por estudantes do curso de Biologia, Educação Artística e Educação Física da Universidade Federal do Maranhão. Além dos estudantes, tinha também os professores, políticos e até representantes da Colônia de Pescadores Z-10, contando com mais de 500 pessoas, afim de evitar a ação criminosa de especulação das imobiliárias. A manifestação começou às 10 horas e terminou por volta das 16 horas, onde várias atividades aconteceram, desde apresentação de coral, até atividades de lazer para as crianças palafitadas, enquanto havia recolhimento de assinaturas de pessoas que se posicionaram contra o aterro da lagoa. Antes de ser um ato político, a concentração ecológica foi um ato de pessoas preocupadas realmente com a situação da Lagoa, além de, como apresentado por Conceição Pacheco, aluno do curso de Biologia na época, “a natureza está sendo agredida e ninguém faz nada. A questão da Lagoa da Jansen é antes de tudo um problema social. As pessoas que aqui moram merecem melhores condições de vida” (O Estado do Maranhão, 17 de abril de 1988).

Mas ao mesmo tempo transformar a Lagoa da Jansen em Parque Ecológico poderia causar um grande problema social, tanto pela retirada dos palafitados, quanto o fato que a renda de muitas famílias ao redor da Lagoa era baseada na atividade pesqueira que lá existia. No Jornal de Hoje, ainda do dia 17 de abril de 1988, os pescadores profissionais “Zé Ribeiro” e “Domilson Lindoso” expressam seus sentimentos sobre o aterro da Lagoa:

“Segundo ele (Zé Ribeiro), mais de 500 pescadores vivem exclusivamente da pesca na Lagoa da Jansen. Antes das obras da Avenida Litorânea, os pescadores conseguiam tirar da Lagoa cerca de 2 mil quilos de peixe, diariamente. Hoje eles não conseguem 200 quilos (...). Conforme o pescador profissional Domilson Lindoso Nascimento, que há 14 anos vive da Lagoa da Jansen, foi ficando difícil há uns dois anos, quando foram colocados quatro tubos de 50 metros, os quais impediram a passagem do peixe para a Lagoa. Há dois anos somente da Lagoa saíam cerca de 50 toneladas/ano de peixe. Com a execução das obras da Avenida Litorânea menos de 10 toneladas/ano eles conseguem pescar. “Existem duas razões pelas quais, os estudantes pedem SOS nas faixas: uma pela ecologia e outra pela nossa sobrevivência”, comenta Domilson Nascimento (Jornal de Hoje, 17 de abril de 1988).

Figura 14 – O protesto durou todo o dia e teve a participação de mais de quinhentas pessoas.



Fonte: Jornal de Hoje, 17 de abril de 1988

Então, pode-se citar como principais danos a Lagoa em caso de aterramento: especulação imobiliária; danos ao ecossistema, que começa com a destruição dos manguezais, desequilíbrios climáticos, morte a fauna e flora da área; descaracterização paisagística da Ilha; além da expulsão de famílias pobres, que sobrevivem em palafitas e perda da fonte de renda da grande maioria dos moradores que vivem da pesca na área. Ou seja, é uma questão ampla, pois envolve fatores de ordem econômica, social e ecológica.

No dia 25 de abril de 1988 o jornal O Estado do Maranhão apresentou uma matéria

onde mais uma vez a deputada Conceição de Andrade ia a mídia para defender a Lagoa, desta vez, porém comentando que o descaso do poder público ia além da área nobre e se estendia a toda área hidrográfica da Ilha, que estavam sem soluções e que acabavam afetando a população. Junto com o Deputado Gastão Vieira que afirmava de forma taxativa que a falta de sistema de esgoto nos conjuntos habitacionais ao redor da Lagoa ocasionava um novo tipo de poluição incessante, pois os dejetos eram jogados a todo tempo (O Estado do Maranhão, 26 de abril de 1988).

Outro parlamentar que se uniu a luta foi o deputado Mário Carneiro, químico industrial, que já tinha histórico de ser em defesa da preservação ambiental, comentava veementemente sobre o assoreamento dos rios e do desmatamento que já acontecia aos mangues e afirmava que a lagoa não existia mais: “pois quando fizeram aquela avenida que vai para a Ponta d’areia, a Lagoa passou a ser o sumidouro dos conjuntos habitacionais ali construídos”, na época da construção da avenida, ele aconselhou para que fosse feito comportas que permitissem a troca de água com o mar e assim oxigenar a Lagoa, igual como foi feito na barragem do Bacanga, mas não foi executado. Depois de tudo, Gastão se sentia confiante que não havia mais possibilidade do projeto ser rejeitado para a Lagoa se transformar num parque ecológico, chegando a afirmar que “tanto isto é verdade que as poucas pessoas que se colocaram contra não apresentaram nenhum argumento convincente e tudo o que levantaram ou alegaram é hipotético” (O Estado do Maranhão, 26 de abril de 1988).

Mário Carneiro ainda afirmava que a Lagoa da Jansen perdeu todas as duas características naturais e “se tornou uma grande fossa”, considerando o problema grave pois “estão sendo criadas condições propícias ao surgimento de focos endêmicos, em função da fermentação do mangue e dois dejetos que se acumulam, além da falta de renovação da água do mar” (O Imparcial, 26 de abril 1988). Advertia que o governo deveria assumir a responsabilidade, uma vez que as ações de saneamento precisavam de suporte, recursos e projetos de custos elevadíssimos. Comentava ainda que essa operação precisava ser feita por etapas, sem paralisações, para que se chegasse a um resultado realmente positivo e que já existiam projetos sobre isso na Prefeitura de São Luís que poderiam ser utilizados em conjunto, todos os governos, Federal, Estadual e Municipal. E deixava claro que a atividade pesqueira que ainda existia na Lagoa oferecia perigo de intoxicação além de possíveis outras consequências, logo, o deputado considerava muito perigosa (O Imparcial, 26 de abril de 1988).

No dia 26 de abril de 1988 houveram debates no plenário e nos bastidores sobre o

projeto original apresentado à Assembleia Legislativa pelo deputado Gastão Vieira e o principal ponto de modificação foi que a Lagoa em vez de ser transformada em “reserva ecológica”, passaria a ser transformada em “parque ecológico” principalmente por ser uma área que já possuía ação humana.

“Para ser “reserva ecológica”, a área nunca deverá ter sido modificada pelo homem (como é o caso da “Praia dos Lençóis”). Por isso, tem que ser preservada do mesmo jeito que a natureza deixou. Quanto à denominação “Parque Ecológico” é um local que já sofreu influência do homem e é recuperada, modificada, adaptada, conservando os princípios básicos do ecossistema” (O Imparcial, 28 de abril de 1988).

Além da modificação de reserva para parque, respaldada em lei federal, o Deputado César Bandeira propôs que todo esgoto que era despejado nas águas da Lagoa fossem desviados e comentava sobre a proposição de uma multa para os proprietários ou responsáveis pelos esgotos despejados nas águas da Lagoa com prazo de seis meses para uma solução, sugeria a construção de fossas, como medida provisória para o escoamento; a terceira emenda é sobre a exigência de que toda reserva de mangue existente fosse preservada e a definição de um projeto urbanístico e paisagístico de toda área tombada, com criação de praia artificial em volta da lagoa, áreas verdes com transplante de árvores frutíferas, decorativas e espécies exóticas da região e com avenidas para pedestres, bicicletas e veículos similares; saneamento e limpezas dos bueiros para permitir o processo de salinização da lagoa. A ideia era que finalizasse a polêmica do projeto e ao ser reescrito, pudesse ser aceito no plenário (O Estado do Maranhão, 27 de abril de 1988. O Imparcial, 27 de abril de 1988).

Em 11 de maio de 1988 os estudantes do Diretório Acadêmico de Biologia da UFMA esclareciam sobre a mobilização na Lagoa da Jansen:

“não foi por interesse secundário, partidário, nem por uma simples questão de romantismo ecológico – defender o verde pelo verde, mas sim por uma questão de coerência e conscientização com os problemas inerentes ao homem. De forma que a nossa visão é lutar por uma consciência ecológica em nosso Estado, que caminha para uma transformação econômica e social. O propósito da entidade é lutar por uma sociedade justa e contínua (...) não são só os moradores da Lagoa que poluem, mas sim, dez bocas de canos que escoam milhares de litros cúbicos por dia. ‘E também é bom não esquecer dos prédios da Ponta d’Areia, Ponta do Farol, São Marcos e Renascença,

principalmente. Reiterados a luta com os moradores da Lagoa a favor de melhores condições de vida, de trabalho, de lazer e criação cultural. Se for previsto, iremos acampar também na avenida Dom Pedro II, em frente ao Palácio dos Leões e La Ravardiere’.” (O Imparcial, 11 de maio de 1988).

No dia 19 de maio não houve sessão plenária por falta de quórum e no dia 20 de maio de 1988 o projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa transformando a Lagoa em Parque Ecológico. O projeto passava então a ser submetido ao governador Cafeteira para a sanção e construção de benfeitorias que seriam usadas pela população como forma de lazer. “Foi a primeira vitória contra as arbitrariedades que o poder público vem cometendo ao longo dos anos, como o PROMORAR, a Avenida Litorânea e outras” afirmou o deputado Gastão Vieira. (Jornal de Hoje, 21 de maio de 1988)

Segundo o parlamentar, “naquela época, a ‘lagoa’ foi loteada de forma irresponsável pela Prefeitura, e vinha sendo aterrada de forma ilegal e lesiva ao meio ambiente”. Para ele, o abandono e aniquilamento da área vinha se dando de forma proposital já que “grupos imobiliários e especuladores que sempre gravitam em torno do poder executivo, qualquer que seja a esfera de decisão, adquiriram extensas áreas quando a ‘lagoa’ era repleta de vida e nem mesmo poluição havia, já que sua água se renova a cada maré, o que a tornava um incalculável manancial piscoso, conforme atestam laudos periciais fornecidos pelo laboratório de hidro biologia da Universidade Federal do Maranhão” (Jornal de Hoje, 21 de maio de 1988).

O deputado Gastão comentou em matéria do Jornal de Hoje do dia 21 de maio de 1988, que não tinha receio de o Governador Cafeteira vetar o projeto pois estava enquadrado na lei estadual 4154, que disciplina a política estatal para controle e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais de todo Estado, além de também estar amparado na lei federal 6766, de 10 de dezembro de 1969:

A lei citada pelo parlamentar, reza em seu artigo 3º, que “não será permitido o cancelamento do solo:

Parágrafo Único:

- I) Em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações;
- IV) Em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;
- V) Em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça

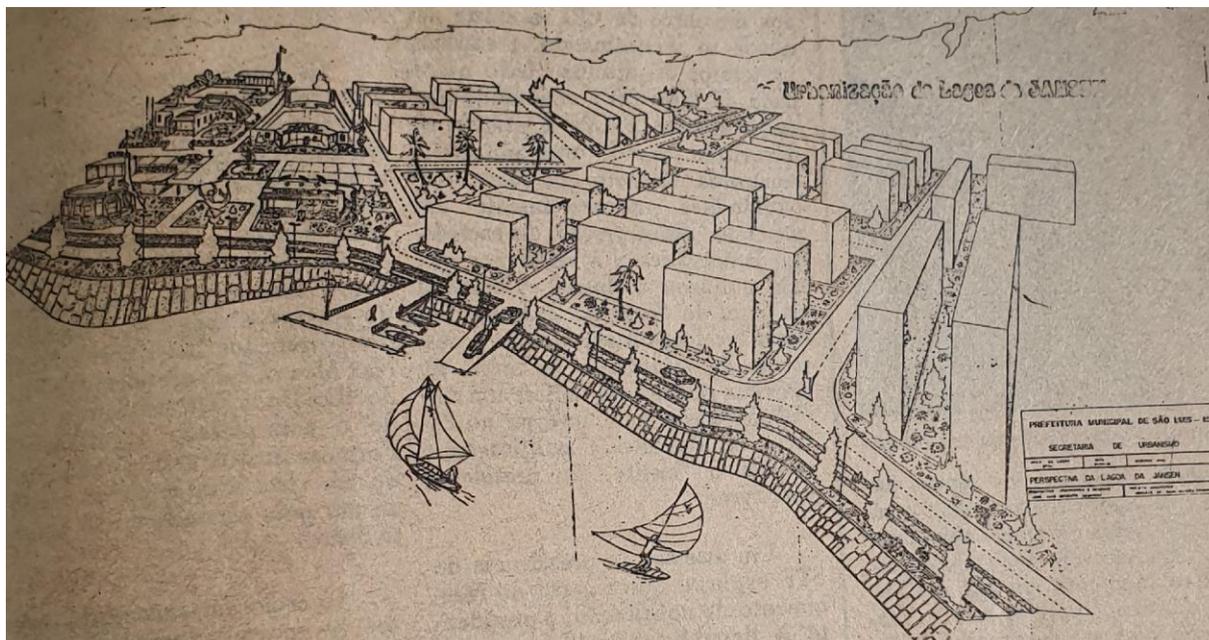
condições sanitárias suportáveis” (Jornal de Hoje, 21 de maio de 1988).

O jornal O Imparcial publicou, ainda do mesmo dia, quatro pontos básicos que justificavam a aprovação do projeto ter sido uma grande vitória. O primeiro era que anulava definitivamente o aterro da lagoa que iria transformá-la em loteamento; segundo que o procedimento chamava atenção da autoridade pública para uma urgente necessidade de construir uma estação de esgoto para que assim pudesse ter uma urbanização na área; o terceiro seria a possibilidade de transformar em uma área exclusiva de embelezamento da cidade e lazer para os habitantes e por último, incentivaria a pesca artesanal dentro dos princípios legais, sem produtos poluídos aumentando assim as condições de trabalho do maranhense (O Imparcial, 21 de maio de 1988).

A morte lenta da Lagoa teve início quando, em vez de construírem uma ponte na avenida que a separa da enseada da Ponta D’Areia, fizeram um arranjo com tubos de concreto para a passagem das águas que a mantinham limpa, oxigenada e repleta de toda a vida marinha e como resultado se tinha uma lagoa mergulhada em lama e dejetos, tanto dos edifícios, quanto das palafitas (Jornal de Hoje, 23 de maio de 1988).

“Durante o Plano de Governo de João Castelo foi elaborado um estudo pelo professor Lúcio Costa, o arquiteto que projetou Brasília, de sorte que, em volta da lagoa seria feito um aterro, no qual construiriam uma avenida circular, margeando edifícios do mesmo gabarito. Com a drenagem do leito, teríamos uma réplica da famosa lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, onde poderiam realiza-se competições de remo e até de natação, pois nenhuma rede de esgoto seria para lá destinada.” (Jornal de Hoje, 23 de maio de 1988)

Figura 15 – Imagem de jornal da maquete do projeto da Lagoa da Jansen negociado pela prefeitura em 1988.



Fonte: Jornal de Hoje, 21 de maio de 1988

No dia 01 e 02 de junho de 1988 aconteceu um seminário com tema “A Conservação da Lagoa da Jansen”, realizado pela Secretaria das Minas Energia e Meio Ambiente, que pretendia incorporar a área da lagoa ao Patrimônio Público, para permitir a utilização dos aspectos ecológicos, econômico e social. O seminário fazia parte da programação da Semana Nacional de Meio Ambiente – Decreto nº 86.028, de 27 de maio de 1981 (O estado do Maranhão, 01 de junho de 1988).

Os debates eram sobre aspectos ecológicos, urbanísticos e econômicos da Lagoa. Com análise da lagoa, poderia ser equacionado e priorizados os problemas detectados para buscar soluções apropriadas, que seria submetida aos órgãos competentes.

“como: ‘Aspectos Ecológicos da Lagoa da Jansen’, com o expositor Ricardo Barbieri, diretor da Divisão Biótica do Laboratório de Hidrobiologia da Universidade Federal do Maranhão; ‘Aspectos Urbanísticos e Paisagísticos da Lagoa da Jansen’, com a secretária municipal de Urbanismo, Telma Ribeiro Pinheiro; ‘Aspectos Hidro sanitários da Lagoa da Jansen’, com o assessor da presidência da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão, José Gerardo Santos Pinho; e ‘Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais da Lagoa da Jansen’, secretário de Desenvolvimento Urbano, Nan Sousa (O Estado do Maranhão, 01 de junho de 1988)

Figura 16 – Foto da matéria sobre o seminário com tema “A Conservação da Lagoa da Jansen”, realizado pela Secretaria das Minas Energia e Meio Ambiente.



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão – 01 de junho de 1988

Outro evento que fazia parte da Semana Nacional de Meio Ambiente foi o I Encontro Juvenil sobre o Meio Ambiente, que tinha como objetivo congregiar os estudantes de quinta a oitava série das escolas da capital para dar a devida atenção a preservação ambiental, poluição, conservação, recursos renováveis e não-renováveis, ecologia e desenvolvimento. E para finalizar teve um concurso de redação com o tema “O Meio Ambiente em que Você Vive” (O Debate, 29 de maio de 1988)

Na Lagoa da Jansen, morava mais de cinco mil palafitados, com uma vida subumana. O ex secretário da SEMUR, arquiteto Ronald de Almeida Silva, comentava sobre a falta de saneamento básico e que tinha como consequência um complexo de doenças. Segundo técnicos o problema estava na renovação da água que não acontecia desde a construção da Avenida Maestro João Nunes (Ana Jansen). Antes disso, havia fluxo e refluxo das marés e permitia a limpeza (Jornal de Hoje, 01 de junho de 1988).

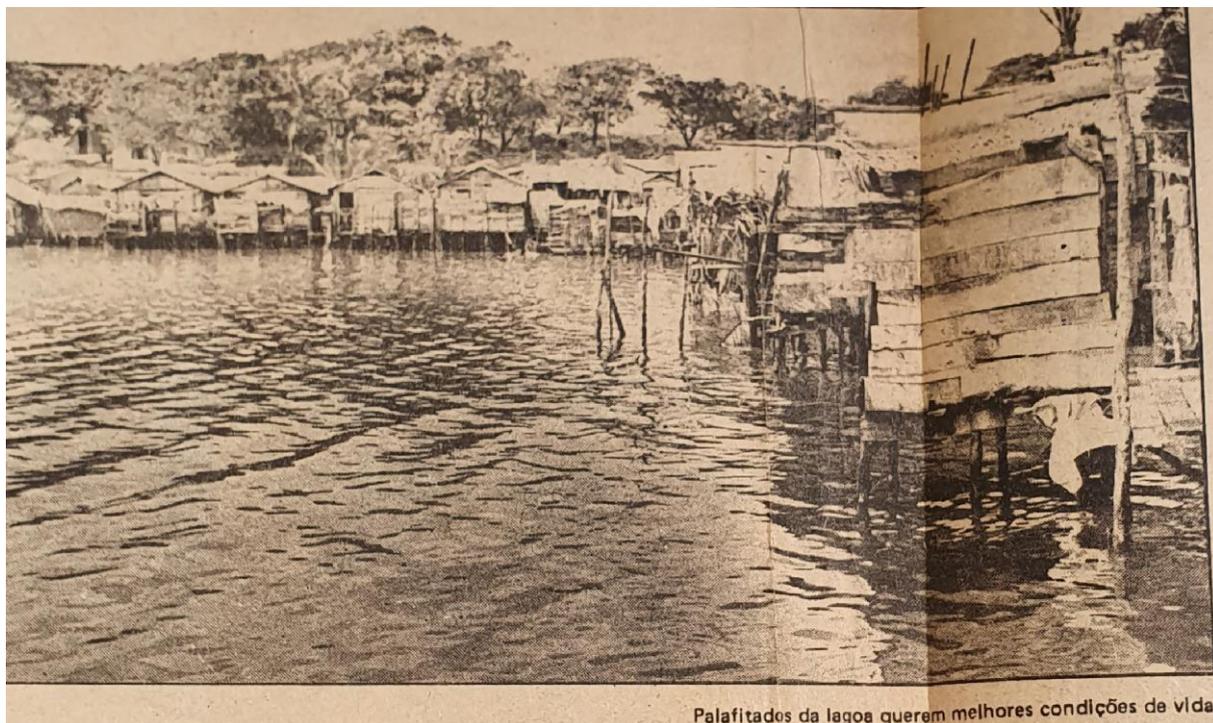
Os palafitados da Lagoa reivindicavam a regularização das áreas que eles ocupavam, pois tinham a pretensão de ficar onde estavam. Eles pediam por urbanização e

saneamento básico, com acesso a serviços de água, luz, limpeza urbana (instalação de depósitos em diversos pontos), escoamento de águas e desejos, pavimentação das ruas com sarjetas e etc., equipamentos comunitários, como instalação de postos de saúde, escolas e creches na área e para isso queriam acompanhamento sistemático da administração pública, incluindo audiências bimestrais com o governador e mensais com a prefeita (Jornal de Hoje, 01 de junho de 1988).

“– Eu moro aqui, na Lagoa, mas daqui não saio não. Não troco a minha velha casa por um prédio bonito. Assim, a dona-de-casa Maria José Viana, 63, salientou o seu repúdio pelas ideias políticas do Governo de tentar resgatar uma dívida com os palafitados e favelados de todo o País, ao lançar o Programa de Apoio Às Comunidades Faveladas, o “Fala Favela” – A vida aqui não é muito boa, mas nós não temos outro lugar para ficar” – Completou Maria José” (Jornal de Hoje, 01 de junho de 1988).

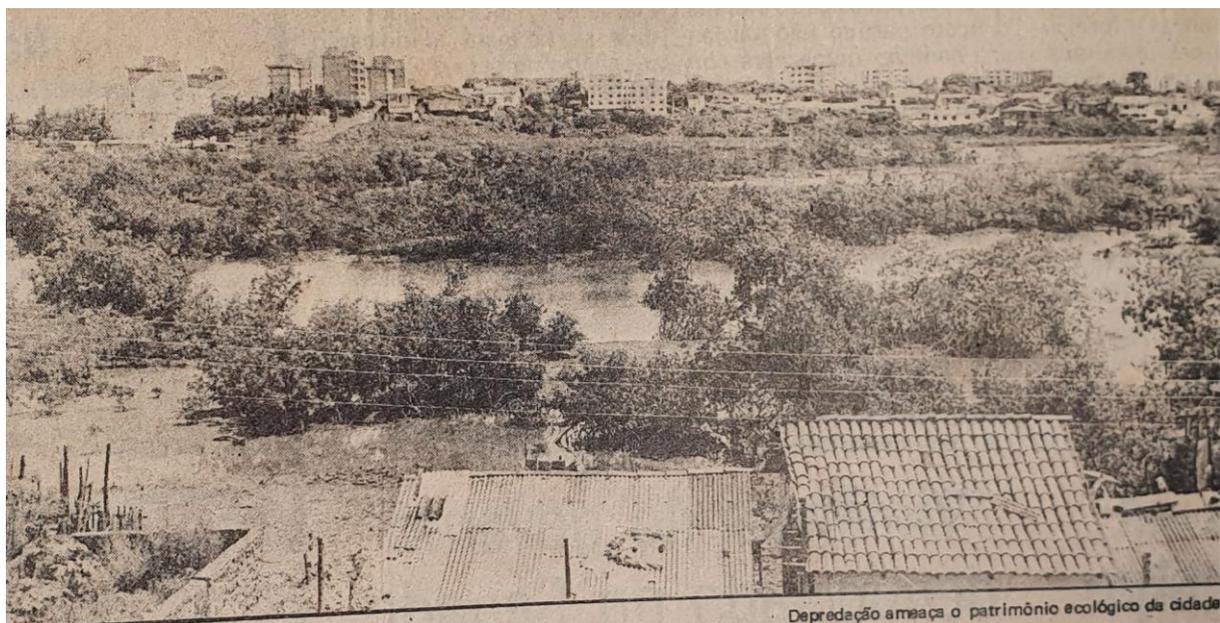
Maria José Viana, idosa que vivia com uma pensão inferior ao salário nacional da época e com ajuda de amigos, comentava o quão difícil era morar sobre a Lagoa, havendo riscos de cair da ponte de madeira velha e criticava na matéria do jornal sobre o programa da Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC, que tinha por objetivo melhorar as condições dos favelados com reparos em mais das 300 unidades de moradias existentes, dizendo que nunca tinha ouvido falar desse projeto e que eles queriam eram os votos dos moradores da área na eleição que viria. Outra moradora, chamada Domingas de Jesus Borges, de 25 anos, foi vítima do êxodo rural, vindo de Penalva (MA) na intenção de conseguir uma vida melhor, mas passou a morar num quarto alugado, sobre a lagoa e afirmava: “A vida aqui não é boa. Não temos nada, só o mal cheiro da Lagoa”. Outro morador chamado Reinaldo Duarte Santos de 38 anos, finaliza a matéria dizendo que mora há mais de dez anos e que nada foi feito pela Lagoa nesse tempo (Jornal de Hoje, 01 de junho de 1988).

Figura 17 – Imagem de jornal das palafitas na Lagoa da Jansen na época.



Fonte: Jornal de Hoje, 01 de junho de 1988.

Figura 18 – Imagem da Lagoa em 1988 contidas no Jornal da época



Fonte: Jornal de Hoje, 02 de junho de 1988

Para o secretario Clodomir Paz, o Seminário vai extrair soluções para a Lagoa, “mas elas devem sair de uma decisão política dos governos, com a

participação da população”. Paz assinalou que, com certeza, haverá a desapropriação das famílias que habitam sobre a Lagoa, de forma consensual, sem prejuízos para a comunidade que não quer só mudar de lugar. “O presidente da União dos Palafitados da área disse que, da Lagoa, os moradores tiram o seu sustento e isso nos preocupa muito”, completou Paz (Jornal de Hoje, 02 de junho de 1988)

José Gomes, presidente da Associação dos Palafitados do São Francisco, tinha como maior preocupação o destino dos palafitados, que não queriam sair e achavam que não deveriam, já que 80% desses moradores dependiam da Lagoa para sobreviver. Então, eram a favor da urbanização da Lagoa, para que fosse garantido a “manutenção dos moradores” e culpabiliza a CAEMA por não tratar os esgotos dos bairros próximos a Lagoa e evitasse que fosse jogado na Lagoa que era fonte de renda dos moradores. Gomes comentou ainda que seria mais lógico retirar primeiro os prédios, já que eles sim eram os maiores poluidores. Ele comentava sobre os moradores das palafitas na Lagoa sentirem que o projeto estava sendo feito de “de cima para baixo” sem consulta deles, sendo que eles seriam muito afetados. E que caso o remanejamento ocorresse, para eles a sobrevivência será mais difícil (O Estado do Maranhão, 02 de junho de 1988).

O morador José Ribeiro, pescador profissional da Lagoa há 11 anos, lastima a sua possível saída e a de seus colegas de profissão, que chegam a 50 e que vivem exclusivamente da Lagoa. Ele alerta o governo sobre as consequências negativas, caso eles sejam remanejados da área. Sua preocupação é muito grande, pois sustenta a sua família com a venda da pesca de siris, peixes e camarões. Antes da construção da Avenida Litorânea, ele chegava a ter rendimentos de até dez salários mínimos (O Estado do Maranhão, 05 de junho de 1988)

Clodomir Paz informou que a Secretaria de Minas e Energia e Meio Ambiente promoveu o seminário para conseguir junto com a comunidade científica e os demais órgãos interessados, subsídios para que quando o projeto fosse aprovado pela Assembleia criando o Parque, já fosse estruturado. Esperando assim, que o seminário concluísse com “soluções práticas” que impedisse os aterros e as ocupações indiscriminadas que a Lagoa já sofria por anos. O medo era que na prática o projeto se tornasse inviável por “falta de recursos”. O Secretário reconhecia as dificuldades para sanear a Lagoa, mas apostava no potencial turístico da área (O Estado do Maranhão, 02 de junho de 1988).

Figura 19 – Foto da Lagoa da Jansen sendo usada pelos moradores para lazer.



Fonte: O Imparcial, 02 de junho de 1988

A Companhia de Água e Esgotos do Maranhão – CAEMA, foi representada no seminário pelo assessor da Presidência, engenheiro civil José Gerardo Santos Filhos e afirmou que apesar das agressões sofridas, a lagoa ainda possuía balneabilidade, pois os índices de poluição eram inferiores a 50% do padrão norte-americano, ou seja, nem 10 mil coliformes por cada 100 mililitros de material examinado na época. Houve discordância da diretora do LABOHIDRO, Teresa Barros, que assinalou que a poluição da Lagoa era responsabilidade da CAEMA, que permitia que os dejetos fossem lançados “In natura” nas águas da lagoa, tanto da população palafitada, quanto da periferia local e dos prédios nos arredores. E comentou também sobre o fato que os coliformes fecais existentes, apesar de ser uma quantidade baixa, como a CAEMA afirmava, mas era uma poluição muito alta para as espécies biológicas que existiam na lagoa, ocorria o fenômeno da mortandade de peixes que não resistiam ao pouco oxigênio da água – devido a não ter renovação da água e que resolvendo o livre acesso da água do mar para a Lagoa já seria uma solução de vida para a mesma (Jornal de Hoje, 03 de junho de 1988).

O secretário de Trabalho e Desenvolvimento Urbano, Nan Sousa, acreditava que a conservação da Lagoa e a criação de um Parque Ecológico teria viabilidade econômica assim que integrasse a proposta de conclusão de obras do complexo litorâneo e da urbanização da Ponta D’areia. Com isso, facilitaria um projeto turístico para área da lagoa que poderia gerar receitas estimadas em dez bilhões de dólares por ano. Na opinião do

secretário o Projeto era de fácil execução “Do que se precisa é de uma decisão política, dependente de um grupo de técnicos que apresente uma proposta viável para sua rápida execução” (O Estado do Maranhão, 05 de junho de 1988).

No dia 08 de junho de 1988, no O Imparcial, saiu uma notícia bem pequena explanando que na área do legislativo o projeto sobre a Lagoa já estava chegando ao seu final e que esperava a aprovação com a participação de todos os deputados. Depois disso houve matéria novamente no dia 13 de novembro, onde O Estado do Maranhão publica que no final da primeira quinzena de outubro foi anunciado que o projeto de regulamentação do uso da Lagoa só sairia no final daquele mês, pois ainda não havia sido possível a sua confecção: “Tudo ainda depende da entrega de estudos de outros órgãos sobre a lagoa para agilizarmos o processo que deve sair somente no próximo mês de dezembro” (O Estado do Maranhão, 13 de novembro de 1988), assegurou José Lopes. Apontava também que desde o seminário sobre a “Conservação da Lagoa da Jansen” que aconteceu em junho de 1988, os moradores receberam uma dose de esperança quanto a se fixarem definitivamente na Lagoa e que a lagoa não é só especulação imobiliária e sim uma questão de cunho social, pois várias famílias perderiam seu sustento com a venda de peixes e mariscos. Ainda nessa reportagem o Laboratório de Hidrobiologia da UFMA (LABOHIDRO) divulgou que a lagoa ainda possuía muitos seres vivos, a exemplo das 50 espécies de peixes, 30 de algas marinhas e 16 de fitoplanctons, mas que precisava de ajuda na defesa de tudo isso (O Estado do Maranhão, 13 de novembro de 1988).

Em abril de 1989 o secretário Municipal de Urbanismo, Gustavo Marques, informou a secretaria que estava realizando um levantamento das atuais condições da Lagoa da Jansen, para que pudesse ser elaborado os projetos de proteção ao meio ambiente. Gustavo informou ao O Imparcial que desde 1987 já existia um documento que ele elaborou sobre a Lagoa da Jansen e o Bacanga, mas que ao entregar ao governador Eptácio Cafeteira e o secretário Aníbal Pinheiro e aguarda que dessa forma possa ser feito os projetos de urbanização das áreas que incluíam necessidades como lazer, área verde, apoio ao pequeno comerciante e infraestrutura hidráulica, sanitária e elétrica na esperança de retorno turísticos por se tratar de rios, mangues e paisagismo da cidade (O Imparcial, 12 de abril de 1989)

Apesar da Assembleia Legislativa ter aprovado, em 1988, uma lei sancionada pelo governador Eptácio Cafeteira transformando a Lagoa da Jansen em reserva biológica, mais de um ano depois da criação dessa lei estadual nada tinha sido feito e as imobiliárias continuaram avançando pelas laterais, com aterros para construções de mansões e prédios residenciais. Além do projeto de urbanização elaborado em 1984 pela prefeitura para

recuperar Lagoa que também não saiu do papel, embora o financiamento constasse na dívida do município junto ao Banco do Nordeste do Brasil, no valor de US\$ 565 mil. Por conta dessa incredulidade na execução da lei aprovada, o Deputado Gastão Vieira apresentou uma emenda à Constituinte Estadual, pretendendo que a Lagoa fosse considerada uma área de preservação permanente e inalienável por toda sua extensão, porém ela já havia uma parte vendida por uma empresa imobiliária vinculada à Prefeitura (O Globo, 3 de junho de 1989).

A venda dos lotes da Lagoa foi facilitada pela supervalorização das praias na época. O LABOHIDRO mais uma vez realizou estudos locais em 1989 e constatou que além do desequilíbrio provocado pela morte do manguezal que se cobria a extensão da Lagoa, os peixes já haviam sido sacrificados por asfixia, em decorrência da falta de oxigenação da água pela perda do fluxo com o mar (O Globo, 3 de junho de 1989).

Até então, havia aproximadamente 400 famílias morando dentro da Lagoa da Jansen, havia cinco ruas palafitadas, que tiveram apenas dois serviços públicos implantados em época de campanha eleitoral: água encanada – com encanação presa às estacas que sustentam as pontes de tabiques das residências – e luz elétrica – precariamente instalada em postes de madeira, sendo que já tinha histórico de três incêndios que destruíram parte dos casebres e duas crianças mortas queimadas em 1988. Antônio Pena Diniz, tem 30 e era garçom e disse que ali foi o único lugar que ele encontrou para morar com os três filhos pequenos (O Globo, 3 de junho de 1989).

Figura 20 – “Mansões e palafitas convivem com o mau cheiro da Lagoa da Jansen, um verdadeiro esgoto a céu aberto”



Fonte: O Globo, 3 de junho de 1989

O prefeito Jackson Lago entregou no dia 13 de junho de 1989 uma carta a Caixa Econômica Federal solicitando financiamento, no valor de Ncz\$ 19.300.000,00, para recuperação ambiental da Lagoa da Jansen e o assentamento da população que vivia na margem. Pretendia fazer em etapas, a primeira estabelecendo a renovação e preservação dos recursos hídricos, faunísticos e florístico; saneamento através de obras de infraestrutura de esgotos sanitários, água potável, drenagem pluvial e coleta de lixo. O segundo era sobre o assentamento da população de baixa renda residente nas margens internas da lagoa, mediante urbanização adequada dos espaços ocupados e com construções de moradias. O prefeito pretendia discutir com a comunidade sobre o trabalho que seria feito e suas implicações sociais e políticas. E por último, a urbanização paisagística de toda orla da Lagoa, com um sistema viário apropriado e equipamentos comunitários, urbanos e de lazer (Jornal Pequeno, 14 de junho de 1989).

Os moradores de baixa renda da Lagoa foram perdendo as esperanças quanto a salvar a lagoa, pois a cada dia que passava o número de edifícios só aumentava ao longo da redondeza sem planejamento e sem saneamento. As crianças já nem brincavam mais na lagoa enquanto os pais pescavam. Gonçalo Ferreira Boás, que era residente na travessa Frei Antônio há oito anos comenta que fazia dois anos da morte de uma criança vítima de uma infecção causada pelo esgoto e que as crianças viviam com coceira pelo corpo e doentes constantemente e que além das doenças, as casas viviam cheia de mosquito: “Tem dia que a gente nem pode fazer as refeições direito, pois o cheiro fica insuportável e os mosquitos ainda perseguem” (Jornal de Hoje, 21 de junho de 1989).

Outra moradora da área, Maria Raimunda Mendes Mota, disse que desde que chegou, há três anos, o esgoto jorrava diariamente, incomodando não só os moradores como também os transeuntes. Mãe de dois filhos menores, comentava que os cuidados com as crianças tinham que ser redobrados, pois a qualquer descuido poderia haver uma infecção. Gonçalo Boás afirmou que faltou interesse pelo assunto por parte das autoridades e que todo esse drama vivido pela comunidade era uma falta de respeito da classe dominante com os pobres e isso perdura pelos dias atuais (Jornal de Hoje, 21 de junho de 1989).

4.2 LAGOA DA JANSEN: TRANSFORMAÇÃO EM PARQUE ECOLÓGICO

A Lagoa da Jansen foi reconhecida como Parque Ecológico da Lagoa da Jansen (PELJ) em 1988 para uso público, por meio da Lei Estadual 4.878, de 23 de junho de 1988

para fins de uso público diversão, esportes e áreas verdes dentro dos limites a serem fixados pelo poder público (DIÁRIO OFICIAL 01/07/88).

Figura 21– Recorte do decreto que transforma a Lagoa da Jansen em Parque Ecológico.

DECRETO Nº 4878 DE 23 DE JUNHO DE 1988

TRANSFORMA a “Lagoa da Jansen” em parque ecológico e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica considerada como Parque Ecológico do Estado, a “Lagoa da Jansen”, para fim de uso público, diversões, esportes e áreas verdes dentro dos limites a serem fixados pelo Poder Público.

Parágrafo Único – Fica o Poder Executivo autorizado a:

a) Vetado...;

b) fazer preservar de imediato as áreas de mangues ainda existentes.

Art. 2º - A execução de projetos urbanísticos no perímetro da “Lagoa da Jansen”, dependerá de elaboração de estudos de impacto ambiental a serem submetidos à aprovação da Secretaria de Estado das Minas, Energia e Meio Ambiente.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela as contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe do Gabinete Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 23 DE JUNHO DE 1988, 167º DA INDEPENDÊNCIA E 100º DA REPÚBLICA.

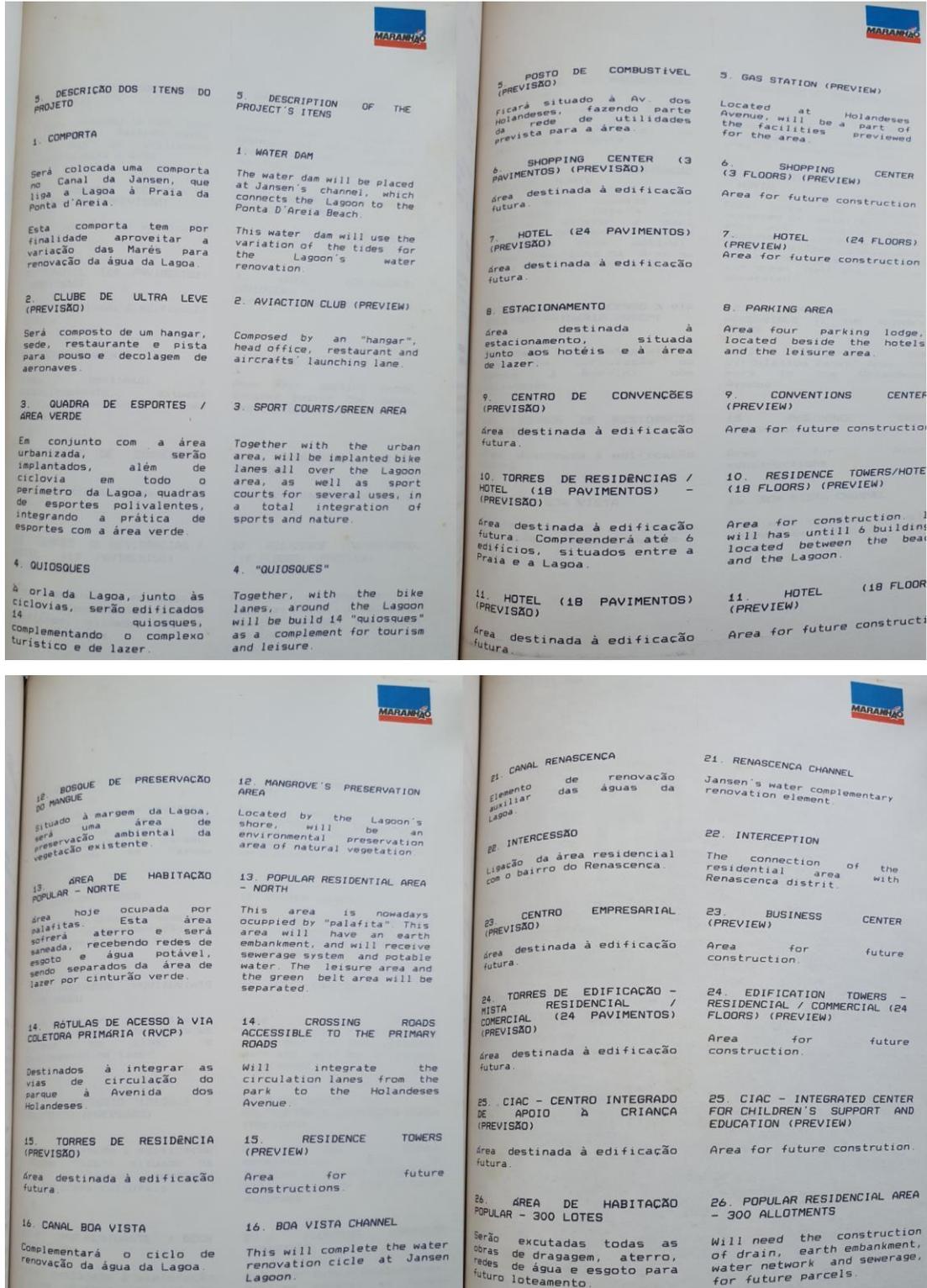
Fonte: Estado do Maranhão, no Decreto Nº 4878, de 23 de junho de 1988

Percebe-se que o próprio Relatório de Recuperação ambiental da Lagoa da Jansen feito pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo no ano de 1991 já deixava indícios de um processo gentrificado. Além do que, esse mesmo diagnóstico contempla diversas ideias de planos urbanísticos de manter a população de baixa renda e melhorar suas moradias e sua qualidade de vida e assim, que a Lagoa da Jansen possuísse uma melhoria homogenia com o plano de não desestabilizar a harmonia social dos atuais moradores.

Junto a isso o Relatório descreve essas obras urbanísticas do plano para a área da Lagoa da Jansen, que contemplava obras de engenharia (saneamento e drenagem urbana, sistema de circulação de águas), obras de lazer (clube de ultra leve, quadra de esportes, centro de convenções, planetário, bar flutuante), obras privadas (posto de combustível, shoppings, pousadas e hotéis), obras de preservação ambiental (bosque de preservação de mangue, canal para renovação de água da Lagoa), obras de trânsito (ponte de acesso à ilha, rótulas de acesso à via coletora primária) e área de habitação popular com 300 lotes e “torres” de residência, dentre outros. E ao caminhar pela Lagoa da Jansen nos dias atuais, já é visível que não foi

exatamente como planejado.

Figura 22 – Quatro fotos do Relatório de Recuperação ambiental da Lagoa da Jansen que descreve as obras urbanísticas do plano para a área da Lagoa da Jansen, páginas 18, 19, 20, 21.



Fonte: Governo do Estado do Maranhão, 1991.

Esse processo que a Lagoa da Jansen vivenciou segue o padrão de gentrificação visto no Brasil, onde é marcado pela hierarquização urbana e que transforma suas cidades e seus bairros em mercadorias. Onde as políticas de “redesenvolvimento” urbano se destacam e alteram as dinâmicas de produção e de circulação, nutrindo como estratégia e/ou consequência processo de gentrificação (RIBEIRO, 2018)

“A população desfavorecida ocupa os espaços menos valorizados da cidade e que não interessam o mercado imobiliário (até então) (...) desassistidos (a população) pelo estado, que não oferece habitações sociais suficientes ou compatíveis com seus rendimentos baixos e irregulares, não tendo condições de participar do mercado imobiliário mesmo irregular (loteamentos) ou do mercado de casas de aluguel, toma a iniciativa de invadir pequenas áreas ou glebas de grande dimensão e tentam resistir às tentativas de expulsão. (VASCONCELOS et. al 2013, p. 30)

Na época da construção do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, não era exigido Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA). Hoje em dia, o processo de Licenciamento Ambiental possui diversas etapas: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação e com exigência dos relatórios EIA/RIMA associados à realização de audiências públicas para a aprovação. As audiências são para retirar a exclusividade do poder público em avaliar e decidir sobre a qualidade e organização do ambiente urbano que deve ser analisada em conjunto com o crescimento das cidades (Rio Branco, 2012).

O Parque é uma área metropolitana bastante valorizada no mercado imobiliário como foi visto no tópico passado, pois nas suas proximidades encontram-se praias de maior fluxo de banhistas, como a Litorânea e próxima também ao espigão da Ponta D’areia. É urbanizada com estruturas voltadas ao desporto e lazer.

O projeto de construção do Parque Ecológico previa a execução de uma grande quantidade de projetos urbanísticos no perímetro da lagoa, considerando os impactos ambientais.

“O estado do Maranhão, excluindo-se as áreas protegidas de domínio federal, é o nono território brasileiro mais representativo dentre as unidades federativas, possuindo três parques estaduais, uma estação ecológica, sete áreas de proteção ambiental e uma reserva de recursos naturais, em conformidade com a Lei do SNUC (9.985/00)” (Rio Branco, 2012, p.101)

O acesso a moradia na Lagoa da Jansen passou a ser um problema de interesse social completamente visível, uma vez que houve um boom de ocupação irregular com construções de palafitas naquele ecossistema. Houve uma grande percepção dos problemas ambientais existentes que inclusive poderiam causar problemas a saúde dos moradores. Essa busca por regularização habitacional nas áreas ocupadas, tanto por favela, quanto palafitas, alagados, vilas e etc. é ponto de debate no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2004) que obriga o poder público a regulamentar o uso da propriedade nesses espaços urbanos. Então, a remoção dos palafitados na Lagoa da Jansen para o Conjunto Residencial da Jansen foi a primeira intervenção governamental na área do PELJ. (RIO BRANCO, 2012)

Na medida em que a população da área aumentava, intensificava-se a diferença social. Os serviços e a infraestrutura públicos não acompanharam a demanda decorrente do crescimento urbano. Simultaneamente ao surgimento desses problemas, percebia-se uma valorização imobiliário gradativa em algumas partes do entorno da Lagoa. Começou um período de grandes investimentos imobiliários na área, que agravaram a sua ocupação acelerada e desordenada. Assim, os problemas ambientais da lagoa continuaram a crescer (COELHO, 2002, p.41).

Pela narrativa da Lagoa da Jansen baseado nos jornais – visto no tópico passado desta dissertação – já se percebe um recorte importante sobre a formação desse espaço e o processo de formação histórica espacial e social. E segundo Rio Branco 2012, reflete na sua tese, a visualização desse processo de ocupação originou um dilema urbano na área de ocupação do núcleo pioneiro da Comunidade da Lagoa da Jansen. Pois, locais antes considerados anecumênicos, foram ocupados como forma da população de baixa renda ceder lugar à outra de maior poder econômico que se firmava (e até hoje se encontra). Essa relação conflituosa e esse processo de interação maior com a natureza por parte da população moradora das palafitas na área foi de grande influência para a regulamentação do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen.

Na tese de doutorado de Rio Branco 2012, ele também apresenta uma entrevista feita em maio de 2011 sobre o núcleo pioneiro da comunidade da Lagoa, que começou com 5 famílias interioranas.

Aqui moravam poucas pessoas e tinha muito mato, árvores e plantas, muitas delas comestíveis e outras que nós fazíamos remédio para nossas doenças mais comuns da época: sarampo, alastrim, papeira (*caxumba*), catapora e fogo cruzado (*herpizoster*). Tinha muita palmeira de tucum nessa área e próximo ao Farol de São Marcos, muito pé de murici e guajuru, que chegavam à beira da praia. Os moradores, na sua grande maioria, vieram por causa da pesca e dos parentes do interior da Baixada Maranhense. Aqui nós ficávamos ilhados, a travessia para a cidade era feita por canoa e tinha dois portos: o de Zé Belo, para maré alta, e o do Cascalho [Portinho], para maré baixa (Entrevista concedida por Francisco Campos, pioneiro da comunidade, em 18 de maio de 2011 a RIO BRANCO 2012 p.156)

4.3 LAGOA DA JANSEN: ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (A.P.A.)

Com a Lei federal 1.257, de 10 de julho de 2001, foi regulamentado na Constituição Federal que cidades com mais de 20.000 habitantes deveriam ter Plano Diretor, nisso inclui-se São Luís. E essa obrigação também estabelece que o Plano Diretor deve ser revisto. Sendo assim, o primeiro Plano Diretor de São Luís foi elaborado em 26 de junho de 1975, na gestão do prefeito Antônio Bayma Júnior; o segundo Plano Diretor em 29 de dezembro de 1992, na gestão de Jackson Lago e com revisão aprovada em 11 de outubro de 2006, no mandato do prefeito Tadeu Palácio. Nesse intervalo, o Plano Diretor de São Luís sofreu formulações, mudanças e revisões, incluindo para a área que corresponde a Lagoa da Jansen. (RIO BRANCO, 2012)

A divisão por zonas da cidade de São Luís pelo Plano Diretor, caracteriza a cidade quanto à função. Para cada zona é estabelecido normas quanto ao parcelamento da terra, ocupação dos lotes, pelas edificações e sistema viário. No primeiro Plano, às áreas do Igarapé da Jansen e suas vizinhanças ficaram estabelecidas como ZE-7 (Zona Especial 7) e ZR-2 (Zona Residencial 2). O segundo Plano já modificou no que se refere à área da Lagoa da Jansen e sua circunvizinhança, a Zona Residencial 2 ficou estabelecida como Zona Residencial 2A (ZR-2A), e a área inundável, por sua vez, passou a ter a nomenclatura de Zona Especial 3 (ZE-3) – nessa ZE-3 era permitida a ocupação em caráter excepcional, mediante aprovação dos órgãos competentes. E por último, o Plano Diretor de 1992 modificou essas áreas para Zona de Interesse Social 1 (ZIS-1), Zona de Proteção Ambiental 1 (ZPA-1), Zona Residencial 2 (ZR-2) e Zona Turística 2 (ZT-2). A Zona de Proteção

Ambiental 1 classificava as áreas de interesse paisagístico (RIO BRANCO, 2012)

Em 2012 o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen foi recategorizada como Área de Proteção Ambiental pelo documento, número 28690 publicado no dia 14 de Novembro de 2012, como objetivo classificar o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, localizado no Município de São Luís, instituído pelo Decreto Estadual no 4.878, de 23 de junho de 1988, reclassificado como Unidade de Conservação de Uso Sustentável do tipo Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa da Jansen, com área total de 196,9650 hectares. E o órgão que gere esta APA e controla o solo a partir de concessões de uso público é a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA (UC, 2021)

Figura 23- Decreto de Reclassificação da Lagoa

DECRETO Nº 28.690, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

Reclassifica o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen para Unidade de Conservação de Uso Sustentável do tipo Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa da Jansen e dá outras providências.

Fonte: D. O. PODER EXECUTIVO DO MARANHÃO. 2012

O decreto tinha como pontos principais os citados a seguir:

Art. 1º Fica o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, localizado no Município de São Luís, instituído pelo Decreto Estadual nº 4.878, de 23 de junho de 1988, reclassificado como Unidade de Conservação de Uso Sustentável do tipo Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa da Jansen, com área total de 196,9650 hectares.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui delimitação estabelecida pelo polígono formado pelas coordenadas geográficas enumeradas no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º A APA da Lagoa da Jansen, de que trata este Decreto, tem as seguintes finalidades:

I – Garantir a conservação de fragmento florestal em ambiente urbano e suas características ecológicas, fisiográficas, geológico-geotécnicas e pedológicas, bem como proteger paisagens e belezas cênicas;

II – Promover a educação ambiental, visando difundir conceitos e estimular

a adoção de práticas para a conservação do meio ambiente e utilização sustentável de recursos naturais;

III – Promover uso público para atividades culturais, educacionais, recreativas, esportivas e de lazer, condicionado à observância do inciso I deste artigo;

IV – Contribuir para a recuperação de áreas degradadas ou poluídas.

(D.O PODER EXECUTIVO, 14 de novembro de 2012)

Hoje no Estado do Maranhão existem um total de 16 áreas de proteção ambiental e a APA da Lagoa da Jansen é sexta maior entre elas. E por conta da ocupação crescente e de por falta de atualização dos projetos por parte do governo, hoje a APA da Lagoa da Jansen já não atende mais as necessidades das diferentes classes sociais do entorno (SOARES, 2019)

Área de Proteção Ambiental é uma área importante para a qualidade de vida e bem-estar das populações humanas comumente extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos e estéticos ou culturais. Tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, assegurar a sustentabilidade e regular o processo de ocupação (RIO BRANCO, 2012).

Para resumir e contextualizar, apresenta-se uma linha do tempo com as principais datas de eventos que influenciaram direta ou indiretamente nas transformações da Lagoa da Jansen:

1952 – Ruy Mesquita é nomeado Diretor Geral do DER-MA

1956 – Plano de Expansão da Cidade de São Luís

1958 – Início das obras de construção da ponte sobre o Rio Anil

1959 – Lei Municipal nº 1.001 de 22 de outubro de 1959. Proíbe a construção de casas no lugar “ponta de São Francisco”, na área compreendida no Plano de Urbanização

1961 – Lei Municipal nº 1.140 de 07 de Abril de 1961. Autoriza o Prefeito Municipal a constituir com o Estado uma sociedade para a execução de serviços de melhoramento e urbanização.

1970 – Inauguração da Ponte Governador José Sarney

1971 – Avenida Marechal Castelo Branco (São Francisco)

1972 – Urbanização da Ponta D’área, pela SURCAP.

1973 – Início da construção da Ponte Governador Pedro Neiva de Santana

(Bandeira Tribuzi)

1974 – Construção da Avenida Ana Jansen

1975 – Lei 2.155 de 26 de junho institui o Plano Diretor do Município de São Luís

1975 – Avenida Maestro João Nunes

1979 – Loteamento das áreas circunvizinhas da Lagoa e Ponta D'Areia

1988 – Protestos, aterro, e Lagoa se transformou em Parque Ecológico.

2012 - Decreto Nº 28.690 de 14/11 que reclassifica a Lagoa em Área de Proteção Ambiental (APA)

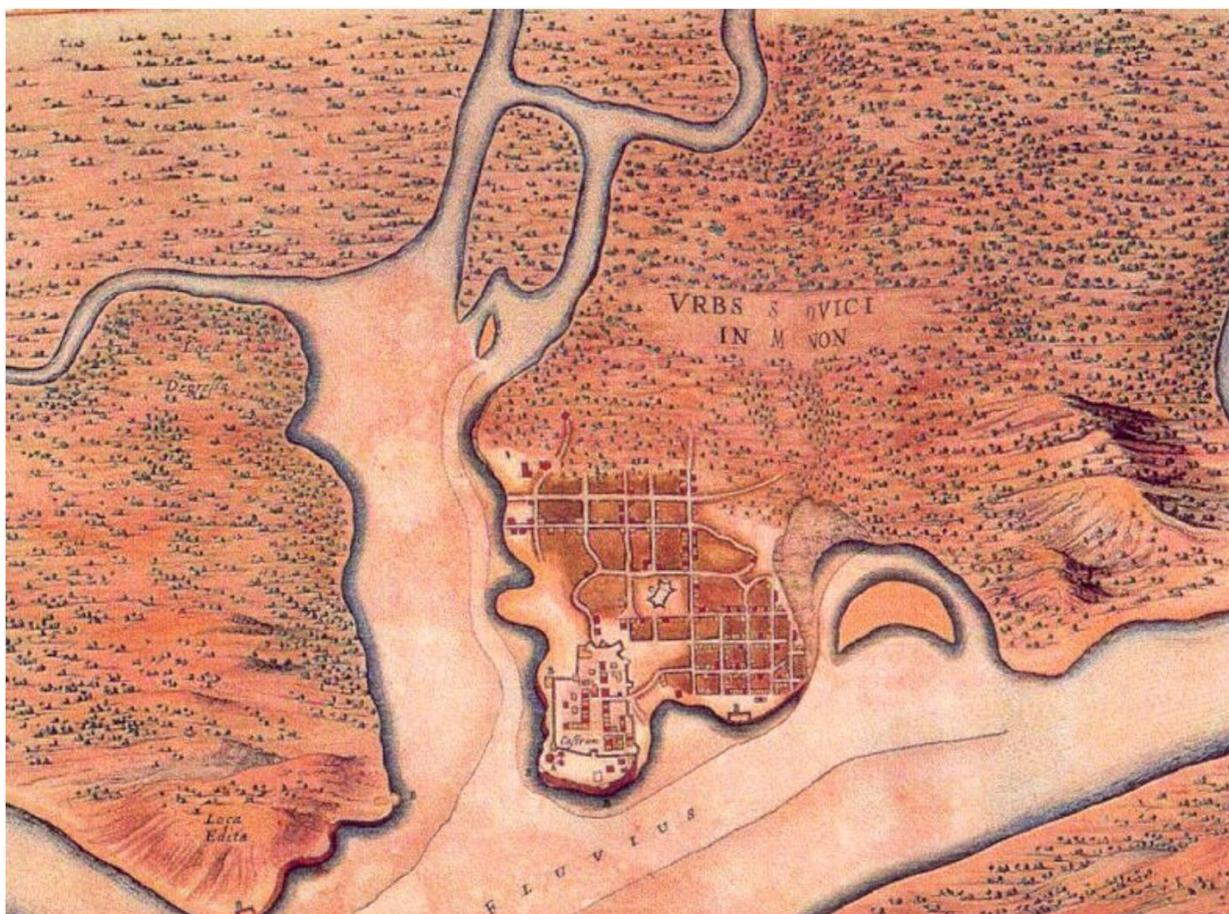
5. TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DA LAGOA DA JANSEN

Este capítulo tem como objetivo contextualizar o processo histórico de construção estética da paisagem na cidade de São Luís. A paisagem de um local é de extrema importância na vida das pessoas que habitam determinado espaço, funciona como a identidade do lugar, concedendo características particulares, diante disso é essencial perceber como essa construção visual se formou.

Para compreender o traçado da Lagoa da Jansen, é preciso voltar ao nascimento da cidade de São Luís e construir um *timelapse* de como o modelo urbanístico e arquitetônico de construção da cidade chegou no traçado atual. São Luís nasceu planejada uma península entre os Rios Anil e Bacanga, pela imagem verifica-se um arruamento sem hierarquias ou alguma distinção funcional, um aglomerado pequeno distante por uma parcela grande de água da outra parte da cidade que um dia seria parte dos cartões postais com suas praias e com a Lagoa da Jansen (SÁ NETO, 2019).

Figura 24 – Arruamento sem hierarquia, um aglomerado pequeno. “URBS S. LODOVICI...” Do livro de

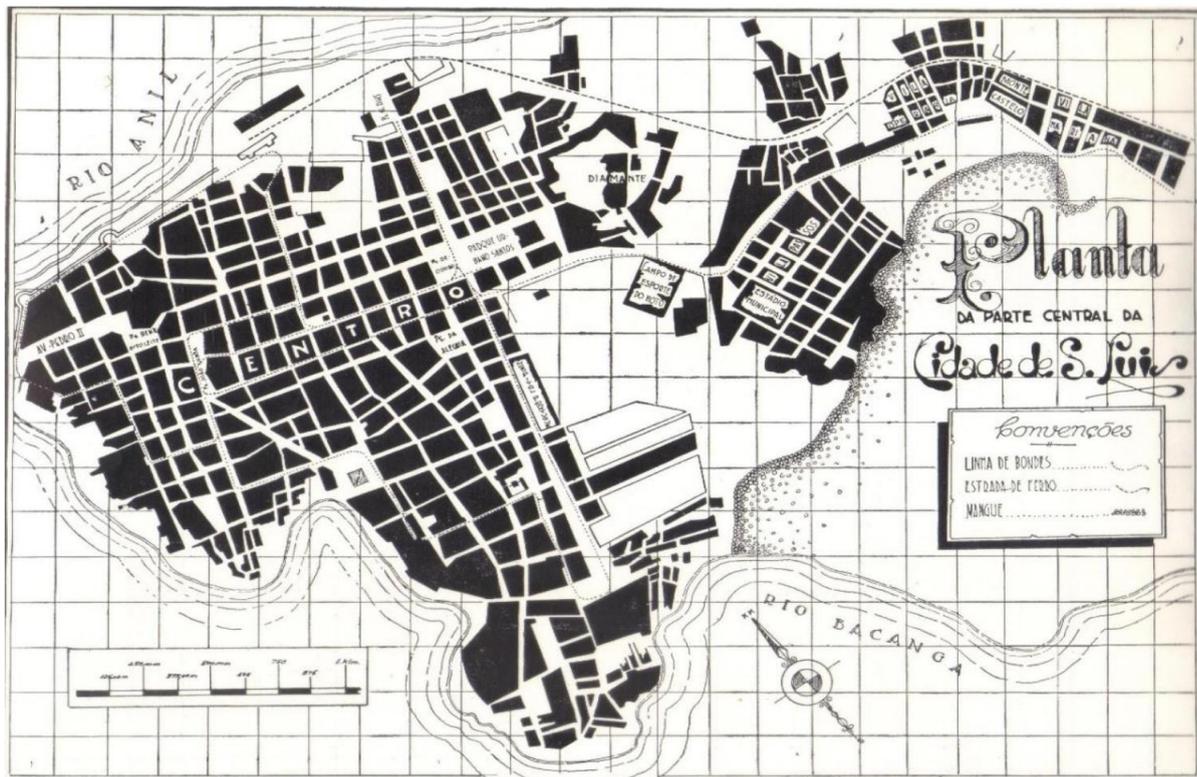
Barlaeus (BARLAEUS – 1647), da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. ca 1641-1644 (1647)



Fonte: REIS, 2000.

Na imagem anterior (Figura 24) e na seguinte (Figura 25), é apresentado o começo do aglomeramento urbano de São Luís, apenas no centro com um zoneamento funcional, cercado por águas, antes da construção de uma ponte de acesso ao outro lado da ilha que leva a Lagoa da Jansen. Após isso, a ocupação das terras onde hoje são a Ponta D'areia e São Francisco era ocupadas apenas por bares irregulares e casas de veraneios nos fins de semana, sendo acessadas pela faixa de terra vinda do Olho D'Água, onde posteriormente se transformou na avenida dos Holandeses. E abaixo de onde hoje é a ponte do São Francisco, era ocupada por um vilarejo de pescadores, comerciantes e lavradores que viviam em condições simples. Inclusive havia um fluxo de canoas indo e vindo da área do Centro para a área onde hoje é o São Francisco (SÁ NETO, 2019)

Figura 25– Planta da parte central da Cidade de S. Luís, aglomerado urbano onde hoje é o centro de São Luís(1947)



Fonte: JORGE, 1950.

Figura 26 – Foto da vista do centro da cidade com o fundo para onde no futuro será o bairro do São Francisco



Fonte: BRASIL, 2019.

Na Figura 26 é possível notar como o centro de São Luís já havia um desenvolvimento maior e uma formação estética urbana enquanto onde futuramente será o bairro do São Francisco, visto ao longe, se encontra sem urbanização ainda, na foto visualiza-se apenas terras e verdes.

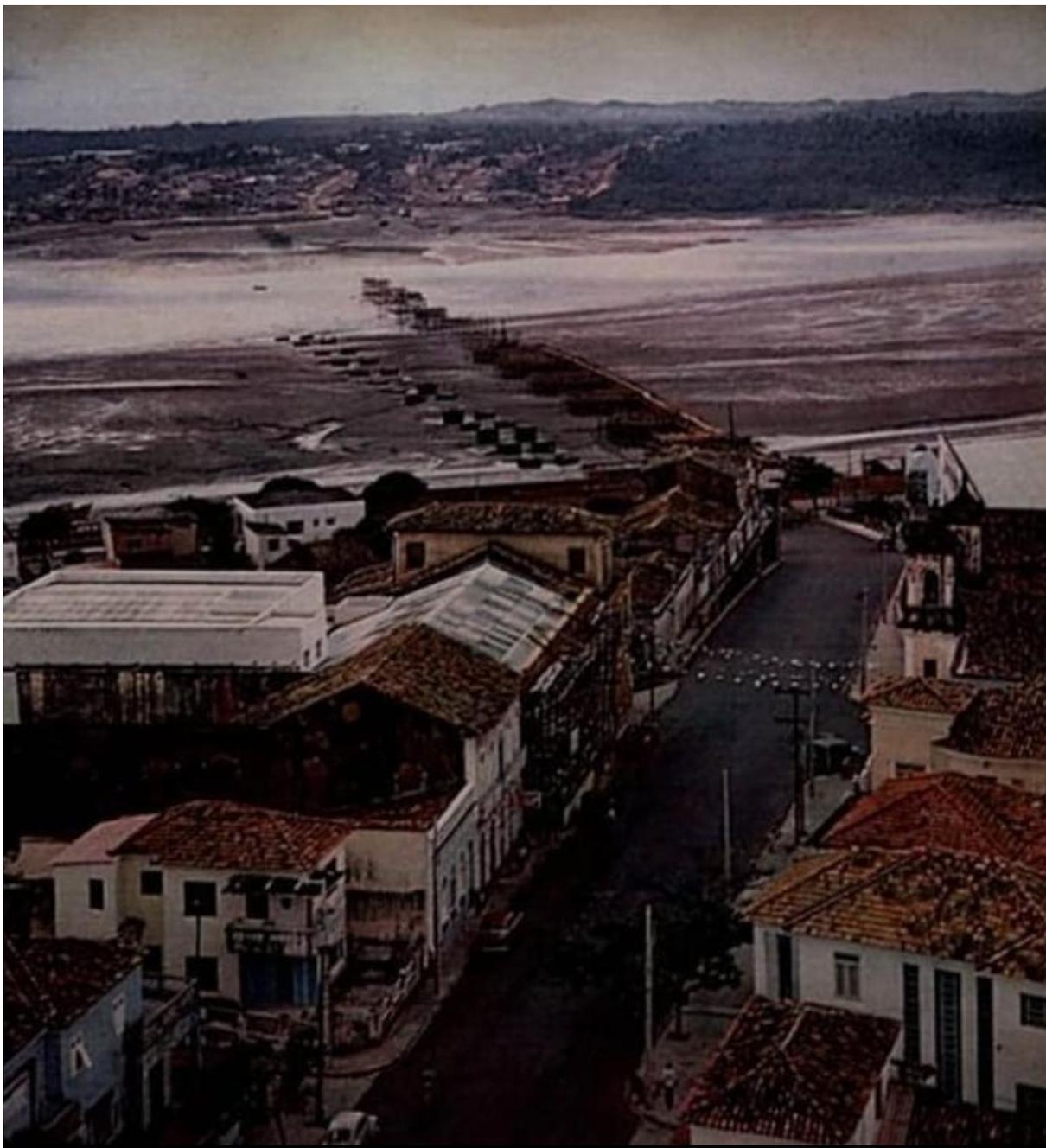
Já na Figura 27, um mapa por base uma aerofotografia do ano de 1967, repara-se as construções na parte inferior do mapa, onde se localiza o centro, e já na parte superior do mapa, separada pela entrada de água onde posteriormente será a ponte do São Francisco, temos uma grande área densa e verde. E como se pode notar pelo mapa a Lagoa da Jansen ainda não existia e era apenas uma área de mangue. Assim como pode ser visto na Figura 28, um ano depois, em 1968 o início da construção da ponte e ao fundo o bairro ainda sem construções. Aqui a “Lagoa da Jansen” ainda era apenas parte de um grande manguezal.

Figura 27 – Aerofotografia da região do São Francisco e Ponta D'Areia, onde facilmente pode-se visualizar o aglomerado urbano na parte inferior do mapa (centro) e na parte superior, que futuramente será o bairro do São Francisco, ainda não habitado, em 1967



Fonte: MARANHÃO, 1967 Apud SÁ NETO, 2019

Figura 28 – Construção da Ponte do São Francisco (1968)



Fonte: Foto disponível na internet na página do Instagram “slzantesedepois”

Já na Figura 29, que é uma fotografia feita a partir da “Rua do Egito”, percebe-se a diferença nítida em relação à vista do bairro do São Francisco, com apenas um vilarejo de pescadores e casas de veraneio de pessoas poderosas que passavam férias ou finais de semanas para desfrutar das praias que antes eram desertas, que nem sequer chega a aparecer nitidamente na foto, pela imagem nota-se uma pouca quantidade de residência, o que leva a

citar a baixa “urbanização”.

Antes da ponte, o deslocamento do centro para o outro lado era feito de barco. Após a construção da ponte, em 1970, no governo de José Sarney, impulsionou a movimentação no bairro e ajudou na ocupação desordenada que levou a uma paisagem de prédios, casa e palafitas (SÁ NETO, 2019).

Pela Imagem 29 é visível a mudança da paisagem construída entre os anos de 1966 e 2015 (proposta pelas duas imagens), as habitações predominantes em 1966 eram pequenas casas da comunidade de pescadores e posteriormente enxerga-se um aumento das habitações, tanto de casas, quanto de prédios. A proposta da comparação das imagens é visualizar a paisagem estética diferente no decorrer dos anos.

Figura 29 – Fotos comparativas para a vista do São Francisco a partir da Rua do Egito em dois anos diferentes. Em 1966 sem a ponte e com o fundo com pouca visualização de residências e/ou aglomerado urbanos e na segunda, em grande contraste da primeira, já com uma quantidade bem maior de casas e prédios, mudando drasticamente a paisagem.



Fonte: Foto disponível na internet na página do Instagram “slzantesedepois”

A construção da Ponte Governador José Sarney também alterou a vida dos moradores antigos da área do antigo São Francisco de forma negativa, pois cerca de 180 famílias foram obrigadas a abandonar suas casas sem nem receber indenização. A forte especulação imobiliária que crescia nessa região e levou ao loteamento da área Figura 30 e 31 no ano 1973. E foi nesse momento que aconteceu a obra da barragem do Igarapé da Jansen, já comentado no capítulo anterior do contexto histórico, que as águas da maré foram represadas surgindo assim uma laguna (SÁ NETO, 2019).

[...] os moradores que ocupavam o núcleo central do bairro foram indenizados pelo Estado para deixarem a área. No lugar das casas foi construída a Avenida Marechal Castelo Branco e, em pouco tempo, o São Francisco foi ocupado por residências de classe média e prédios comerciais. (BARROS, 2001, p. 57)

Figura 30 - Planta de parcelamento proposta pela SURCAP



Fonte: SÃO LUÍS, 1975 Apud PRADO, 2016

Esse parcelamento da área apresenta a malha viária que parcialmente se configura até hoje. Parte dos lotes resultantes desse loteamento foi submersa com a construção do aterro sobre o igarapé da Jansen, construção essa, que represou as águas da maré passando a formar uma laguna. (PRADO, 2016, p. 77-80)

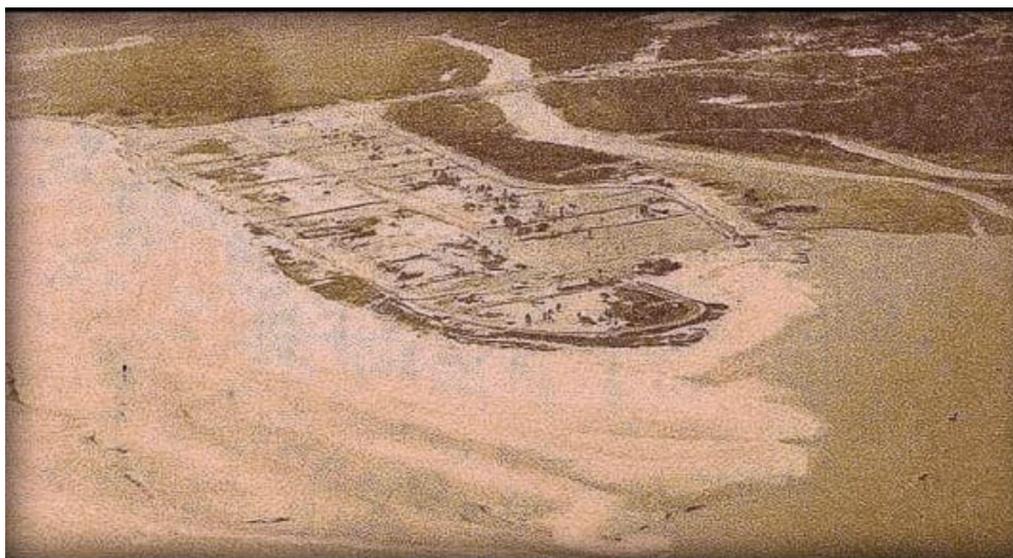
Figura 31– Fotocomposição de aerofotografias do São Francisco e Ponta D'Areia (1973)



Fonte: Prado, 2016

O igarapé visto pelas imagens aéreas, também pode ser constatado na figura 32, com a vista da área pela Ponta D'areia.

Figura 32 – Foto área da Ponta D'areia, hoje conhecida vulgarmente por “Península”. Percebe-se a entrada de água pelo córrego na terra e o mangue ao redor, a água ainda não estava represada a fim de formar o que hoje é a Lagoa da Jansen (Anos 70).



Fonte: Arquivo pessoal Diogo Gualhardo Neves disponível na internet na página do Instagram “minhavelhasaoluis”

Após a construção da avenida que liga o São Francisco com a Ponta D'areia, a avenida Ana Jansen (figura 33), que represou as águas da maré dando origem a tão famosa Lagoa da Jansen, chegando ao traçado estético que é visível hoje (figura 34).

Figura 33– Foto de Jornal da construção da Avenida Ana Jansen, 1974



Fonte: O IMPARCIAL, 1974.

Figura 34 – Foto aérea em 2000 sobre a Lagoa de Jansen, vislumbra-se a grande diferença do traçado antigo, onde antes era apenas mangue e hoje tem um represamento de água percebido facilmente ao olhar a área. Com isso veio um grande aumento de construções ao redor da Lagoa da Jansen, mudando completamente a paisagem.

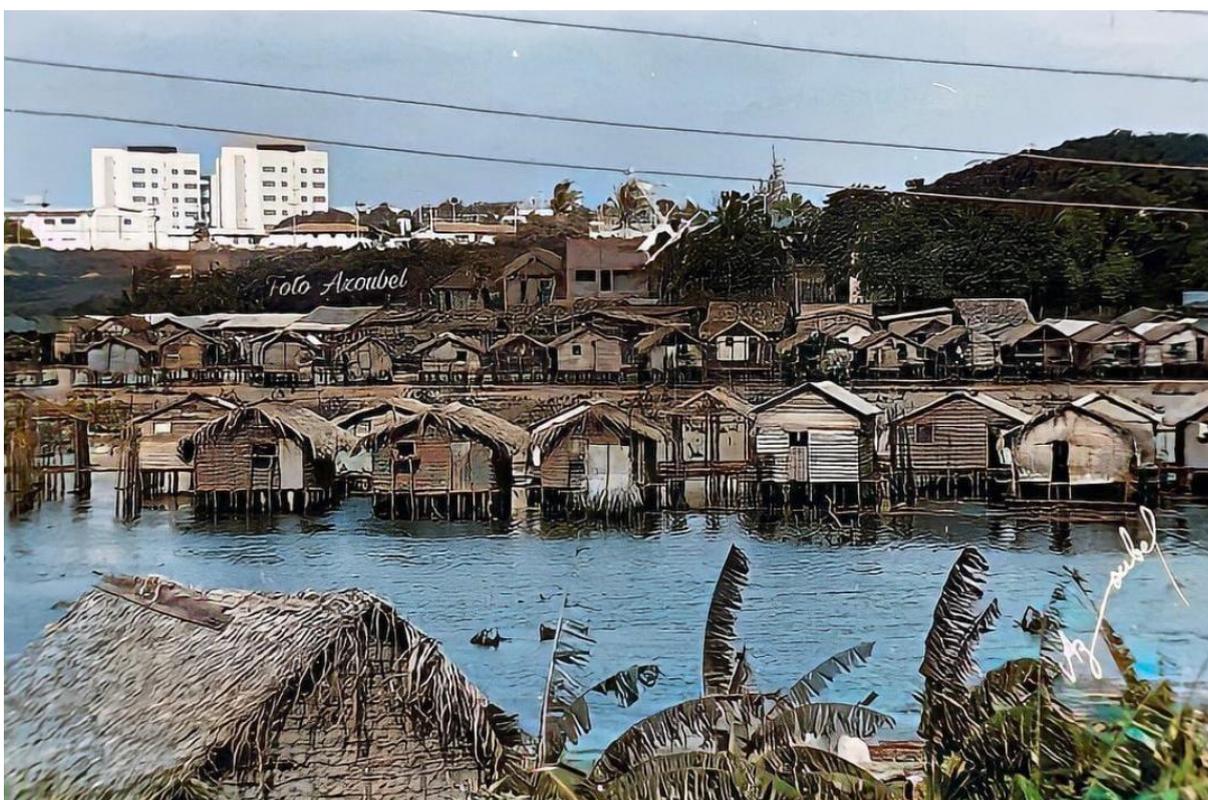


Fonte: PRADO, 2016

Como visto nas imagens, a Lagoa da Jansen não existia e foi formada após o

represamento das águas e além disso, outro ponto interessante a se notar é a forma de ocupação da área, que no seu processo histórico também influenciou na estética da paisagem construída. Como já foi explanado no capítulo de contexto histórico de “nascimento” da Lagoa, a área por muito tempo foi habitada por diversos tipos de moradias, desde casa grandes, a casas pequenas, até palafitas. A questão das palafitas foi uma parte de grande impacto visual, pois antes a superfície das águas da Lagoa possuía diversas famílias morando nessas condições da figura 35 e hoje, elas já foram retiradas e não se vê mais moradia nenhuma sobre o espelho d’água, o que já demonstra uma mudança de paisagem dos anos 70 para os dias de hoje.

Figura 35 – Palafitas sobre o espelho d’água da Lagoa da Jansen nos anos 70. Aqui nessa imagem também se percebe o contraste social de prédios altos e luxuosos logo atrás das pequenas palafitas sobre a água.



Fonte: Fotografia por Dreyfus Azoubel disponível na internet na página do Instagram “minhavelhasaoluis”

De acordo com PFLUEGER (2016) O plano urbano, de 1958, foi elaborado pelo Engenheiro Ruy Ribeiro de Mesquita, então diretor do DER – Departamento de Estradas e Rodagem do Maranhão, e vislumbrava o crescimento da cidade para além do centro, na direção dos rios e das praias, incentivado pela época desenvolvimentista do País. Propunha a construção de um centro administrativo novo, de três novas pontes ligando o centro ao São

Francisco, sobre os rios Bacanga e Anil, além de uma nova infraestrutura viária, com grandes avenidas, que mudariam definitivamente os eixos de crescimento urbano da cidade. Esse plano foi tão visionário, que projetou mudanças que ocorreriam 50 anos depois, como, por exemplo, a península da Ponta D'areia, hoje área de maior especulação imobiliária na capital.

PFLUEGER (2015) afirma que dentre as intervenções propostas, é digno de destaque o zoneamento planejado por Ruy Mesquita para a região que seria o sítio de expansão da cidade. A área que, atualmente, compreende os bairros do São Francisco, a comunidade da Ilhinha, a chamada Península da Ponta D'Areia e a região da Lagoa, foi dividida em seis principais setores, além da área reservada ao parque urbano e da praça dos três poderes, onde se encontrariam os edifícios dos poderes legislativo, executivo e judiciário. São eles, acompanhados de suas respectivas descrições, os seguintes:

Zonas Residenciais de 1ª, 2ª e 3ª classes.

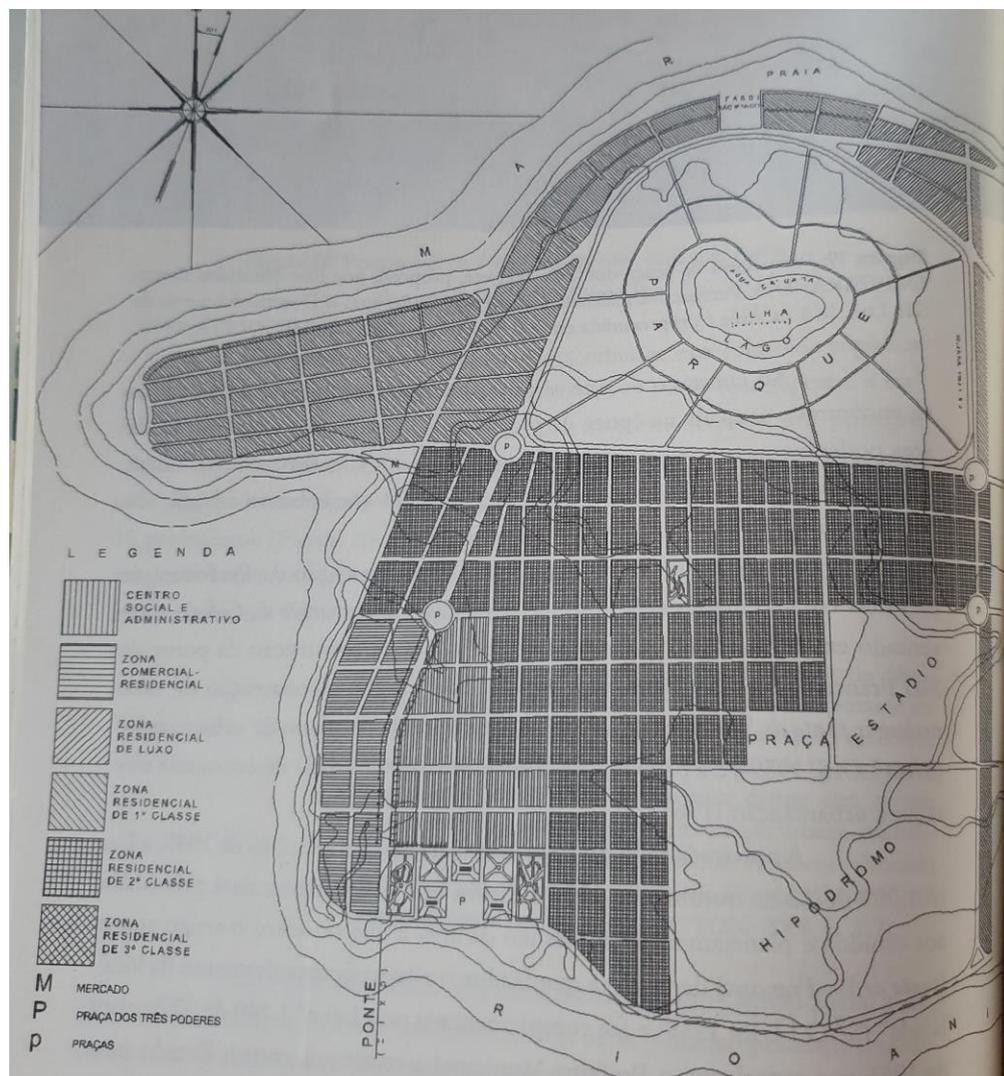
Nas Zonas Residenciais de 1ª, 2ª e 3ª classes a Prefeitura Municipal, de acordo com as conveniências, poderá localizar pequenos centros comerciais, ou comerciais-residenciais. Nesses casos os passeios terão, obrigatoriamente, larguras como as indicadas nos itens de I a II para Zona Comercial-Residencial (MESQUITA, 1958)

Praça dos Três Poderes ou Praça da Administração:

A Plano apresenta projetos relevantes para dotar de funcionalidade esta nova configuração do espaço urbano, como a implantação de um conjunto administrativo monumental, nomeado Praça dos Três Poderes, prevendo a transferência dos órgãos e instituições dos Poderes Públicos Executivo, Legislativo e Judiciário do centro antigo. A praça dos Três Poderes proposta por Ruy Mesquita está configurada por oito grandes quadras ortogonais, que conformam um parque urbano no qual os três edifícios de 10 pavimentos estão distribuídos simetricamente, reproduzindo o esquema Corbusiano das torres que liberam o solo urbano para o verde. Ao centro da composição localiza-se um grande espaço público aberto para o qual não está indicado nenhum tipo de traçado ou vegetação, em uma espécie de esplanada, à maneira da Esplanada dos Ministérios no eixo monumental em Brasília (LOPES, 2016, p.69)

A figura 36, representando a planta de ocupação da área, lembra um tabuleiro de xadrez e mostra no plano a localização exata de todas as áreas. O Centro Social seria destinado aos hotéis, cinemas e teatros e outros espaços já comprometidos para jardins parques estádios hipódromo, feiras, circo e áreas para realizar concentrações. A praça dos Três Poderes, como mostra a figura 36, ficaria na cabeceira da ponte José Sarney e ao lado, próximo à margem do rio Anil, seria um espaço para hipódromo. E as Zonas Residenciais de luxo teriam no máximo dois pavimentos, junto com as Zonas de Primeira e Segunda Classe, já a de Terceira Classe contaria apenas com um pavimento. E, como visto, a Zona de Luxo se encontram ao redor da Lagoa da Jansen, um parque contornado por uma ciclovia (SILVA, 2013).

Figura 36 - Reconstituição do “Plano para o Desenvolvimento de São Luís, MA na Área compreendida entre o Rio Anil e o Mar”, com os equipamentos e espaços verdes suprimidos pelo processo de urbanização posterior.

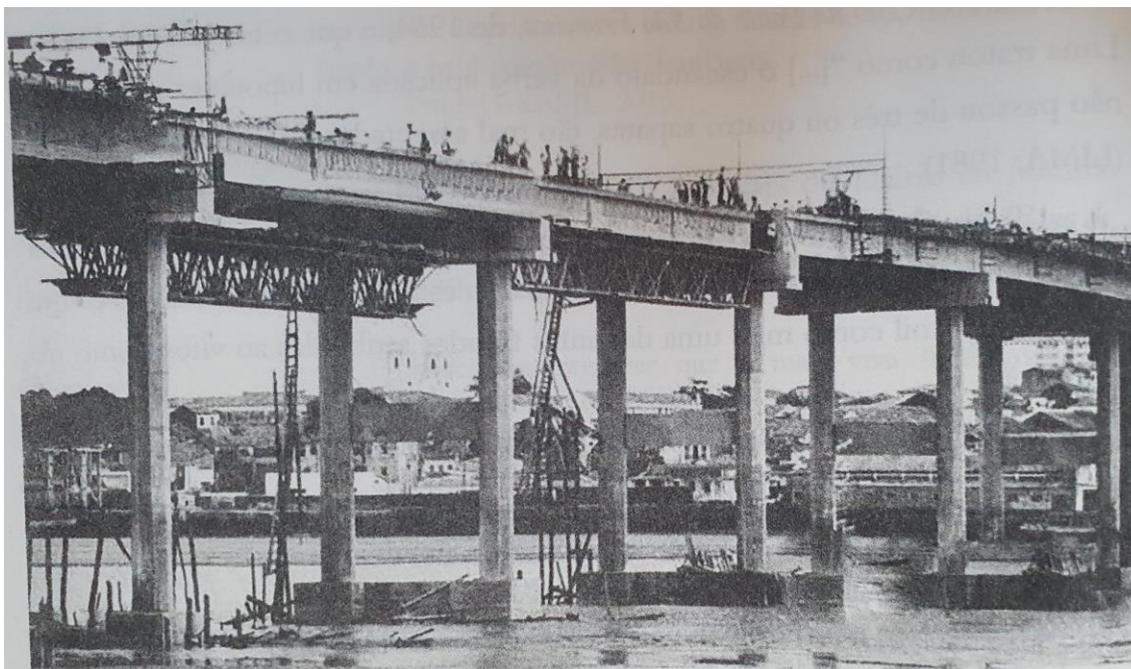


Contudo, Ruy Mesquita (1958) não especifica o que ele chama de terceira classe ou outra classe que cita no documento, mas as imposições exigidas para aquisição de um lote e construção nos levam a acreditar que a população dos mocambos, das quais ele cita no início do plano, não estavam incluídas (SILVA, 2013, p.9)

À vista disto, percebe-se que essa “nova cidade” não era para todos, estava sendo pensada apenas para quem tivesse condições de possuí-la. Entretanto, o plano ficou mais no papel do que na prática, mesmo que alguns outros projetos do plano tenham sido implementados pelo governo estadual como a ponte sobre o Rio Anil, o porto do Itaqui e o Parque da cidade (hoje Parque do Bom Menino). E 1974, mesmo com a elaboração do Plano Diretor de São Luís ainda era possível visualizar os mesmos vetores e crescimentos já apresentados por Mesquita, assim sendo, não se pode ignorar as influências das concepções e reflexões do engenheiro Ruy Mesquita no espaço urbano de São Luís (SILVA, 2013)

Outro importante plano, de acordo com PFLUEGER (2016), foi um projeto do prefeito Haroldo Tavares em sua gestão, no ano de 1977, e que foi elaborado pelo urbanista Wit Olaf Prochinik, com o objetivo de organizar a estrutura urbana, criando o Anel Viário, normatizando áreas de expansão, interligando-as e zoneando-as. Durante seu período com secretário, Haroldo Tavares realizou importantes obras para o estado, destacando: a implantação do asfalto nas ruas de São Luís; a conclusão da ponte sobre o Anil, no Caratatiua, a implementação da Barragem do Bacanga e do Porto do Itaqui, que contribuíram para uma nova configuração da cidade; a construção da ponte do São Francisco, possibilitando assim a expansão urbana para a Ponta d’areia.

Figura 37 – Construção da Ponte do São Francisco, 1969.



Fonte: MARANHÃO 2015, Apud LOPES, 2016

Isto posto, o Plano Diretor de São Luís materializou as ideias contidas nos planos que o antecederam e assim, constata-se que muitas questões perduram até contemporaneidade, como, por exemplo, as definições de áreas de proteção ambiental.

Na introdução do Plano Diretor de São Luís (1977), foram delineados como objetivos:

1. Proporcionar a São Luís condições para receber o impacto dos grandes investimentos programados.
2. Estabelecer uma política adequada de uso da terra.
3. Definir condições de equilíbrio entre a ocupação e o meio – ambiente;
4. Indicar hipóteses de desenvolvimento urbano, de modo a obter uma utilização racional das diferentes áreas, mesmo fora dos limites municipais;
5. Promover a adequação dos mecanismos de administração municipal ao sistema de planejamento proposto;
6. E estimular a coordenação intergovernamental para o desenvolvimento das funções urbanas e regionais de São Luís;

Nota-se a preocupação com o impacto que a urbanização iria resultar, que pode ser observado no tópico 1, os impactos sociais e ecológicos, colocados nos tópicos 2 e 3, e a

questão ecológica apresentada no tópico 3 que é analisada em conjunto com a ocupação em busca de equilíbrio.

Considerando os valores existentes, foram definidos os objetivos específicos:

1. Fornecer diretrizes para uso da terra e zoneamento;
2. Definir parâmetros de proteção do meio ambiente, em seus aspectos ecológicos e estéticos;
3. Estabelecer as bases de um plano de transportes;
4. Valorizar o patrimônio histórico

Considerando o item 2 dos objetivos específicos é válido conceber a importância da transformação estética, ou seja, da paisagem, daquilo que se enxerga, que funciona como a identidade do lugar, concedendo características particulares e guardando traços de seu desenvolvimento.

Assim, a urbanização intensiva desta região, a partir das diretrizes do *Plano de Expansão da Cidade de São Luís*, acarretou em um processo que hoje se denomina de *gentrification*, com a expulsão da população tradicional da área pela valorização econômica da terra decorrente de investimentos planejados pelo Poder Público. Essa forma de atuar é a expressão do momento em que a lógica do capital começou a definir a forma de ocupação do espaço urbano (LOPES, 2016. p.23)

Figura 38 – Cartão Postal com vista da cidade de São Luís no início da década de 70, com a ponte para o São

Francisco, mas ainda sem o Anel Viário.



Fonte: LOPES, 2016

PFLUEGER (2016) afirmou que os planos configuraram a tessitura do ideário urbano para São Luís no início do século XX e os planos refletiram as diferentes temporalidades da cidade. E até hoje refletem sobre questões que ainda estão bem atuais no debate do plano diretor da cidade e são documentos fundamentais ao entendimento da arquitetura e do urbanismo contemporâneo do Maranhão.

6. A LAGOA NA CONTEMPORANEIDADE

Atualmente, a Lagoa da Jansen, que representa um dos maiores marcos da cidade de São Luís, encontra-se inserida num contexto de tremenda disparidade social, com grandes contrastes, desde prédios residenciais luxuosos, até habitações mais primitivas construídas com taipa, por exemplo. Assim como também existe a problemática ambiental, deterioração do habitat natural, área com má conservação natural e condenada a ser um dejetivo de esgotos (FERREIRA e SOUSA, 2012). A disparidade social, como já comentada em capítulos anteriores, é vista de forma clara nas construções ao redor da Lagoa da Jansen no decorrer da avenida que contorna o corpo d'água.

Além da construção da Avenida Ana Jansen que contribuiu para a

descaracterização ambiental mais grave, o lançamento de esgoto e dejetos também é uma grande questão quanto aos impactos ambientais na Lagoa da Jansen, causando transtornos à saúde pública e ao ambiente aquático ao comprometer os teores de oxigênio da água (FERREIRA e SOUSA, 2012)

o lançamento de efluentes domésticos esgotos (Figura 39) e dos próprios restaurantes que se encontram instalados no local, diretamente na bacia lagunar com essa constante introdução de nutrientes acaba ocorrendo a eutrofização do ambiente, processo de floração das algas, aumento da turbidez e perda de grande parte da biodiversidade. A profundidade não chega a ser de um ambiente marinho por isso a pressão hidrostática não influencia tanto na microbacia. (...) Presença de líquens brancos, um dos bioindicadores de poluição; e espumas (figura 40), pois devido à diminuição do oxigênio dissolvido as bactérias não conseguem degradar o material orgânico, essas espumas também denominadas de cisnes-de-detergentes, impedem a entrada de gás oxigênio na água, afetando as formas aeróbicas aquáticas causando o mau cheiro e modificando o pH da água. A Laguna possui uma comporta onde ocorrem as trocas da água que se encontra no local com o mar. Sua função seria evitar o represamento da água o que iria resultar no aumento da poluição, porém a contaminação já alcançou um nível elevado e a comporta não proporciona uma mudança efetiva nas águas, pois sua vazão é considerada pequena (DA SILVA, 2012, p. 3).

Figura 39 – Imagem do esgoto sendo lançado sem tratamento na Lagoa da Jansen.



Fonte: Da silva, 2012

Figura 40 – Imagem recente e autoral da Lagoa da Jansen onde observa-se a poluição bem indicativa nas bordas



Fonte: Adriana Mendonca, 2021

As residências da área da Lagoa da Jansen, apesar de possuírem abastecimento de água encanada, não possuem serviço de esgoto sanitário, a realidade é que se utiliza valas e sarjetas para escoar as águas utilizadas o que leva a possíveis contaminações do lençol freático e da água da Lagoa da Jansen, disseminações de doenças, atoleiros nas ruas na época de chuva, intenso odor vindo das águas da Lagoa, invasões de ratos, baratas e insetos em gerais, entre outros problemas. Outro fator são os resíduos sólidos não coletados, que são acumulados tanto em terrenos baldios, quanto diretamente na água da Lagoa e isso também diminui a capacidade de assoreamento da água (FERREIRA e SOUSA, 2012).

Em dias chuvosos é comum a Lagoa ser noticiada em jornais pelo grande alagamento da área. Esse alagamento se dá principalmente pela dificuldade da água ser drenada e pela grande quantidade de resíduos sólidos que além de diminuir a capacidade de drenagem da área, normalmente vedam as sarjetas e os demais elementos para escoar as águas. Os moradores ficam reféns da situação (figura 41), pois além do inconveniente da inundação, da dificuldade de locomoção, aumenta mais ainda o mal cheiro que já está presente em dias sem chuva.

Exemplo de moradores reféns da situação é o Condomínio Jardim Renascença que possui diversas casas com uma construção mais alta ou meia paredes feitas nos portões para

evitar que as águas dos alagamentos adentrem a residência. A figura 41 mostra a construção na frente do portão e a figura 42 mostra a mesma casa da figura anterior, porém após intensas chuvas.

Figura 41 – Meia parede construída na frente do portão para evitar que a água da chuva adentre as residências da Lagoa da Jansen.



Fonte: Adriana Mendonca, 2020

Figura 42 – Alagamento após fortes chuvas, nota-se que a água chega a uma grande altura do muro.



Fonte: Disponível na internet

É frequente testemunhar postagens nas redes sociais com a indignação dos moradores em dias de fortes chuvas e grandes alagamentos, como visto em imagens obtidas nas redes sociais no aplicativo de fotos instantâneas Instagram (figura 43).

Figura 43 - Imagens retiradas da rede social Instagram da Lagoa da Jansen alagada após fortes chuvas



Fonte: Disponível na internet

Notícias veiculadas aos Jornais televisivos e online apresentam bastante realce ao tema mau cheiro na Lagoa da Jansen, encontra-se em reportagens mais atuais, em torno de 2017-2021 onde comenta-se sobre a intensidade do mau cheiro na área. O oceanógrafo e professor Leonardo Gonçalves em entrevista ao Jornal G1 alegou que mais de 60% da lagoa tem em torno de 10cm de matéria orgânica acumulada e quando a época de ventos começa, gera ondulações nas águas da Lagoa e suspende esses sedimentos que liberam um gás, que junto com as algas em excesso, faz com que o cheiro fique ainda mais forte. E que além disso, ainda segundo pesquisas deste professor, as águas poluídas da Lagoa da Jansen conseguem chegar até a praia da Ponta D'areia

“Sabe-se que tem um problema de esgoto em toda a região do Renascença, a gente vê muitas valetas de esgoto estouradas e ligações clandestinas do sistema pluvial de águas. Então a gente sabe que existe um excesso de nutrientes jogados dentro da Lagoa da Jansen e a alternativa para isso seria uma solução de saneamento em toda a região” (Entrevista ao Jornal G1, 2018)

A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) alega que o mau cheiro da Lagoa da Jansen é causado apenas pela morte e decomposição de algas no local. Para a CAEMA, em 2017 foi concluída a retirada de pontos clandestinos de esgotos nas águas da Lagoa (Jornal G1, 2018)

Em 2018 foi realizado vistorias pelo MPF na Lagoa da Jansen e foi observada a necessidade de manutenção da comporta principal, ante a existência de vazamento no local que causava dificuldade de troca de águas. Mas o Estado não cumpriu a obrigação na defesa de que havia impossibilidade orçamentária para atender aos pedidos, mas a Justiça Federal considerou a desculpa injustificável e determinou oficialmente março de 2021, que o Estado do Maranhão recupere o sistema de comportas da Lagoa da Jansen e implante um sistema de monitoramento do volume de vazão positiva e negativa e de parâmetros físicos e químicos da água da Lagoa (Jornal G1, 2021)

Segundo o CONAMA, qualquer forma de atividade humana pode, diretamente ou indiretamente, causar alterações das propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente e pode afetar a saúde, segurança e bem-estar da população e de recursos naturais. Na Lagoa da Jansen, com sua origem antrópica – antes era constituída de mangue – em sua história houve diversos impactos que afetaram a dinâmica e o equilíbrio ecológico em diferentes escalas, desde os aterros sofridos, até o processo de urbanização dos arredores (MASULLO et. al., 2014).

Logo, a ocupação desordenada da orla da Lagoa e as adjacências, impulsionada pelo processo de urbanização e a crescente demanda de construção despejam uma grande quantidade de esgoto doméstico nas águas da Lagoa e contribuem para multiplicação de algas cianofíceas que sufocam e matam os zooplanctons e essa decomposição libera gases fétidos em grande quantidade, além claro, dos resíduos sólidos que são despejados em diversas áreas das margens, aumentando o mau cheiro e agravando a situação pela impermeabilização do solo ao redor da Lagoa, que é resultado da construção de habitações, aterros, retirada indiscriminada de vegetação e pavimentação de ruas (MASULLO et. al., 2014)

Na área da Laguna da Jansen o processo de ocupação do solo influenciou as relações sociais, que são afetadas pela dinamização econômica impulsionadas pela especulação de grandes empresas. Evidenciam-se contrastes e disparidades socioespaciais e diversos outros impactos ambientais, que podemos descrever acompanhando a urbanização na região:

- A eliminação de grande parte da cobertura vegetal para estruturação das vias pavimentadas e moradias proporciona mudanças na geometria das

encostas, aumentando sua declividade e desprotegendo as mesmas da ação direta de agentes climáticos; - O aumento da malha viária corta e direciona os fluxos hídricos, gerando diferentes padrões de drenagem, as ruas passam então a canalizar e redirecionar o fluxo para setores diferentes diminuindo ou intensificando o escoamento superficial; - Sistema de retirada da vegetação e a ampliação de vias pavimentadas e edificações, impermeabiliza o solo, mudando sua dinâmica tanto na superfície quanto em profundidade, dificultando a infiltração da água assim como a circulação de ar no solo e consequente perda de nutrientes em decorrência da impermeabilização, compactação e lixiviação do solo (MASULLO et. al., pg 8 2014).

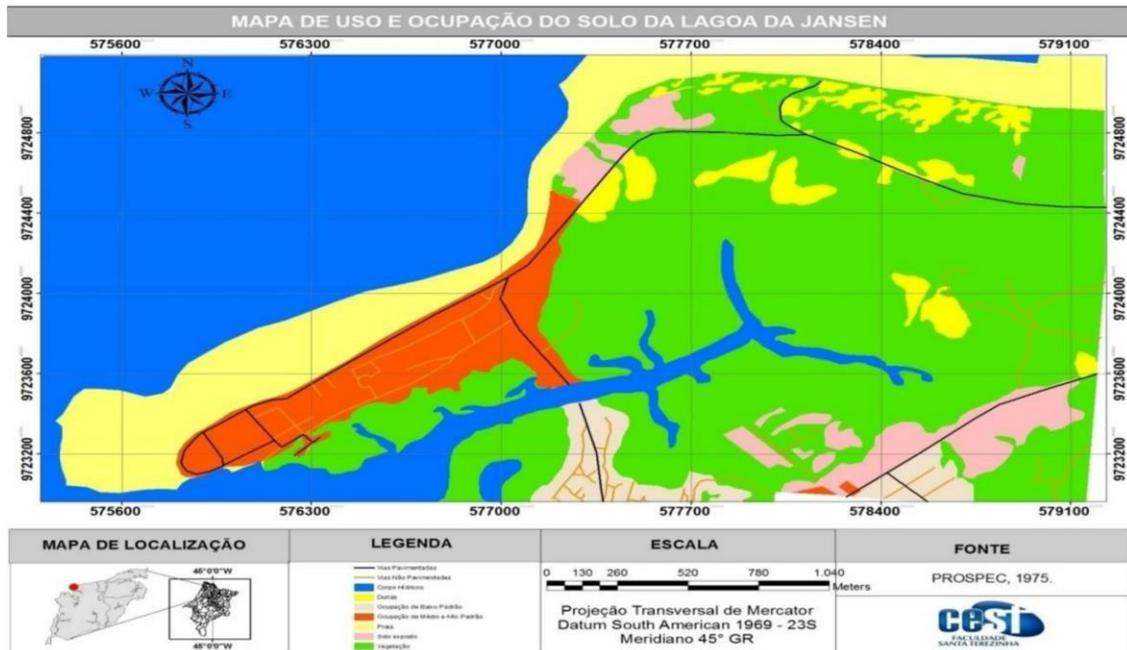
E, dentre os impactos observados, é palpável que a segregação socioespacial merece um destaque, pois com o crescimento urbano desordenado que a área de estudo enfrentou, resultou em um cenário contrastantemente nítido o problema da desigualdade social, haja vista que ao lado de prédios de classe média, se encontra habitações sem saneamento básico, ruas sem asfaltamento ao lado de ruas com praças modernas e de grande prestígio social (MASULLO et. al., 2014).

Ainda em seu artigo sobre a Lagoa da Jansen, MASULLO et. al. (2014) mostra uma tabela comparativa e dois mapas de uso e cobertura do solo de 1975 e 2011 da Lagoa da Jansen. Nos dois mapas, a cor bege representa a população de baixa renda a cor vermelha representa a população de alta renda e, comparando-os, é comprovado o grande crescimento da população de alta renda, sobrepondo onde antes era vegetação ou área de baixa renda, confirmando o que se vê hoje ao andar pelos arredores da Lagoa da Jansen.

Figura 44 - Uso e Ocupação do Solo da Lagoa da Jansen de 1975

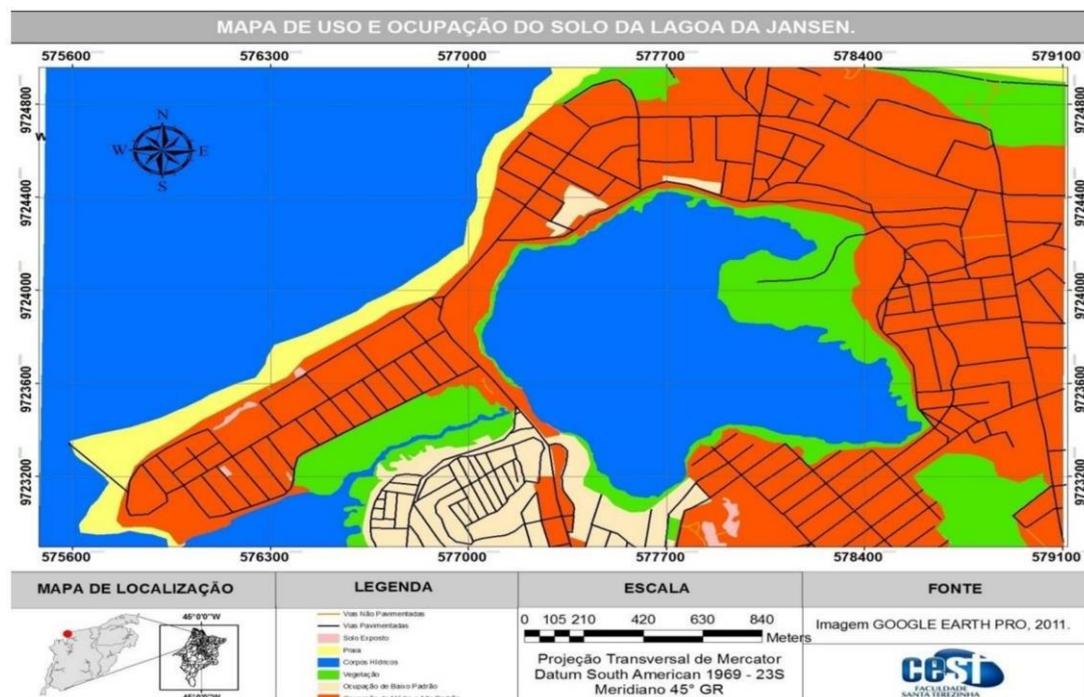
Tabela01: Uso e Ocupação do solo na Lagoa da Jansen. Fonte: Dados de Pesquisa, 2014.

USO E OCUPAÇÃO	1975	2011	%
Ocupação de médio e Alto Padrão	522.478 m ²	3.070.963 m ²	+587
Ocupação de Baixo Padrão	249.939 m ²	565.492 m ²	+226
Solo Exposto	336.450 m ²	17.096 m ²	-94,2
Vegetação	354.4579 m ²	999.895 m ²	-71,8



Fonte: MASULLO et. al., 2014

Figura 45 - Uso e Ocupação do Solo da Lagoa da Jansen de 2011



Fonte: MASULLO et. al., 2014

Considerando seus aspectos turísticos, históricos e geográficos a Lagoa da Jansen possui relevância para ser um produto turístico da cidade, conforme afirma Gândara e Santos (2018) em seu artigo “Do que falam os turistas sobre o parque estadual lagoa da Jansen em São Luís/Maranhão no *tripadvisor?*”, onde os autores mostram que tal território passou a fazer parte do *TripAdvisor* em uma aba específica no item “o que fazer”, isso significa que qualquer pessoa/turista/usuário pode escrever algo sobre sua experiência, postando opiniões. E segundo o artigo, em relação à classificação do atrativo Lagoa da Jansen, a maioria (31%) opinou com 3 estrelas de 5, 29% com 2 estrelas e 21% com 4 estrelas, ou seja, a Lagoa da Jansen possui uma boa avaliação e indicação pelos usuários desse aplicativo (GÂNDARA e SANTOS, 2018)

ratificado pelo documento oficial do turismo do estado do Maranhão, Plano Maior2020 que classifica a Lagoa da Jansen como recurso de alta prioridade do polo turístico São Luís, o que equivale ao conceito de 4 e 5 estrelas. Neste documento, os recursos de alta prioridade são aqueles que possuem valores potenciais mais elevados e que necessitam de investimentos em infraestrutura e comunicação e que poderão gerar receitas importantes advindas do turismo quando este bem planejado e organizado, contribuindo assim para a consolidação da imagem turística do estado do Maranhão (GÂNDARA e SANTOS, 2018, p.300).

Entretanto, ainda no no artigo “Do que falam os turistas sobre o parque estadual lagoa da Jansen em São Luís/Maranhão no *TripAdvisor?*”, GÂNDARA e SANTOS (2018) discorrem sobre os comentários feitos e apresentam que 60% acrescentaram algum ponto negativo ao comentário, “ênfatizando principalmente o aspecto da poluição e sujeira encontradas no local, como por exemplo: ‘Poluída e perigosa’; ‘Lagoa abandonada’; ‘Lixo’; ‘Lagoa aos pedaços’; ‘Péssimo’; ‘Sujeira a céu aberto’, entre outros.”, remetendo a imagem que um usuário têm da área da Lagoa da Jansen e também é visualizados pelos moradores e apresentado em diversas matérias de jornais já citados anteriormente.

A paisagem da lagoa não era valorizada tanto que os empreendimentos construídos antes da obra de urbanização voltaram suas janelas nobres para o mar [...]. Após a implantação do projeto Lagoa da Jansen, as vistas para a

lagoa [...] passaram a ser consideradas vistas privilegiadas (Sakata 2011, p. 32).

Depreende-se que a paisagem da Lagoa da Jansen é mais que um atrativo turístico, é uma formação vivida e sentida tanto pelos moradores, quanto pelos usuários, sejam eles turistas ou pessoas que passam pela área todos os dias e que contribui para a expansão urbana do território e do entorno uma vez que também é um atrativo imobiliário.

Gradativamente, a paisagem urbana vai se modificando [...] com a urbanização da laguna. Os moradores perceberam aspectos positivos das melhorias estruturais realizadas na região, bem como suas consequências favoráveis [...]. A evidencia que não só o bairro do Renascença II, mas, de maneira geral, todos os situados nas proximidades da laguna sofreram alterações na paisagem urbana. Ou seja, as intervenções urbanísticas constituíram – e ainda constituem – fatores que impulsionam a transformação paisagística [e turística] do local (Santos et al. 2013, p. 08).

Na figura 46, uma foto autoral, visualiza-se o espelho D'água da Lagoa da Jansen e também as margens, onde é possível enxergar a grande verticalização a esquerda e a direita habitações menores. Ambos os tipos de construções convivendo lado a lado e contrastando entre si. E a paisagem além de possuir uma relação direta com o turismo, por ser um vetor, tanto natural quanto urbano, de atrativo para o desenvolvimento de atividades para o turista, é também um objeto de muitos significados para os moradores “pela diferença do cotidiano ao qual pertencem, desempenhando várias funções: espaço mediador da vida em sociedade, referencial (geográfica, psicológica, entre outras), fonte de contemplação e inspiração, etc.” (Dal Molin & Oliveira, 2008, p. 08).

Figura 46 – Skyline da Lagoa da Jansen com sua grande verticalização a esquerda e a direita habitações baixas.



Fonte: Adriana Mendonça, 2021

Figura 47 – Imagem diversos tipos de construções convivendo lado a lado e contrastando entre si



Fonte: Adriana Mendonça, 2020

7. CONCLUSÃO

A situação da Lagoa da Jansen é um retrato de algo que se repete em vários locais do mundo. A apresentação da gentrificação na história da Lagoa da Jansen se faz aparentemente trágica, como se trouxesse consigo um pensamento de “nossa, destruíram a Lagoa, expulsaram as pessoas, refizeram ela” e não é bem assim, na prática foi uma construção social que não tem mais como voltar ao que já foi, pode-se mudar algumas coisas, mas vai ser sempre transformada, porque quanto mais uma situação cresce, mais difícil se torna de mudar tudo.

No capítulo 3, explicou-se os três principais objetos de estudos da cidade que se encontra nessa pesquisa e casa com o capítulo 4 onde traçou todo o histórico da Lagoa da Jansen em forma de narrativa, desde seu “surgimento”, passando por Parque Estadual até se tornar Área de Proteção Ambiental. E essa formação socioespacial existente hoje na Lagoa contrasta gritantemente com a distribuição dos anos passados, que era aglomerada e desordenada brigando com a atualidade que se encontra quadras pré-estabelecidas e urbanizadas, condomínios fechados, praças projetadas e ainda sim, encontra-se uma parte mais afastada com residências mais precárias que circundam a Lagoa criando uma impressão de que a Lagoa segue “em construção” ao mesmo tempo que ela excluiu um “lado”.

A gentrificação precisa ser notada, pois não há como melhorar algo sem concordar que existe “um problema”. Até porque hoje é confortável para uma pessoa que está na Lagoa seja morando, seja fazendo uso dos espaços públicos questionar “cadê a ameaça? Que mal tem?”, uma vez que quem naturalmente estava indignado, sofreu possíveis incivildades, não estão mais “por perto”. Se em curto prazo, como apresentado nesse trabalho, já preocupa, essa situação se repetindo por anos e anos pode se tornar uma problemática existencial.

No capítulo 5 foi feita a reflexão da história – já mostrada no capítulo 4 – porém com sua vertente totalmente na paisagem, como foi a construção visual da área até os dias de hoje e para isso apresentou-se uma linha no tempo de acontecimentos marcantes e também de projetos urbanísticos que aconteceu em São Luís no decorrer dos anos. A construção da paisagem proporciona a análise de questões importantes como: quando será a última geração que lembrará de como a Lagoa da Jansen surgiu e como ela era antes de ser o ponto turístico que é hoje? Tudo que os moradores antigos passaram em troca da visão de hoje? Como pode-se questionar ou criticar sobre algo que nem se sabe que está transformado?

O mundo gira em torno de motivações financeiras, então a solução para esse problema precisa vir de uma motivação financeira, não há motivo fiscal para haver mudança,

então a Lagoa da Jansen segue pelo mesmo caminho que já vem trilhando. Na história da Lagoa da Jansen a fiscalização não agiu em prol de proteger os direitos dos que mais precisavam – seja os antigos moradores, seja o próprio ambiente – e sim os privilégios de grandes empresas. Sempre será prioridade dos ricos e poderosos? Ou em algum momento será questionado: “será se existe proteção aos moradores mais socialmente vulneráveis dessa área?”.

A luta que a Lagoa traçava era social, urbanística e ecológica. A região representava um valor econômico importante para a cidade de São Luís, permitindo o desenvolvimento de atividades hoteleiras, turísticas e de mercado imobiliário que vinha consigo o ordenamento urbanístico e em paralelo a esses dois, a necessidade de proteção ambiental. E ali, do lado de tudo isso, estavam as palafitas, onde para a grande maioria que detinha o capital, o ordenamento da lagoa viria com a eliminação dessas moradias, já que até então, elas deixavam a paisagem feia ao lado dos grandes prédios e hotéis com potencial visível, trazia problemas ambientais já que não era direcionado trabalhos de saneamento para a parte das palafitas. Mas isso precisava ser conversado com os moradores, pois eles seriam retirados dali e iriam para onde? Eles queriam sair da Lagoa? Existia possibilidade de uma convivência harmônica? Alguém olhava pelos moradores de baixa renda ou eles estavam sozinhos nessa luta?

A forma como o investimento imobiliário e turístico aconteceu na área da Lagoa foi um ataque a democracia e a liberdade dos antigos moradores. E trabalhar em prol de evitar que esse mercado seja inserido em áreas onde já existem moradores de situação social mais vulnerável não é algo absurdo, uma vez que podemos comparar com outros mercados que já foram proibidos na história da humanidade: a exemplo do mercado de órgãos humanos que para a visão da época era entendido como uma forma mais radical e hoje já se enxerga que a proibição veio, pois, esses atos traziam consequências destrutivas inevitáveis.

E por último, no capítulo 6 mostrou-se a Lagoa da Jansen na contemporaneidade onde foi ponderado que é preciso admitir que as consequências ruins que área vive sejam produtos da sociedade, então cabe a ela a responsabilidade de mudar. Não se pode viver em um mundo onde a árvore tem mais valor financeiro estando morta do que viva. Enquanto o “desenvolvimento” da Lagoa da Jansen funcionar assim e não houver leis e fiscalização em prol dos moradores que ainda restam na área, a gentrificação vai continuar até não haver mais segregação social, uma vez que a “expulsão” se deu por completo. Parece imediatista, mas considerando que a gentrificação surgiu baseado no culto ao lucro e ao um desenvolvimento que afeta o meio ambiente e os antigos moradores da área, é importante a responsabilidade

com o que já existia ali.

Ao longo da história sempre que houve melhorias ou algo mudou drasticamente se percebe que foi a partir de um questionamento básico “isso não está bom para todos, como se pode melhorar?”. A crítica é, e sempre foi, a forma mais sensata de impulsionar a mudança para algo salutar. E hoje, como essa situação não é algo reconhecido coletivamente como uma disfunção, então é preciso evidenciar abertamente sobre essa condição, esclarecer sobre a história, visualizar as fragilidades, para assim, o questionamento coletivo mudar a abordagem e impulsionar debates que se perpetue no sistema. Falar sobre a história da Lagoa da Jansen e seus impactos não é novidade, mas precisa-se pensar em mudar a forma como isso é apresentado.

Considerando a expressiva expansão urbana na região norte e litoral do Cidade de São Luís do Maranhão (...) o que se evidenciou nos últimos trinta anos, foi um processo de gentrificação e mudança na paisagem urbana (...) e que o espaço urbano é produto das relações sociais que se inserem no plano da divisão social do capital, sendo este produtor do capital social, cultural e financeiro, onde as transformações oriundas da ação antrópica, resultam na mudança e mutação da paisagem urbana, a gentrificação além de evidenciar-se como um novo perfil de moradores, dos novos em detrimento dos antigos, mas sobretudo no campo da espacialidade, a gentrificação é determinada como uma nova prática sociocultural, não definida pela continuidade territorial, mas pelo interesse comum de uma classe dominante, com perfis e ideais iguais reforçados cada vez mais pela força do capital (...) cada vez mais a valorização dos espaços urbanos e da paisagem comportam particularidades subjetivas e o início do processo de renovação pode não se refletir, de forma extremamente significativa, no ambiente construído, pelo menos em um primeiro momento, mas que no decorrer do processo de gentrificação, reflete de forma mais cruel à exclusão e segregação social (BARBOSA, 2017, P.10)

Ao fim dessa dissertação, percebe-se que a gentrificação realmente ocorreu, uma vez que diversas famílias foram retiradas, expulsas ou precisaram sair da Lagoa da Jansen por não mais se “encaixar” no crescimento imobiliário e na “modernização” da área, uma vez que antes o bairro possuía uma característica familiar e hoje predomina a característica turística. Com isso, a paisagem muda radicalmente, antes muitas habitações baixas, casas, mercadinhos e hoje, bares, restaurantes chiques e grandes prédios. Inclusive é tão visível que

na área completa da Lagoa da Jansen têm-se duas praças, uma altamente movimentada, A Praça do Foguete, com grandes investimentos em infraestrutura e consequentemente com maior atratividade turística e uma outra praça com poucos metros de distância, chamada Praça Frei Antônio da Lagoa da Jansen, com predomínio do uso dos moradores locais de baixa renda, com quase zero utilidade turística e que teve menos investimento de infraestrutura e ambas foram reformadas na mesma época, conforme a figura a abaixo.

Figura 48 - Fotos da "Praça do Foguete" na Lagoa da Jansen



Fonte: Adriana Mendonça, 2021

Figura 49 – Foto da Praça Frei Antônio da Lagoa da Jansen



Fonte: Adriana Mendonça, 2021

Sendo assim, constata-se que existe duas caras vivendo lado a lado na Lagoa da Jansen e convivendo, não necessariamente em harmonia, mas que seguem se mantendo firme

e sem saber até quando. Essa pesquisa tinha a intenção de aprofundar mais no contexto atual de vida dos moradores e de quem frequenta a Lagoa da Jansen, mas em meio a pandemia teve a execução da pesquisa afetada, de modo que ainda possui grande valor para possíveis pesquisas futuras da autora.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Antonio Carlos Leite. **Gentrificação e expansão urbana em São Luís, MA.** Revista Espaços. Vol. 38. Nº 17. Ano 2017. 22p. 2017. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n17/a17v38n17p22.pdf>. Acesso em 01/10/2020

BARTALINI, Vladimir. **Áreas verdes e espaços livres urbanos.** Paisagem Ambiente Ensaio. São Paulo n.1. 1986.

BATALLER, Maria Alba Sargaçal. **O Estudo da Gentrificação.** Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n.1, 2012.

BERGAMIM, Juliane Stenzinger. **Arquitetura e geografia: como as diferentes ciências conceituam lugar.** Geografia em questão. V.6, n.2. 2013

BOAVIDA M. J. **Problemas de Qualidade da Água: Eutrofização e Poluição.** 2001. Disponível em: <http://www.ordembilogos.pt/Publicacoes/Biologias/Qagua%20--%2001Jan01.pdf>, acesso em 11/05/2020.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Brasília: Senado Federal, 2004

BRASIL. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil Brasileiro. Brasília, Câmara dos Deputados, 2002.

CARR, S, Francis, M., Rivlin, L.g., Stone, A.M. **Public Space.** Cambridge: Cambridge University Press. 1992

CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. **“O que é espaço público?”** – Entrevista para revista AU, 2013. Disponível em: <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco->

[publico-292045-1.aspx>](#).

COELHO, Maria Teresinha de Medeiros. **Avaliação da eficácia da lei de uso e ocupação do solo em São Luís: o caso da Lagoa da Jansen**. Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. São Luís, 2002

DAL MOLIN, E.D., & Oliveira, J.P. **Paisagem urbana e uso turístico: revitalização da rua Hercílio Luz em Itajaí (SC)**. Revista Eletrônica de Turismo Cultural. 2(1), p. 01-22. 2008

DA SILVA, Angélica dos Santos. **Percepção Ambiental de Frequentadores e Estudo dos Impactos do Parque Ecológico Laguna da Jansen, Município de São Luís, MA**. III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Goiânia – GO, 2012

DEMO, P. **“Pobreza política”**. Papers. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 1993

DIÁRIO OFICIAL. **Lei 4.878. Transforma a Lagoa de Jansen em Parque Ecológico do Estado, para fim de uso público, diversão, esportes e áreas verdes dentro dos limites a serem fixados pelo poder público (DO 01/07/88)**.

D.O. PODER EXECUTIVO. **Decreto Nº 28.690**. 14 de novembro de 2012. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/1192_20121120_164035.pdf
Acesso em 31/03/2021

ESTADO DO MARANHÃO. **Decreto Nº 4878**. 23 de junho de 1988. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/310_20100823_161828.pdf.
Acesso em 31/03/2021

FERREIRA, Fernanda Grazielle de Carvalho e SOUSA, Higo Telis de. **A Lagoa da Jansen e a Urbanização: os impactos sociais e ambientais causados pela exacerbada ocupação/exploração da Laguna**. Web Artigos. 2012. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-lagoa-da-jansen-e-a-urbanizacao/100002>. Acesso em 02/10/2020

GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Do que falam os turistas**

sobre o Parque Estadual Lagoa da Jansen em São Luís/Maranhão no tripadvisor?.

Revista de Turismo Contemporâneo – RTC, Natal, v.6, n.2, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/15694/10939>. Acesso em 11/07/2021

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Recuperação ambiental da Lagoa da Jansen**. Relatório Preliminar. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo. Sioge. 1991

HANNES, Evy. **Espaços Abertos E Espaços Livres: Um Estudo De Tipologias**. Paisagem Ambiente Ensaios São Paulo n. 37. 2016

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005

LAGO, Willinielsen Jackieline Santos. **Determination Of Urban Life Quality Index In Area Of The Pond Of Jansen And Surroundings**. 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado em SAÚDE E MEIO AMBIENTE) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

LAPA. Laboratório da Paisagem e Ambiente Construído – UEMA. Disponível em: <http://www.arquitetura.uema.br/pagina-inicial/laboratorios/lapa/> COORDENAÇÃO PROFA Barbara Wasinki Prado - arquitetura - UEMA

LOOTSMA, Bart; “**El Nuevo Paisaje**”, in Mutaciones, ed. By Koolhaas, Rem et. Al.; Actar 2000

LOPES, José Antônio Viana. **São Luís, Cidade Radiantes: O Plano de Expansão da Cidade de São Luís do Eng. Ruy Ribeiro de Mesquita (1958)**. São Luís: FAPEMA, Gráfica e Editora Sete Cores. 2016.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos avançados, 2003

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga. FERREIRA, Aila Rêgo Figueiredo. SANTOS, Amanda França dos. SOARES, Ana Beatriz Costa. FERREIRA, Anna Paula. **Análise Multitemporal Do Uso E Ocupação Do Solo Na Lagoa Da Jansen – MA**. V Congresso

Brasileiro de Gestão Ambiental. Belo Horizonte. 2014. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2014/XI-077.pdf> Acesso em 10/07/2021

NASCIMENTO, Denise Morado. **A Redefinição da edificação urbana**. São Paulo. 2008

ORLOWSKI, Jeff (direção). **O Dilema das redes (The Social Dilemma)**. Documentário. Estados Unidos. 89 minutos. Netflix. 2020.

PFLUEGER, Grete. Planos urbanos para São Luís no séc. XX. Diálogo entre as ideias de RIBEIRO, MESQUITA E PROCHNIK. in I CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA URBANA: Ciudades en el tiempo: infraestructuras, territorios, patrimonio. 23, 24 y 25 de noviembre de 2016. Santiago de Chile

PFLUEGER, Grete. Urbanismo Visionário. O plano de Ruy Mesquita para expansão para São Luís em 1958. in Anais do XVI ENANPUR, Belo Horizonte, 2015

QUEIROGA, Eugenio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. **Sistemas de Espaços Livres Urbanos: Construindo um referencial teórico**. Paisagem Ambiente Ensaios. São Paulo n. 24. 2007.

RIO BRANCO, Washington Luis Campos. **Política e Gestão Ambiental em Áreas Protegidas de São Luís - Maranhão: O Parque Ecológico da Lagoa da Jansen**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2012

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços Livres do Recife**; Colaboradores: Elba Souto, Lúcia Veras, Neide de Azevedo, Erika de Almeida. Fábio Cavalcante. – Recife: Prefeitura da Cidade do Recife / Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SAKATA, F. G. **Paisagismo urbano: requalificação e criação de imagens**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo –EDUSP. 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. 2006

SILVA, Gabriela Melo. **O Plano de Expansão da Cidade de São Luís: as ideias de Ruy Mesquita para o Crescimento Da Capital Maranhense. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas.** São Luís. 2013

SMITH, Neil. **A Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano.** GEOUSP – Espaço e Tempo. Nº 21. São Paulo, 2007.

SMITH, Neil. **A gentrificação generalizada.** In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

SOARES, Bianca Ferreira. **Projeto de urbanismo: estudo preliminar de requalificação urbana para a APA da Lagoa da Jansen.** Monografia de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco. São Luís, 2019.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000. P.67.

TARDIN, Raquel. **Espaços livres: sistema e projeto territorial.** – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

UC - Unidades de Conversação no Brasil. **Área de Proteção Ambiental Lagoa da Jansen.** 2021. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/779?order=title&sort=asc#direitos>. Acesso em 11/08/2021

VASCONCELOS, Pedro Almeida. CORRÊA, Roberto Lobato. PINTAUDI, Silvana Maria. **A Cidade Contemporânea: segregação espacial.** São Paulo. Contexto. 2013.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** 2ª Ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001. 373 p.

--

JORNAIS:

G1. **Cresce intensidade do mau cheiro da Lagoa da Jansen em São Luís.** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/09/13/cresce-intensidade-do-mau-cheiro-na-lagoa-da-jansen-em-sao-luis.ghtml>

G1. **Decisão da Justiça obriga governo do Maranhão a recuperar sistema de troca de água da Lagoa da Jansen.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/03/23/decisao-da-justica-obriga-governo-do-maranhao-a-recuperar-sistema-de-troca-de-agua-da-lagoa-da-jansen.ghtml>

O IMPARCIAL. **Reserva Ecológica.** 06 abril 1988. Página/Coluna: 03

O IMPARCIAL. **Lagoa Da Jansen Está Sendo Aterrada Por Empresários.** 07 abril 1988. Página/Coluna: 02

JORNAL DE HOJE. **Não Levou.** 08 de abril de 988. Página/coluna: 03

O IMPARCIAL. **Lagoa da Jansen vira polêmica. Assembleia aprova urgência para o Projeto e Ecológico.** 08 de abril de 1988. Página/Coluna 03

O ESTADO DO MARANHÃO. **Preservação da Lagoa provoca fortes debates na Assembleia.** 08 abril 1988. Página/coluna 03

O ESTADO DO MARANHÃO. **Lagoa da Jansen poderá ter um parque ecológico.** 10 de abril de 1988. Página/coluna 06

JORNAL PEQUENO. **Estudantes Afirmam: Aterramento da Lagoa da Jansen é crime.** 13 de abril de 1988

O IMPARCIAL. **Lagoa vira “latrina coletiva”.** 13 de abril de 1988

O IMPARCIAL. **Ato Público na Lagoa para apoiar o projeto.** 13 de abril de 1988

O ESTADO DO MARANHÃO. **Protesto Defende a Lagoa da Jansen.** 17 de abril de 1988. Página 02

JORNAL DE HOJE. **Estudantes protestam contra exploração na área da Lagoa.** 17 de abril de 1988. Página 05

O IMPARCIAL. **Entidades fazem protestos contra aterramento da Lagoa da Jansen.** 17 de abril de 1988. Página 02

O ESTADO DO MARANHÃO. **Deputada defende maior proteção ao meio ambiente.** 25 de abril de 1988. Página 03

O ESTADO DO MARANHÃO. **Gastão Vieira tem apoio de Sarney Filho.** 26 de abril de 1988. Página 03

O IMPARCIAL. **Solução da Ana Jansen está com o Governo.** 26 de abril de 1988. Página 03

O ESTADO DO MARANHÃO. **Acordo assegura aprovação do projeto para Lagoa da Jansen.** 27 de abril de 1988. Página 03

O IMPARCIAL. **Bandeira Vai Emendar o Projeto Ecológico.** 27 de abril de 1988. Página 03

O IMPARCIAL. **Duas Especiais.** 28 de abril de 1988.

O IMPARCIAL. **Da de Biologia Esclarece Sobre Lagoa da Jansen.** 11 de maio de 1988. Página 02

JORNAL DE HOJE. **Lagoa Depois de Poluída Vira Parque.** 21 de maio de 1988. Página 01.

O IMPARCIAL. **Duas Especiais.** 21 de maio de 1988. Página 13.

JORNAL DE HOJE. **Lagoa da Jansen.** 23 de maio de 1988. Página 03

O DEBATE. **Conservação da Lagoa é Assunto de Seminário.** 29 de maio de 1988. Página 04

O ESTADO DO MARANHÃO. **Seminário Debaterá a Conservação de Lagoa.** 01 de junho de 1988. Página 05.

JORNAL DE HOJE. **Palafitados Da Jansen Sobrevivem Ao Descaso E À Miséria.** 01 de junho de 1988. Página 05.

JORNAL DE HOJE. **Autoridades Querem União dos Governos na Preservação dos Recursos Naturais.** 02 de junho de 1988. Página 04

O IMPARCIAL. **Estado perde com o aterro da Lagoa.** 02 de junho de 1988. Página 02.

JORNAL DE HOJE. **Assessor da Caema condena o “blá-blá-blá” sobre a Lagoa.** 03 de junho de 1988. Página 05

O ESTADO DO MARANHÃO. **Seminário debate alternativa para a Lagoa da Jansen.** 05 de junho de 1988. Página 02.

O IMPARCIAL. **Final de Jogada.** 08 de junho de 1988. Página 03

O ESTADO DO MARANHÃO. **Lagoa da Jansen: Projeto só deverá sair em dezembro.** 13 de novembro de 1988. Página 09.

O IMPARCIAL. **Semur faz levantamento sobre a situação da Lagoa da Jansen.** 12 de abril de 1989. Página 07

O GLOBO. **Esgoto e aterros destroem lagoa no maranhão.** 3 de junho de 1989. Página 08

JORNAL PEQUENO. **Jackson vai recuperar a Lagoa da Jansen e assentar palafitados.** 14 de junho de 1989. Página 08.

JORNAL DE HOJE. **Crianças já não brincam na lagoa.** 21 de junho de 1989. Página 03